

FACULDADES ALVES FARIA  
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

ANTONIA JORGEANE SILVA RAMOS

**EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO DO COLÉGIO ESTADUAL SÃO  
GERALDO NO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE GOIÁS-GO (2011-2013)**

GOIÂNIA  
MAIO DE 2015

FACULDADES ALVES FARIA  
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

ANTONIA JORGEANE SILVA RAMOS

**EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO DO COLÉGIO ESTADUAL SÃO  
GERALDO NO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE GOIÁS (2011-2013)**

Dissertação apresentada para obtenção do título de  
Mestre em Desenvolvimento Regional, sob a  
orientação da Professora Dr<sup>a</sup>. Heliane Prudente  
Nunes.

Linha de Pesquisa: Análise e Políticas de Desenvolvimento Regional.

GOIÂNIA  
MAIO DE 2015

Catálogo na fonte: Biblioteca Faculdades ALFA  
Bibliotecária: Ana Carolina Forastieri – CRB-8/7764

R176e Ramos, Antonia Jorgeane Silva

Evasão escolar no ensino médio do colégio estadual São Geraldo no município de Santa Terezinha de Goiás. / Antonia Jorgeane Silva Ramos – 2015.

121 fls.; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) - Faculdades Alves Faria – Desenvolvimento Regional - Goiânia, 2015.

Orientador (a): Profª. Dra. Heliane Prudente Nunes.

Inclui anexo e bibliografia

1. Educação. 2. Evasão escolar. 3. Escola pública. I. Ramos, Antonia Jorgeane Silva. II. Faculdades ALFA – Mestrado em Desenvolvimento Regional. III. Título.

**CDU: 37.057**

FACULDADES ALVES FARIA  
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

ANTONIA JORGEANE SILVA RAMOS

**EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO DO COLÉGIO ESTADUAL SÃO  
GERALDO NO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE GOIÁS (2012-2013)**

AVALIADORES:

---

PROF<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Heliane Prudente Nunes (ALFA/ORIENTADORA)

---

PROF<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Maria Cristina Nunes (PUC- GO)

---

PROF<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Cintia Neves Godoi (ALFA)

GOIÂNIA  
MAIO DE 2015

Dedico este trabalho a minha mãe que colaborou de forma significativa para a realização  
dessa conquista.

Aos meus irmãos que sempre estiveram ao meu lado me apoiando e me incentivando.

Ao meu irmão de coração Rêges, que me ajudou grandemente.

Ao Marcos Bonfim pelo apoio e incentivo constante

Aos educadores que são apaixonados pela educação e buscam um ensino de qualidade tendo  
como foco a construção da aprendizagem.

A Deus, por ter preparado cuidadosamente o meu ingresso no Mestrado, pelo seu amor incondicional e pelo cuidado constante.

A minha orientadora Dr<sup>a</sup> Heliane Prudente Nunes, que foi escolhida pelo Senhor para me orientar nessa etapa tão importante; a minha eterna gratidão.

Aos professores do mestrado, pela construção do conhecimento, um conhecimento sólido e significativo.

Aos colegas do mestrado, juntos compartilhamos sonhos, tristezas e alegrias.

Aos colegas de trabalho do Colégio Estadual São Geraldo e do Colégio Santa Marina, pela compreensão e ajuda.

A Ivanildes Bergamelli, pelo incentivo e pela colaboração.

Ao Jorcivan que me incentivou e me apoiou na realização desse sonho.

A Jorcione e o Jorsenildo, que me apoiaram nessa trajetória.

“E preciso plantar a semente da educação para colher os frutos da cidadania”

Paulo Freire

## RESUMO

RAMOS, Jorgeane Silva. **EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO DO COLÉGIO ESTADUAL SÃO GERALDO NO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE GOIÁS**, Mestrado em Desenvolvimento Regional. Faculdades Alves Faria.Goiânia,2015.

A presente pesquisa tem como objetivo compreender as principais causas da evasão escolar no Ensino Médio do Colégio Estadual São Geraldo, município de Santa Terezinha de Goiás e propor possíveis soluções para o problema. A metodologia utilizada foi a qualitativa e as técnicas para a coleta dos dados ocorreram por meio de questionários realizados com o grupo gestor, com os professores, com os agentes administrativos, alunos evadidos e análise de documentos da secretaria da escola. A pesquisa pode ser considerada como um estudo de caso uma vez que se propôs a estudar, as causas do abandono na instituição de ensino. Iniciamos com uma abordagem conceitual sobre evasão escolar e a educação como direito de todo cidadão assegurado pela Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Foi estudado a educação no Brasil do período colonial aos dias atuais e apresentamos o resultado da pesquisa empírica realizada, na qual constatou-se que os alunos não conseguem conciliar a jornada de trabalho com os estudos, considerado o motivo principal da evasão escolar no CESG.

Palavras-chave: Evasão Escolar. Escola Pública. Educação. Ensino Médio.



## **ABSTRACT**

**RAMOS, Jorgeane Silva. SCHOOL EVASION AT THE STATE SCHOOL SÃO GERALDO, OF SANTA TEREZINHA DE GOIÁS**, Master of Regional Development. Colleges Alves Faria.Goiânia,2015.

To present research has as objective understands the main causes of the school evasion at the State School São Geraldo, of Santa Terezinha de Goiás County, and to propose possible solutions for the problem. The accomplished methodology was the qualitative and the techniques for collection of the data happened through accomplished questionnaires with the group manager, with the teachers, administrative agents and also avoided students, the unit and analysis of documents of the school's office. The research can be considered as a case study once intended to study, the causes of the abandonment in the teaching institution.

We began with a conceptual approach about school evasion and the education as every insured citizen's right for the Federal Constitution, Law of Guidelines and Bases and for the Child's Statute and of the Adolescent. We portrayed the education in Brazil of the colonial period to the current days and we presented the result of the empirical research, in the which was verified that the students don't get to reconcile the work day with the studies, considered motivates main of the school evasion/escape in CESH.

Keywords: School Evasion. State School. Education. High school.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1- Taxa de rendimento por etapa escolar no Brasil (2011).....	27
Gráfico 2- Taxa de rendimento por etapa escolar no Brasil (2012).....	28
Gráfico 3- Taxa de rendimento por etapa escolar no Brasil (2013).....	28
Gráfico 4- Taxa de rendimento por etapa escolar no Estado de Goiás (2011).....	29
Gráfico 5- Taxa de rendimento por etapa escolar no Estado de Goiás (2012).....	29
Gráfico 6- Taxa de rendimento por etapa escolar no Estado de Goiás (2013).....	30
Gráfico 7- Taxa de rendimento por etapa no município de Santa Terezinha de Goiás (2011).....	30
Gráfico 8- Taxa de rendimento por etapa no município de Santa Terezinha de Goiás (2012).....	31
Gráfico 9- Taxa de rendimento por etapa no município de Santa Terezinha de Goiás (2013).....	31
Gráfico 10-Taxas de distorção idade-série no Brasil de 2006 a 2013.....	33
Gráfico 11-Taxas de distorção idade-série no Estado de Goiás de 2006 a 2013.....	33
Gráfico 12-Taxas de distorção idade-série em Santa Terezinha de Goiás de 2006 a 2013....	34
Quadro 1-Reformas educacionais realizadas durante a Primeira República (1889 a 1930).....	52
Figura 1- Mapa de Santa Terezinha de Goiás.....	79
Gráfico 13-Taxa de rendimento por etapa escolar do CESG em 2011.....	83
Gráfico 14 -Taxa de rendimento por etapa escolar do CESG em 2012.....	83
Gráfico 15- Taxa de rendimento por etapa escolar do CESG em 2013.....	84
Gráfico 16 - Taxas de distorções idade-série no Colégio Estadual São Geraldo de 2006 a 2013.....	84
Gráfico 17- Faixa etária do grupo gestor do CESG.....	85
Gráfico 18- Grau de instrução do grupo gestor do CESG.....	85
Gráfico 19- Tempo de experiência como gestor no CESG.....	86
Gráfico 20-Importância dos procedimentos metodológicos para o processo ensino aprendizagem.....	86
Gráfico 21- Faixa etária dos agentes administrativos educacionais do CESG.....	87
Gráfico 22- Grau de instrução dos agentes administrativos educacionais do CESG.....	88
Gráfico 23- Tempo de experiência dos agentes administrativos educacionais do CESG.....	88
Gráfico 24- Faixa etária dos docentes do CESG.....	89

Gráfico 25- Grau de instrução dos docentes do CESG.....	89
Gráfico 26- Tempo de experiência como docente CESG.....	90
Gráfico 27- Conceito dos docentes para a gestão do CESG.....	90
Gráfico 28- Idade dos alunos.....	91
Gráfico 29- Grau de instrução dos alunos.....	92
Gráfico 30 - Conceito dos alunos para a gestão do CESG.....	92
Gráfico 31- Importância dos recursos pedagógicos para os alunos.....	93
Gráfico 32- Intenção dos alunos para voltarem a estudar.....	93

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>1 DEBATES CONCEITUAIS SOBRE EVASÃO ESCOLAR</b> .....	<b>15</b>
1.1 <b>Direito à educação e sua interface com a evasão escolar</b> .....	15
1.2 <b>Evasão escolar e suas possíveis causas</b> .....	19
1.3 <b>As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) e a importância do Projeto Político Pedagógico (PPP) no combate a evasão escolar</b> .....	23
1.4 <b>Controle por parte da escola dos dados indicadores de evasão escolar: taxa de rendimento e distorção idade-série</b> .....	27
<b>2 CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL E O ENSINO MÉDIO</b> .....	<b>35</b>
2.1 <b>Período Colonial (1500-1822)</b> .....	35
2.1.1 Contexto histórico .....	35
2.1.3 Período Pombalino (1760- 1808) .....	39
2.1.4 O nível secundário (ensino médio) .....	42
2.2 <b>Brasil Império (1822- 1889)</b> .....	43
2.2.1 Contexto histórico .....	43
2.2.2 A descentralização da educação: O Ato Adicional de 1834 .....	45
2.3 <b>Brasil República (1889- 2014)</b> .....	48
2.3.1 Contexto histórico da Primeira República .....	48
2.3.2 Principais reformas educacionais na Primeira República .....	51
2.3.3 A Era de Getúlio Vargas (1930- 1945) .....	54
2.3.4 Mudanças implantadas no campo educacional: Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova .....	57
2.3.5 Contexto histórico do período da Redemocratização (1946 a 1964) .....	62
2.3.6 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 .....	63
2.3.7 Contexto histórico da Ditadura Militar (1964 a 1985) .....	65
2.3.8 Reformas educacionais implantadas pela Ditadura Militar .....	66
2.3.9 Período da Nova República (1985-2014) .....	69
2.3.10 Mudanças educacionais implantadas durante a Nova República .....	71
2.3.11 O Ensino Médio na atualidade: Políticas Públicas e ações contra a evasão escolar .....	74

<b>3</b>	<b>EVASÃO ESCOLAR EM SANTA TEREZINHA DE GOIÁS: PROBLEMAS E PROPOSTAS DE SUPERAÇÃO.....</b>	<b>79</b>
<b>3.1</b>	<b>Histórico da unidade escolar .....</b>	<b>79</b>
<b>3.2</b>	<b>Evasão escolar no Colégio Estadual São Geraldo: visão dos gestores, agentes administrativos corpo docente e corpo discente. ....</b>	<b>82</b>
3.2.1	Metodologia utilizada na pesquisa empírica .....	82
3.2.2	Perfil do grupo gestor .....	85
3.2.3	Perfil dos agentes administrativos .....	87
3.2.4	Perfil do corpo docente .....	89
3.2.5	Perfil dos alunos .....	91
3.2.6	Análise dos dados coletados e sugestões .....	94
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>96</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>98</b>
	<b>ANEXOS .....</b>	<b>108</b>
	<b>APÊNDICES.....</b>	<b>112</b>

## INTRODUÇÃO

A evasão escolar é uma realidade que assola todo o país. Segundo Cruz (2013), o relatório global Educação para Todos 2000-2015, lançado pela UNESCO, destaca o problema da evasão escolar no Ensino Médio ressaltando que apenas 57% dos alunos concluem essa fase de ensino com 19 anos. Destaca também que o Ensino Médio não está bem estruturado para atender os jovens. Com isso, o abandono escolar torna-se principal motivo de preocupação, discussões e debates entre educadores e pesquisadores em prol de respostas e possíveis soluções. É um problema de cunho social, político e econômico e exige uma ação conjunta da sociedade e de todos os agentes educativos. Charlot (2000), resalta que esse problema remete a diversos debates e análises sobre as possíveis causas e soluções, avaliando a eficácia do trabalho docente, a igualdade das chances, a qualidade dos serviços prestados, os recursos que o país deve investir e sobre as formas de cidadania.

Apesar do surgimento de novas políticas de incentivo à permanência dos alunos nas escolas, o abandono continua sendo um dos maiores desafios da educação e isso se dá em razão da somatória de vários fatores e não necessariamente de um problema específico.

Segundo Pinto (1982), são inúmeras as causas da evasão escolar todas de cunho sócio-político, ele destaca os pontos mais frequentes do abandono escolar no Brasil: instabilidade socioeconômica, instabilidade na fixação de moradia, necessidade de ajudar financeiramente a família, dificuldades de aprendizagem, falta de condições adequadas das escolas, condições dos materiais didáticos, condições dos professores, metodologia de ensino, métodos de avaliação e a localização das escolas em relação à moradia do aluno.

Escola e família deverão estabelecer uma parceria em prol de respostas e soluções para o problema. A família e a escola são peças fundamentais para o sucesso escolar do educando. Em face disto, conforme salienta Queiroz (2010, p. 05): “as discussões acerca da evasão escolar, em parte, têm tomado como ponto central de debate o papel tanto da família quanto o da escola em relação à vida escolar da criança.” Corroborando com essa ideia Nunes (2011, p. 04), relata que: “a família é essencial no processo educativo, porém o abandono envolve também outras questões como a desigualdade de renda e a metodologia de ensino que está aquém das expectativas da sociedade vigente”.

Essa pesquisa tem como problemática: Quais são os motivos que levam os alunos a abandonarem o Colégio Estadual São Geraldo? Como objetivo geral: compreender as

principais causas da evasão escolar dos alunos do Ensino Médio no Colégio Estadual São Geraldo, município de Santa Terezinha de Goiás e propor possíveis soluções para essa situação, que vem preocupando a comunidade escolar e atingindo toda a sociedade e como objetivos específicos:

- \* Conhecer a literatura que analisa a evasão escolar nas escolas brasileiras
- \* Identificar por meio da documentação oficial os fatores que causam a evasão escolar no Colégio Estadual São Geraldo.
- \* Analisar as causas da evasão escolar
- \* Propor ações que possam minimizar a evasão escolar na unidade de ensino.

A escola precisa conhecer a realidade dos educandos para construir um Projeto Político Pedagógico que expresse as reais necessidades da comunidade, levando-se em conta seus anseios e desejos, com ações de combate a evasão e com um processo pedagógico atrativo, dinâmico e prazeroso voltado para a construção de um conhecimento real e significativo onde alunos e professores sejam responsáveis pelo processo educativo.

Os educandos criam expectativas e sonhos com relação à escola, buscam interação social e pessoal, oportunidades de emprego e melhores condições de vida. Quando isso não vem ao encontro dos alunos, muitos abandonam os estudos aumentando o índice da evasão escolar no país.

Para evitar essa realidade que assola todo país é necessário que a escola crie um elo entre sua prática pedagógica e a realidade dos alunos. De acordo com Padilha (2001), para entender o aluno é necessário conhecer sua realidade, seus anseios, medos, sonhos, motivações, pensamentos. A prática pedagógica do professor precisa ir ao encontro das reais necessidades do educando, tornando-os agentes e construtores do saber.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB9394/96) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), um número elevado de faltas sem justificativa e a evasão escolar ferem os direitos das crianças e dos adolescentes. Sendo assim, é necessário que cada instituição escolar busque alternativas para garantir a permanência dos alunos na escola. A Lei atribui ao Conselho Tutelar do Município autonomia para ajudar a resolver os casos de faltas excessivas não justificadas e de evasão escolar, delegando a ele as medidas cabíveis.

Arroyo (1997), relata que a escola tende a atribuir a responsabilidade da evasão escolar à desestruturação familiar, e o professor ao aluno que não têm responsabilidade para aprender, tornando-se um jogo de empurra. Com isso, o problema do abandono escolar continua atingindo milhares de pessoas e aumentando ainda mais as desigualdades sociais do

país contribuindo de forma significativa com a exclusão social.

Segundo reportagem no site Todos pela Educação:

Para um país que se orgulha de estar entre as sete nações com o maior Produto Interno Bruto (PIB) do planeta, não há razão admissível, porém, para o que acontece no Ensino Médio. São 15,1% de jovens de 15 a 17 anos fora da escola, um contingente de 1,6 milhão de adolescentes, que não apenas deixam de aprender, mas também se candidatam a engrossar ainda mais os números do desemprego, da marginalidade e dos comportamentos de risco. (TODOS PELA EDUCACAO, 2013, p. 36).

Do ponto de vista dos seus objetivos a pesquisa será explicativa, uma vez que identifica, caracteriza e interpreta os fatores que interferem na manifestação do fenômeno evasão escolar.

A metodologia utilizada na pesquisa está pautada, sob o ponto de vista da abordagem do problema, na pesquisa qualitativa, que segundo Minayo (2008), é capaz de incorporar o significado e a intencionalidade como inerente aos atos, às relações e às estruturas sociais. A autora evidencia que: “a pesquisa qualitativa trabalha com o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes. (2008, p.21)”. Isso tanto em relação ao objeto de pesquisa quanto ao que se estabelece com o meio. Corroborando com o mesmo pensamento Chizzotti (2003, p.79), ressalta que: “a abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica e interativa entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre sujeito e objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito”.

As técnicas utilizadas na coleta dos dados da pesquisa empírica estão embasadas na observação das aulas ministradas pelos professores no Colégio Estadual São Geraldo no município de Santa Terezinha de Goiás. Esta observação nos permitiu ter um contato fidedigno com a realidade da sala de aula. Para tanto frequentamos um mês de aulas ministradas por três professores. Os critérios estabelecidos para a escolha dos professores que foram observados levaram-se em conta: o tempo de experiência como docente, 01 com dois anos, 01 com 5anos, 01 com 15 e 01 com 23 anos de experiência como docente; a disciplina que ministra, 01 de Língua Portuguesa, 01 de Física e 01 de Inglês.

Na perspectiva dos procedimentos técnicos a pesquisa pode ser definida como um Estudo de Caso, pois de acordo com Yin (2005), o estudo de caso possui algumas características que lhes são peculiares tais como observação direta dos acontecimentos que estão sendo estudados e entrevistas das pessoas nelas envolvidas, bem como a capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências – documentos, artefatos, entrevistas e



observações. Foi aplicado um questionário com questões objetivas, respondidos por alunos, professores, equipe gestora e agentes administrativos com a finalidade de verificar o grau de satisfação e insatisfação dos alunos com as aulas ministradas, e a opinião dos professores sobre as causas que explicam as constantes evasões ocorridas no estabelecimento de ensino. (O modelo do questionário está no Apêndice A.)

A dissertação está dividida em três capítulos: No capítulo 1 foi abordado os debates conceituais sobre evasão escolar. Avaliou-se também a educação como direito de todo cidadão, assegurado na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação e no Estatuto da Criança e do Adolescente, e os projetos do governo por meio do Projeto Político Pedagógico no combate a evasão.

O capítulo 2, intitulado Ensino Médio no Brasil: histórico, avanços e perspectivas – apresenta um histórico da abordagem teórica sobre a história da educação no Brasil desde o período colonial até os dias atuais, analisando os avanços e as dificuldades ocorridas nos diferentes contextos da história do Brasil, relacionadas com o Ensino Médio.

O capítulo 3 apresenta os resultados da pesquisa empírica sobre a evasão escolar no Ensino Médio no Colégio Estadual São Geraldo em Santa Terezinha de Goiás, identificando os principais problemas e indicando algumas propostas de superação. Apresenta a escola selecionada caracterizando seu funcionamento e expondo os resultados dos dados coletados.

## 1 DEBATES CONCEITUAIS SOBRE EVASÃO ESCOLAR

### 1.1 Direito à educação e sua interface com a evasão escolar

A educação é um direito de todo cidadão, independente de sua classe social. Contudo, uma grande parcela da sociedade brasileira não tem esse direito respeitado. De acordo com publicação no site do IBGE (2013), 24% dos jovens com idade de 25 a 29 anos não trabalham e entre esse grupo, 88% não estudam. 16% dos jovens entre 15 e 17 anos não estudam e entre esse grupo 60% não trabalham. A reportagem ressalta que a evasão escolar no Ensino Fundamental reduziu significativamente, porém, no ensino médio os índices são altos. Com isso o grande desafio para a escola é tornar o Ensino Médio mais atrativo e dinâmico. Para mudar esse quadro é necessário uma ação conjunta dos agentes envolvidos no processo educativo: Estado, pais ou responsável e o próprio aluno; o Estado oferecendo vagas suficientes para atender a todos, os pais ou responsável matriculando o aluno na escola e o aluno frequentando as aulas regularmente.

Ferreira (2013, p. 413), ressalta que:

A educação não é um direito cuja responsabilidade é imposta exclusivamente a um determinado órgão ou instituição. Na verdade é um direito que tem seu fundamento na ação do Estado, mas que é compartilhada por todos, ou seja, família, comunidade e sociedade em geral.

A LDB em seu artigo 2º relata que a Educação é dever da família e do Estado, tendo como finalidade o desenvolvimento pleno do aluno, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.

A legislação educacional atribui aos pais e ao Estado a responsabilidade com a educação dos alunos. Cabe à união disponibilizar para a população escolas de qualidade com número de vagas suficientes, recursos materiais e financeiros que auxiliarão o processo educativo e aos pais matricular e zelar pela permanência dos alunos na escola.

Segundo Ranieri (2013, p.56):

Daí surge às correlações e obrigações dos demais sujeitos passivos do direito à educação: O Estado (que deve promovê-lo, protegê-lo e garanti-lo), a família (a quem incumbe promover o acesso à educação) e a sociedade (que o financia), traduzidos em deveres também fundamentais. No direito brasileiro a Educação Básica é direito subjetivo, público, assegurado inclusive a todos que a ele não tiveram acesso na idade própria, conforme garantido pelo art. 208, I e parágrafo 1º da Constituição Federal.

O autor destaca também que os objetivos a serem alcançados como a universalização do Ensino Fundamental, a progressiva universalização do Ensino Médio e a Educação Continuada, exigem meios e condições tais como: recursos financeiros e materiais, vagas suficientes, condições de permanência na escola, respeito as diferenças individuais e de grupos que auxiliarão para que os objetivos sejam alcançados de forma eficiente e eficaz.

O direito à educação é assegurado na Constituição Federal, na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Conforme afirmam Rizzi, Gonzalez e Ximenes (2011, p.29):

Como a Constituição estabelece os princípios e prevê os direitos, mas não prevê detalhadamente como estes devem sair do papel, é preciso elaborar outras leis, que devem estar de acordo com o que determina a Constituição, que é a lei máxima. No caso da educação, temos duas leis importantes, que são a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB (Lei 9.394, de 1996) que detalha os direitos e organiza os aspectos gerais do ensino, e o Plano Nacional da Educação-(Lei 10.172, de 2001) que estabelece diretrizes e metas a serem alcançadas no prazo de dez anos. Também o Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA (Lei 8069, de 1990) que estabelece importantes princípios e obrigações no campo educacional.

A Constituição Federal garante o direito à educação a todos sem exceção. Ranieri (2013), ressalta que o direito à educação é relatado no Título II- Dos direitos e garantias fundamentais e VIII - Da ordem social e o assunto é abordado em torno de trinta artigos.

A Constituição estabelece que:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;

II - progressiva universalização do Ensino Médio gratuito.

De acordo com os artigos citados, todos têm direitos à educação sem qualquer distinção. Contudo, é dever do Estado proporcionar educação gratuita e de qualidade, oferecendo meios para a permanência dos alunos na escola.

Pinto (2013, p.293), evidencia que:

Entendemos que, em pleno século XXI, já se tornou consenso que uma escola de qualidade deve assegurar em sua estrutura pelo menos uma biblioteca, acesso a rede mundial de computadores, laboratório de informática e de ciências, todos esses recursos devidamente equipados e com pessoal de apoio técnico, assim como acessibilidade para as pessoas com deficiências e uma quadra de esporte.

O autor ressalta também que para garantir um padrão mínimo de qualidade é necessário que a escola: tenha número de alunos suficiente para que o professor trabalhe em apenas uma escola, facilita a socialização e o controle da disciplina; instalação adequada com salas ambientes; recursos didáticos de qualidade e em quantidade; razão aluno/turma de acordo com as normas do Conselho Nacional de Educação; remuneração do pessoal, assegurando um piso nacional unificado; formação continuada de todos os profissionais da escola; jornada semanal de trabalho de 40 horas semanais, sendo 26 horas destinadas ao trabalho em sala de aula e 14 horas as horas-atividades, destinadas ao planejamento das aulas, correção de avaliações e reuniões. Essas horas deverão ser cumpridas na unidade escolar; jornada mínima do aluno 10 horas/dia para os que frequentam as creches e 5 horas/dia para as demais etapas de ensino; recursos destinados para realização de projetos que auxiliarão o processo ensino aprendizagem.

A Constituição também estabelece que a família tem a responsabilidade de matricular e acompanhar a vida escolar dos filhos e a sociedade tem a responsabilidade de colaborar de forma eficaz, promovendo e incentivando o educando. A educação tem como objetivo o desenvolvimento integral do aluno e a preparação para o mercado de trabalho.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96)-LDB é a lei orgânica e geral da educação brasileira, ela estabelece as diretrizes e as bases de organização da educação no país.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96) estabelece que:

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

(...)

VI – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

(...)

IX – garantia de padrão de qualidade;

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I – Ensino Fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II – universalização do ensino médio gratuito;

(...)

VI – oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII – oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

IX – padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem;

Art. 5º O acesso ao Ensino Fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo;

Art. 6º É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula dos menores, a partir

dos seis anos de idade, no ensino fundamental.

De acordo com a LDB o ensino deverá ser ministrado seguindo os princípios de igualdade, gratuidade e qualidade, com isso, garante a todo cidadão o direito a educação, uma educação de qualidade, voltada para a realidade do aluno sem discriminação e acesso gratuito à Educação Básica.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é uma lei federal que aborda os direitos das crianças e dos adolescentes. Ele estabelece:

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se lhes:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola

(...)

Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

I - Ensino Fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao Ensino Médio;

Art. 55. Os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino.

Apesar da educação ser um direito de todos assegurado por lei, esse direito não está sendo respeitado. De acordo com o Censo em 2013, abandonam a escola precocemente no Ensino Fundamental: 1,2 % nos anos iniciais, 3,6% nos anos finais e no Ensino Médio: 8,1.

De acordo com Rizzi, Gonzalez e Ximenes (2011), o direito à educação está mais distante principalmente das pessoas pobres, negras, com menos de 6 anos e mais de 14 anos de idade, para a população que mora na zona rural, as pessoas com necessidades especiais e os presos. A educação deve ser: disponível-gratuita e a disposição de toda a população, oferecendo principalmente vagas suficientes, qualidade no processo educativo, professores qualificados e materiais didáticos; acessível-educação pública de qualidade e gratuita para todos; aceitável-qualidade educacional relacionada aos programas de estudos, qualificação profissional, metodologia adequada, assegurando que a educação seja aceitável tanto para as famílias quanto para os alunos e adaptável, ou seja, de acordo com a realidade do educando respeitando as desigualdades existentes, pautada na gestão democrática e no respeito mútuo.

Apesar da existência de uma legislação educacional que garante o direito de acesso ao Ensino Fundamental e Médio, percebe-se elevados índices de evasão, cujas causas serão avaliadas a seguir:

## 1.2 Evasão escolar e suas possíveis causas

O abandono escolar é um problema que as escolas brasileiras enfrentam e atinge toda a sociedade. Como afirma Azevedo (2011, p.05): "A evasão escolar é um dos maiores desafios enfrentados pela escola pública, pois esse problema está relacionado a fatores culturais, sociais, políticos e econômicos".

Segundo reportagem publicada no site QEdu (2014), a evasão escolar ocorre quando o aluno abandona os estudos ou reprova e no ano seguinte não retorna a escola para estudar. Ela acarreta diversas consequências para a sociedade tais como: desigualdade social, exclusão e violência.

Segundo Patto (1999), apesar das diversas tentativas de reverter o quadro da evasão escolar, como a implantação da política educacional no país, esse problema continua atingindo a sociedade significativamente. Segundo dados do Censo Escolar, em 2013, cerca de 659.493 alunos abandonaram o Ensino Médio.

A autora acrescenta que:

Inúmeras passagens levam à sensação de que o tempo passa, mas alguns problemas básicos do ensino público brasileiro permanecem praticamente intocados, apesar das intenções demagógicamente proclamadas por tantos políticos e dos esforços sinceramente empreendidos por muitos pesquisadores e educadores. (PATTO, 1999, p.138)

O problema da evasão está intimamente ligado a outros fatores como repetência, e formas de avaliação. Vilas Boas (2008), ressalta que a repetência está diretamente ligada a evasão escolar. Esse assunto sempre foi motivo de discussões e de preocupações por parte dos educadores e da sociedade, porém, a escola de forma geral e o professor em particular não se preocuparam em desenvolver um trabalho comprometido com a aprendizagem do educando. Com isso, a repetência tornou-se normal. A autora afirma também que a avaliação na escola é de grande valia, contudo, sem objetivo torna-se um instrumento desprovido de prazer e sentido para os alunos e para os professores, e que seu principal objetivo deverá ser a aprendizagem tanto dos alunos quanto dos professores.

Corroborando com esse assunto Demo (1993, p. 39), relata que: "a evasão significa o abandono antes de concluir, geralmente induzida por força da repetência acumulada." A repetência escolar está presente no cotidiano das escolas brasileiras causando prejuízos para o país, para a escola e principalmente para o aluno. Na maioria dos casos o estudante se sente desmotivado para cursar novamente a mesma série e abandona os estudos.

São vários os motivos que podem desencadear a evasão escolar, conforme afirma Ferreira, (2013), os principais fatores que causam a evasão escolar são:

- \* a escola: não se prepara para receber e manter os alunos na instituição mostra-se autoritária, distante da realidade dos alunos, com professores despreparados, número insuficiente de docentes e ausência de motivação;
- \* o aluno: que apresenta os mais diversos problemas tais como: indisciplina, desinteresse, problemas de saúde;
- \* pais/responsável: não acompanha a vida escolar do aluno, mostra-se desinteressado e não exerce a autoridade familiar;
- \* social: o horário de trabalho dos alunos é incompatível com o horário de estudo, atrapalhando significativamente o desempenho escolar do discente; agressão entre os alunos e violência entre gangues.

O autor ressalta ainda que:

Estas causas, como já afirmado, são concorrentes e não exclusivas, ou seja, a evasão escolar se verifica em razão do somatório de vários fatores e não necessariamente de um especificamente. Detectar o problema e enfrentá-lo é a melhor maneira para proporcionar o retorno efetivo do aluno à escola. (FERREIRA, 2013, p. 415).

Patto (1999, p. 124), relata que nos anos setenta os estudos fundamentavam-se nas abordagens que atribuíam aos fatores extraescolares às causas do fracasso escolar. Com isso, difundiu-se no Brasil a “Teoria da Carência Cultural”, um estudo desenvolvido nos Estados Unidos nos anos sessenta que explicava sobre a desigualdade educacional entre as classes sociais. Essa teoria afirmava que essa desigualdade de aprendizagem existente entre as classes sociais era decorrente do ambiente cultural onde cada aluno se desenvolvia. A teoria da Carência Cultural chegou a afirmar em sua primeira formulação que a pobreza ambiental nas classes baixas produzia deficiências no desenvolvimento psicológico infantil que seriam a causa de suas dificuldades de aprendizagem e de adaptação escolar. Atribuía à responsabilidade do fracasso escolar ao aluno. A escola ficava praticamente isenta, com apenas uma pequena parcela de responsabilidade, a de “não se adequar a este aluno de baixa renda”, pois, as estratégias utilizadas pela escola não eram adequadas nem satisfatórias para atender a sua clientela.

“A Teoria da Carência Cultural” defendia a ideia de que as dificuldades de aprendizagem apresentadas pelos alunos pobres eram consequências de sua condição de vida, uma vez que, as situações socioeconômicas das famílias eram fatores preponderantes para a aprendizagem dos alunos.

Segundo Patto (1999), em meados da década de setenta circulou também as ideias defendidas pela teoria de ensino de Pierre Bourdieu e Passeron entre filósofos e educadores brasileiros, norteados as formas de conceber o papel da escola numa sociedade dividida em classes.

Mais especificamente, forneceram as ferramentas conceituais para o exame das instituições sociais enquanto lugares nos quais se exerce a dominação cultural, a ideologização a serviço da reprodução das relações de produção; na escola, o embaçamento da visão da exploração seria produzido, segundo esta teoria, principalmente pela veiculação de conteúdos ideologicamente viesados e do privilegiamento de estilos de pensamento e de linguagem característicos das integrantes das classes dominantes, o que faria do sistema de ensino instrumento a serviço da manutenção dos privilégios educacionais e profissionais dos que detêm o poder econômico e o capital cultural. (PATTO,1999, p. 147)

De acordo com essa teoria a escola desempenha papel preponderante na sociedade e contribui intensamente com a reprodução das desigualdades sociais e culturais.

Segundo reportagem publicada pela revista Profissão Mestre (2012, p. 17):

O debate sobre os fatores familiares e sua influência no processo de aprendizagem surgiu, pela primeira vez, na década de 1960, nos Estados Unidos, com o relatório Coleman e, posteriormente, com os estudos do sociólogo francês Pierre Bourdieu, os quais mostram que a origem social do aluno leva às desigualdades escolares e, mais ainda que as desigualdades escolares reproduzem o sistema objetivo de posições e de dominação da sociedade.

Esses estudos derrubam a visão de que a escolarização teria papel fundamental na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, que ofereceria igualdades de oportunidades, defendendo e prevalecendo a ideia de que os fatores sociais, econômicos e culturais influenciam significativamente as desigualdades escolares.

Patto (1999), afirma que essa teoria contribuiu significativamente para a mudança do pensamento educacional brasileiro, pois, abordou a importância da relação professor e aluno para o processo ensino aprendizagem, ressaltou sobre a forma de dominação e a discriminação social presentes na educação, possibilitou pensar a educação escolar a partir de seus condicionantes sociais.

Podemos constatar atualmente que uma grande parcela da população brasileira ainda é privada da educação escolar, isto acontece principalmente por causa das condições socioeconômicas do nosso país, pois vivemos em uma sociedade onde nem todas as pessoas têm oportunidades educacionais iguais.

A autora afirma também que:



Somente um ensino de boa qualidade – no qual um professor interessado e bem formado maneje o conteúdo do ensino levando em conta as especificidades do alunado, tanto no que se refere às características de sua faixa etária quanto às suas experiências culturais pode garantir a eficiência da escola. (PATTO, 1990, p.118)

Indo ao encontro dessa ideia Castro (2013, p. 460), ressalta que é fundamental que haja políticas que superem as causas da evasão e da repetência escolar no Ensino Médio, melhore a qualidade na Educação Infantil, promova o aperfeiçoamento dos docentes e melhoria da carreira, garanta uma jornada diária de 5 horas por dia no mínimo.

O autor ressalta que:

A situação exige mudanças de fundo nas rotinas das escolas, na gestão dos sistemas de ensino e coragem para enfrentar alguns mitos ainda arraigados na cultura política brasileira. É preciso derrubar o mito da avaliação externa e da (não) responsabilização das escolas e dos sistemas de ensino pelos resultados. (CASTRO, 2013, p. 461)

O abandono escolar e a repetências são problemas que afligem as escolas brasileiras, tornando-se um grande desafio, pois, contribuem significativamente para aumentar a taxa de evasão, deixando de ser um problema exclusivo da instituição escolar e requerendo uma intervenção compartilhada dos órgãos responsáveis em prol de possíveis soluções.

Segundo Lopes (2010), a equipe gestora deve ter com parceiro de prontidão o Conselho Tutelar, órgão responsável pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, promovendo um diálogo constante. Relata também que a relação entre escola e Conselho Tutelar precisa ser eficiente, por isso, é necessário que o grupo gestor promova uma interação entre a escola e o órgão com: reuniões, palestras, apresentação do Projeto Pedagógico. Quando houver omissão do órgão procurar a promotoria do município ou se for necessário o Ministério Público.

Ferreira (2013), ressalta que a intervenção em prol da solução do problema da evasão escolar precisa ser compartilhada e poderá ocorrer de forma direta ou indireta, com base na Constituição Federal, Estatuto da Criança e do Adolescente, e na Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional e tendo como apoio a família, a escola, o Conselho Tutelar, Ministério Público, poder judiciário, secretarias de assistência social e saúde, o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.

O autor relata também (2013, p.416), que: “O principal agente de combate à evasão escolar é o PROFESSOR, pelo seu contato direto e diário, cabendo diagnosticar quando ele não está participando das aulas, injustificadamente, e iniciar o processo de resgate.”.

O educador tem papel fundamental no combate à evasão escolar, precisa promover

juntamente com o grupo gestor contato com os alunos e com as famílias, através de eventos, reuniões, visitas, palestras, desenvolvendo com isso, um elo entre escola, aluno e família.

De acordo com a reportagem publicada na revista Nova Escola (2014), muitos fatores que levam o educando a abandonar a escola estão fora do nosso controle, porém há vários aspectos que podemos fazer para motivar esses estudantes a permanecerem na escola: a escola precisa ser transformada em um ambiente agradável, acolhedor, com aulas interessantes e significativas; a organização da escola exerce papel fundamental na rotina da escola, gerando ações positivas para o processo educativo: planejamento, compromisso, trabalho em equipe; desenvolver vínculos afetivos entre a unidade e a comunidade escolar; matriz curricular voltada para os interesses e anseios dos alunos.

### **1.3 As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) e a importância do Projeto Político Pedagógico (PPP) no combate a evasão escolar**

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece que haja em todos os estabelecimentos de ensino uma unidade nacional comum. Essa determinação se cumpriu através das Diretrizes Curriculares Nacionais, aprovado pelo parecer nº 15/98 em 01 de junho de 1998.

As Diretrizes Curriculares Nacionais surgiram através da necessidade de mudanças na organização e no funcionamento do Ensino Médio, buscando com isso, qualidade na educação, uma vez que esse nível de ensino apresenta sérios problemas no processo educativo. Segundo as Diretrizes Curriculares da Educação Básica (2013, p. 145):

É nesse contexto que o Ensino Médio tem ocupado, nos últimos anos, um papel de destaque nas discussões sobre educação brasileira, pois sua estrutura, seus conteúdos, bem como suas condições atuais, estão longe de atender às necessidades dos estudantes, tanto nos aspectos da formação para a cidadania como para o mundo do trabalho. Como consequência dessas discussões, sua organização e funcionamento têm sido objeto de mudanças na busca da melhoria da qualidade. Propostas têm sido feitas na forma de leis, de decretos e de portarias ministeriais e visam, desde a inclusão de novas disciplinas e conteúdos, até a alteração da forma de financiamento.

As Diretrizes Curriculares Nacionais são normas obrigatórias que servirão de guia para a construção da proposta curricular das unidades de ensino, elas propõem a organização curricular em três áreas de ensino: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias, Humanas e suas Tecnologias.

O desenvolvimento curricular do Ensino Médio tem como eixo norteador as dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia.

Conforme Silva e Simões (2013, p.9):

Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (Parecer CNE/CEB 05/2011 e Resolução CNE/CEB 02/2012), que elegem as dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura como base da proposta e do desenvolvimento curricular. Conforme essas Diretrizes, as dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia inserem o contexto escolar no diálogo permanente com os sujeitos e com suas necessidades em termos de formação, sobretudo pelo fato de que tais dimensões não se produzem independentemente da sociedade e dos indivíduos. Compreendidos dessa forma, trabalho, ciência, cultura e tecnologias e instituem como um eixo a partir do qual se pode atribuir sentido a cada componente curricular e a partir do qual se pode conferir significado a cada conceito, a cada teoria, a cada ideia.

A finalidade dessa proposta é organizar o currículo do Ensino Médio em um eixo comum, promovendo com isso, a integração dos componentes curriculares.

De acordo com as Diretrizes Nacionais da Educação Básica (2013 p.146):

A elaboração de novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio se faz necessária, também, em virtude das novas exigências educacionais decorrentes da aceleração da produção de conhecimentos, da ampliação do acesso às informações, da criação de novos meios de comunicação, das alterações do mundo do trabalho, e das mudanças de interesse dos adolescentes e jovens, sujeitos dessa etapa educacional.

A escola precisa acompanhar as mudanças ocorridas na sociedade, procurando observar os reais interesses dos jovens, buscando com isso, um ensino mais atrativo, que vá ao encontro das reais necessidades do educando.

As novas DCNEM têm como objetivo principal a construção de uma proposta curricular mais atrativa e flexível, capaz de estimular o aluno atendendo suas múltiplas interesses e combater a repetência e a evasão.

É necessário que o Projeto Pedagógico e a proposta curricular da unidade de ensino estejam em sintonia com as Diretrizes Curriculares do Ensino Médio promovendo uma ação-reflexão e tornando-se fortes instrumentos no combate a evasão e a repetência escolar.

Com o objetivo de amenizar ou solucionar o problema do abandono o governo brasileiro estabelece como obrigação social de vários órgãos públicos a responsabilidade social e educacional no combate a evasão escolar. Eles assumem como objetivo principal promover e defender os direitos humanos bem como o direito à educação. Como afirma Rizzi, Gonzalez e Ximenes (2011), os órgãos de defesa dos direitos humanos são: Defensoria

Pública, Ministério Público, Conselho Tutelar. Esses órgãos são responsáveis pelo planejamento e aplicação de políticas públicas educacionais nos Municípios, Estados e a nível Federal.

Destacamos ainda a importância do Projeto Político Pedagógico (PPP) das instituições educacionais para o desenvolvimento do processo ensino aprendizagem. Este documento tem a função de nortear todo o trabalho educativo, com diretrizes e meios para o alcance dos objetivos propostos. Libâneo (1990, p. 229), enfatiza que: “O planejamento é um processo de racionalização, organização e coordenação das ações docentes, articulando a atividade escolar e a problemática do contexto social”.

Corroborando com essa ideia Vasconcelos (2000), ressalta que o planejamento escolar pode ser classificado em planejamento da escola, planejamento curricular e projeto ou plano de ensino. Reforça ainda, que o planejamento da escola, definido como Projeto Político Pedagógico (PPP), constitui-se de um plano integral da instituição. Ele deve servir como guia no desenvolvimento de atividades voltadas para o processo educativo, é um documento construído com a participação de todos os segmentos da escola, levando-se em conta a realidade na qual a escola está inserida.

Libâneo (1990, p.230), ressalta ainda que:

O plano da escola é o plano pedagógico e administrativo da unidade escolar, onde se explicita a concepção pedagógica do corpo docente, as bases teórico-metodológicas da organização didática, a contextualização social, econômica, política e cultural da escola, a caracterização da clientela escolar, os objetivos educacionais gerais, a estrutura curricular, diretrizes metodológicas gerais, o sistema de avaliação do plano, a estrutura organizacional e administrativa.

A escola precisa conhecer a realidade dos educandos para construir um Projeto Político Pedagógico que expresse as reais necessidades da comunidade, levando-se em conta seus anseios e desejos, com ações de combate a evasão e com um processo educativo atrativo, dinâmico e prazeroso voltado para a construção do conhecimento, um conhecimento real e significativo onde alunos e professores sejam responsáveis pelo processo educativo.

Conforme aponta Padilha (2006), a construção do Projeto Político Pedagógico deve ser alicerçada nas relações pedagogicamente estabelecidas na instituição de ensino com toda comunidade escolar, essas relações deverão ser pautadas no diálogo, possibilitando ao educando espaços de convivência e de descobertas, tornando possível o trabalho com os quatro pilares da educação, despertando no educando a importância da construção do conhecimento e a participação no processo educativo.

Ferreira (2013), destaca que a Proposta Pedagógica da unidade de ensino está ligada

diretamente com a gestão democrática e a autonomia da escola, tornando-se eixo central das atividades propostas, estabelecendo diretrizes para o alcance da qualidade de ensino. Cabe a toda equipe colaborar de forma ativa com sua elaboração, execução e fiscalização. O referido autor acrescenta que uma proposta pedagógica de organização do trabalho escolar deverá considerar os seguintes aspectos: o envolvimento do grupo gestor, a realidade na qual a escola está inserida, a participação da comunidade na execução, análise periódica das ações, estratégias, das metas, dos progressos dos alunos e das bases conceituais do projeto, instrumento de mudança no processo de gestão, funcionando como articuladora das ações desenvolvidas na escola.

O Projeto Político da instituição deverá contemplar ações de combate à evasão tais como: projetos inovadores que ofereçam um ensino de qualidade indo ao encontro das reais necessidades dos alunos, controle da frequência diariamente, avaliação periódica que envolva toda a comunidade escolar tendo como objetivo principal detectar as forças e as fraquezas da escola e com esses dados replanejar para superar as fraquezas detectadas.

Segundo reportagem da revista Nova Escola (2013), O Projeto Político precisa garantir um ensino de qualidade com ações que favoreçam a construção do conhecimento, um conhecimento real e significativo, tornando a escola um espaço de formação para a vida e não uma obrigação. Desenvolvendo diálogos com o universo dos jovens garantindo a aprendizagem dos alunos. A reportagem ressalta também que é necessário combater os riscos sociais, com políticas públicas que garantam uma educação de qualidade e para todos.

Veiga e Resende (1998, p. 88), destacam que:

Percebe-se que as decisões coletivas geram um comportamento de representatividade e de responsabilidade em torno das ações propostas para a construção do projeto. Essas decisões nem sempre resultam de consenso entre aqueles que integram a ação educacional. Mas são, justamente, as contradições detectadas na efetivação das propostas que dos últimos anos o desprepara e/ou a falta de aprofundamento e atualização pedagógica, o descompromisso da totalidade da equipe com o projeto, visões político-educacional e interesses diversificados em relação ao trabalho no interior da escola alimentam um quadro de retorno à situação de dispersão de objetivos, apontadas [...]

O Projeto Pedagógico da instituição se constitui em um grande aliado no combate ao abandono escolar, por isso, é necessário que seja realizado e construído de forma coletiva com ênfase na gestão democrática e na legislação vigente, contendo ações de combate e prevenção a evasão escolar.

#### 1.4 Controle por parte da escola dos dados indicadores de evasão escolar: taxa de rendimento e distorção idade-série

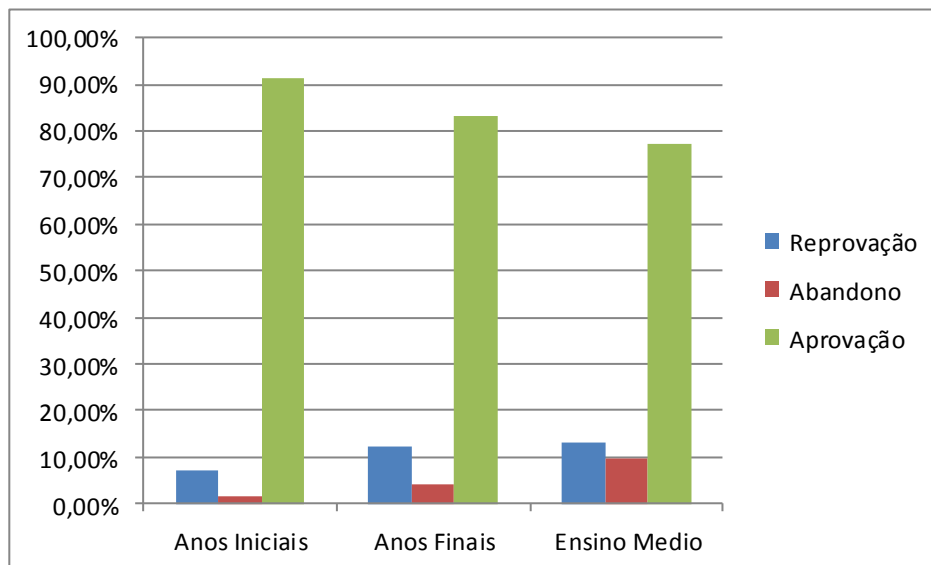
É de suma importância que cada unidade de ensino acompanhe periodicamente o número de repetência, aprovação e abandono que compõem a chamada taxa de rendimento que descreve o movimento dos alunos na unidade de ensino, através desse controle a escola poderá diminuir significativamente o índice de evasão escolar, de abandono e de repetência.

De acordo com uma reportagem publicada na revista Nova Escola (2012), a taxa de rendimento é realizada através da aprovação, reprovação e abandono.

No final de cada ano letivo os alunos das unidades de ensino podem ser aprovados, reprovados ou abandonarem os estudos. O resultado da somatória desses elementos resultará nas taxas de rendimento.

De acordo com as informações do Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa, as taxas de rendimentos das escolas brasileiras no período de 2011, 2012 e 2013 foram:

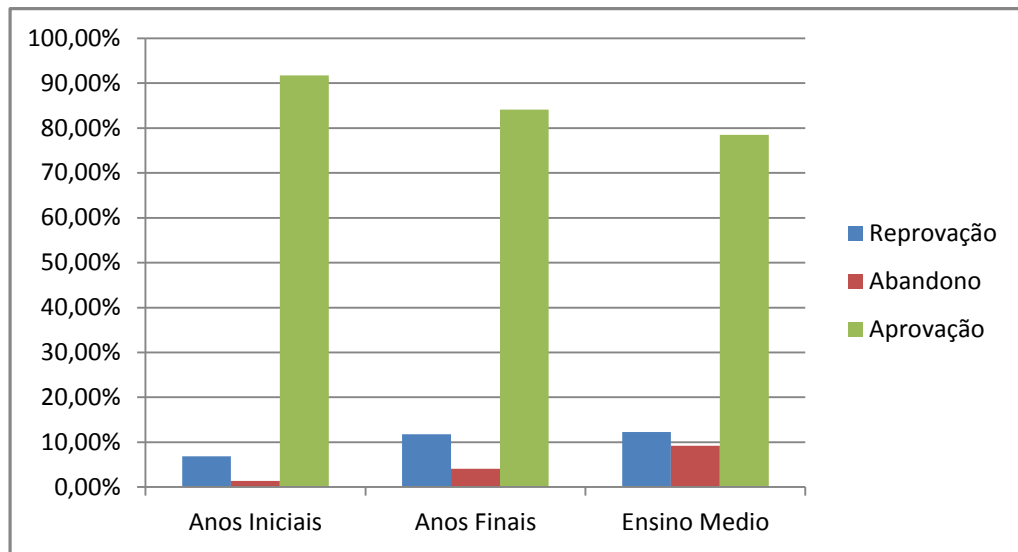
**Gráfico 1- Taxa de rendimento por etapa escolar no Brasil (2011)**



Fonte: Censo Escolar 2013, Inep.

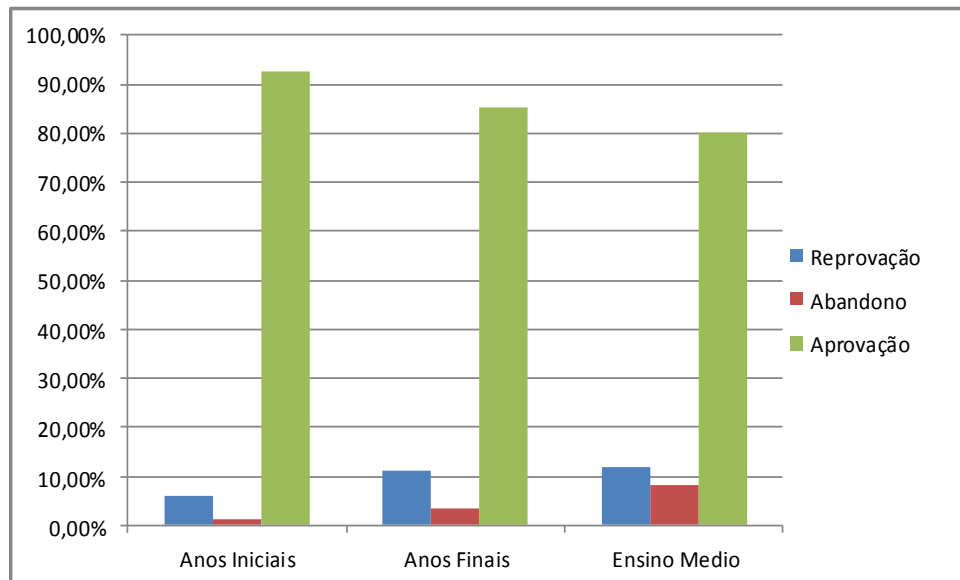
De acordo com o gráfico 1 a taxa de rendimento no Ensino Médio foi:

Reprovação 13,2% - Abandono 9,6% - Aprovação 77,2%

**Gráfico 2- Taxa de rendimento por etapa escolar no Brasil (2012)**

Fonte: Censo Escolar 2013, Inep.

De acordo com o gráfico 2 a taxa de rendimento no Ensino Médio foi :  
Reprovação 12,3% - Abandono 9,2% - Aprovação 78,5%

**Gráfico 3- Taxa de rendimento por etapa escolar no Brasil (2013)**

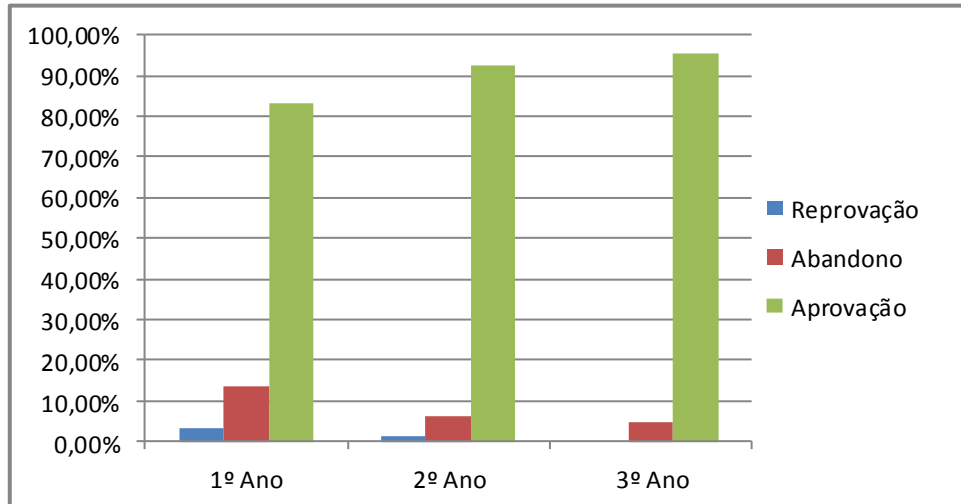
Fonte: Censo Escolar 2013, Inep.

De acordo com o gráfico 3 a taxa de rendimento Ensino Médio foi de:  
Reprovação 11,9% - Abandono 8,1% - Aprovação 80,0%

Segundo informações do INEP em 2011, 2012, 2013 as taxas de rendimentos do

estado de Goiás foram:

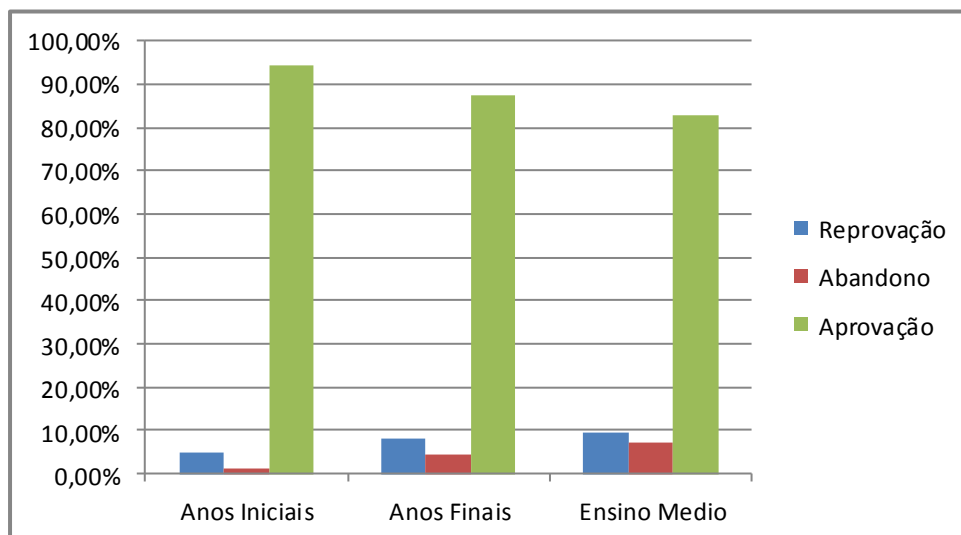
**Gráfico 4- Taxa de rendimento por etapa escolar no Estado de Goiás (2011)**



Fonte: Censo Escolar 2013, Inep.

De acordo com o gráfico 4 a taxa de rendimento escolar no Ensino Médio no estado de Goiás foi: Reprovação 12,9% - Abandono 7,0% - Aprovação 80,2%.

**Gráfico 5- Taxa de rendimento por etapa escolar no Estado de Goiás (2012)**

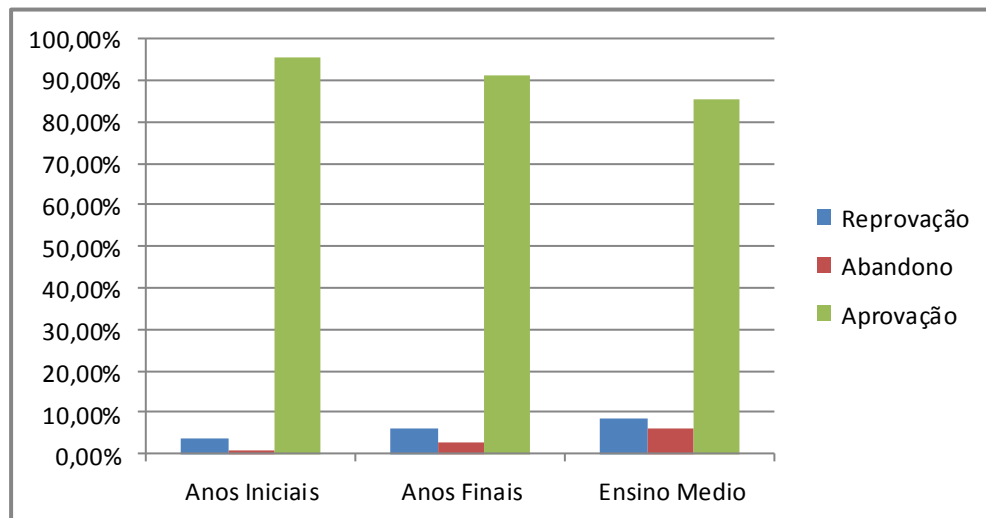


Fonte: Censo Escolar 2013, Inep.

De acordo com o gráfico 5 a taxa de rendimento no Ensino Médio no estado de Goiás foi: Reprovação 9,7% - Abandono 7,3% - Aprovação 83,0%.



**Gráfico 6- Taxa de rendimento por etapa escolar no Estado de Goiás (2013)**

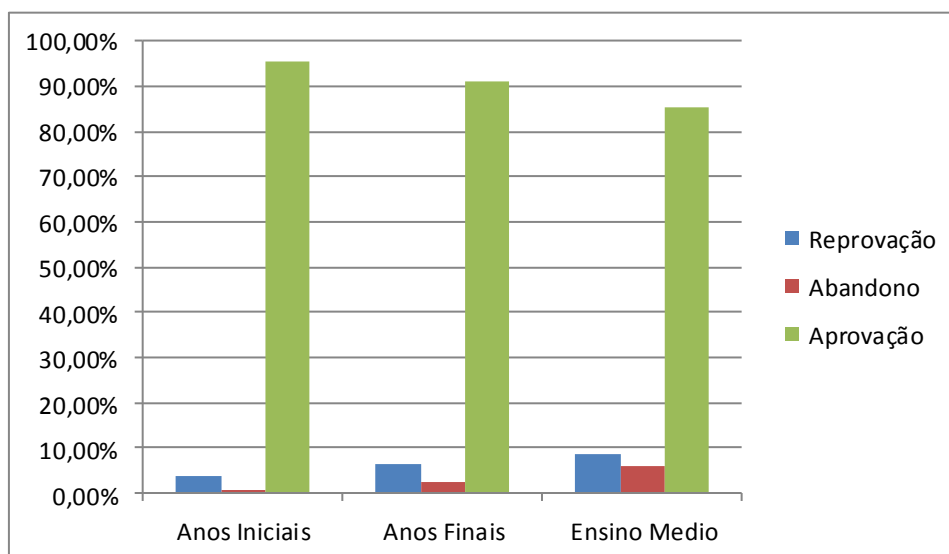


Fonte: Censo Escolar 2013, Inep, (2014)

De acordo com o gráfico 6 a taxa de rendimento no Ensino Médio no estado de Goiás foi: Reprovação 8,5% - Abandono 6,2% - Aprovação 85,3%.

De acordo com as informações do INEP em 2011, 2012, 2013 as taxas de rendimentos escolar do município de Santa Terezinha de Goiás foram:

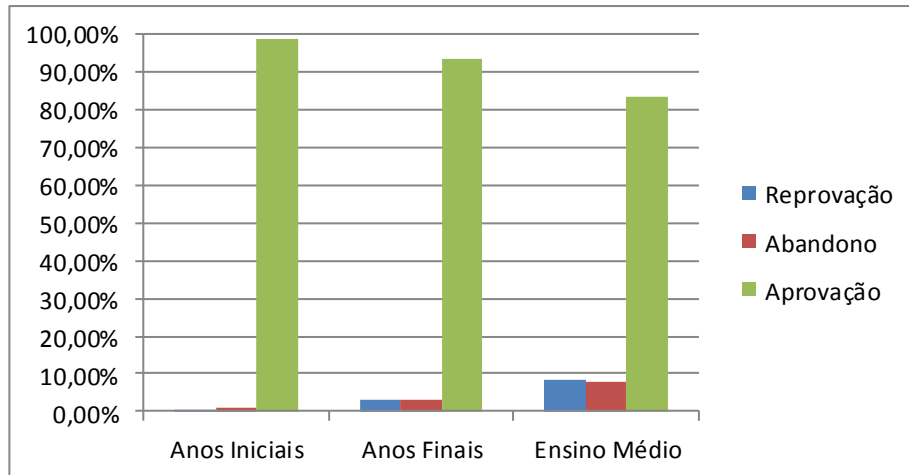
**Gráfico 7 - Taxa de Rendimento por etapa no município de Santa Terezinha de Goiás (2011)**



Fonte: Censo Escolar 2013, Inep.

De acordo com o gráfico 7 a taxa de rendimento no Ensino Médio em Santa Terezinha de Goiás foi: Reprovação 5,9% - Abandono 4,0% - Aprovação 90,1%

**Gráfico 8 - Taxa de Rendimento por etapa no município de Santa Terezinha de Goiás (2012)**

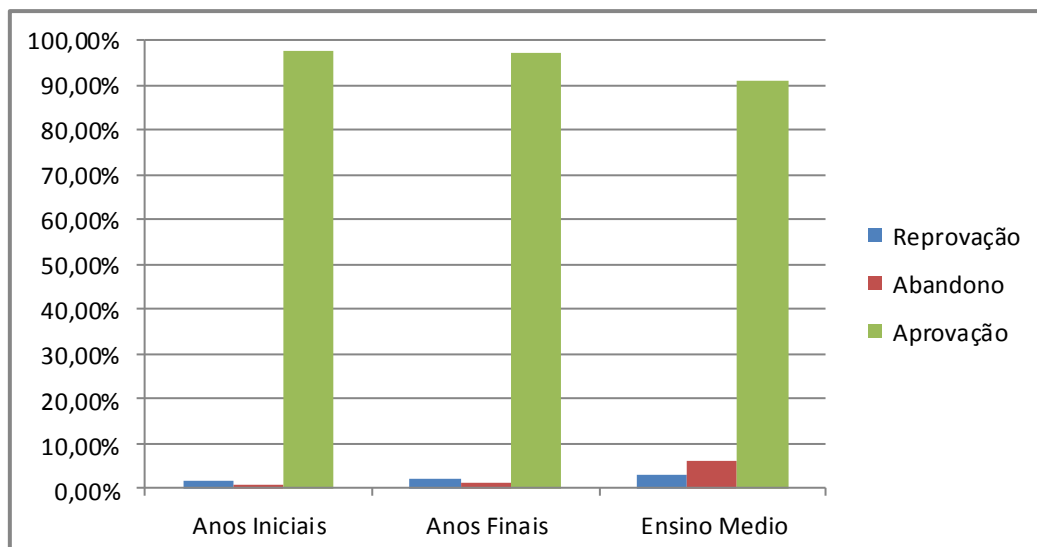


Fonte: Censo Escolar 2013, Inep.

De acordo com o gráfico 8 a taxa de rendimento no Ensino Médio em Santa Terezinha de Goiás foi:

Reprovação 8,4%- Abandono 8,0% - Aprovação 83,6%

**Gráfico 9 - Taxa de Rendimento por etapa no município de Santa Terezinha de Goiás (2013)**



Fonte: Censo Escolar 2013, Inep, (2014)

De acordo com o gráfico 9 a taxa de rendimento no Ensino Médio em Santa Terezinha de Goiás foi: Reprovação 3,0% - Abandono 5,9% - Aprovação 91,2%

Durante o período de 2011 a 2013 o maior índice de abandono no Brasil foi em 2011, no estado de Goiás e no município de Santa Terezinha de Goiás em 2012.

De acordo com o IBGE (2012), em 2011, o abandono escolar atingia mais da metade dos jovens de 18 e 24 anos pertencentes à fatia mais pobre da população, enquanto no quinto mais rico essa proporção era de apenas 9,6%.

Azevedo e Reis (2013, p.43), afirmam que:

Embora a ampliação do acesso à escola de Ensino Médio tenha sido potencializada pela elevação do número de concluintes do Ensino Fundamental que foi universalizado, mais precisamente, na última década – em que mais de 98% das crianças e jovens em idade obrigatória para frequentar a segunda etapa da Educação Básica nela se encontram matriculados, o desafio da permanência e da garantia de aprendizagem tem se mostrado agravado. Principalmente em decorrência da inexistência de uma escola sintonizada com os anseios da juventude atual e a necessidade de sua inserção em um mundo do trabalho que tem mudado neste início de século.

Diante dessa realidade é necessário que haja políticas eficazes e eficientes no combate ao abandono e a reprovação, garantindo um ensino de qualidade dando ênfase nas reais necessidades dos alunos. Os índices de abandono no Ensino Médio, etapa final da Educação Básica são alarmantes e preocupantes, gerando sérios problemas como o aumento da distorção idade-série.

A distorção idade-série ocorre quando o aluno não está na série correta de acordo com sua idade, ocorrendo o atraso escolar. Atualmente existem algumas medidas para tentar reverter o quadro da distorção no Ensino Médio tais como: educação em tempo integral, melhoria no ensino profissionalizante, matriz curricular flexível. Contudo, isso não tem sido suficiente para a solução do problema.

De acordo com uma publicação no site QEDu (2014), a idade correta para o ingresso no Ensino Fundamental é de 6 anos e o término é de 15 anos, no Ensino Médio é de 15 anos e o término é de 17 anos, concluindo assim, a Educação Básica.

Segundo a mesma reportagem, apenas 6,1 milhões dos estudantes do fundamental (21%) e 2,4 milhões de estudantes do ensino médio (29,5%) estão na série correta. São 22,9 dos alunos do Ensino Básico com atraso escolar de dois anos ou mais no Brasil.

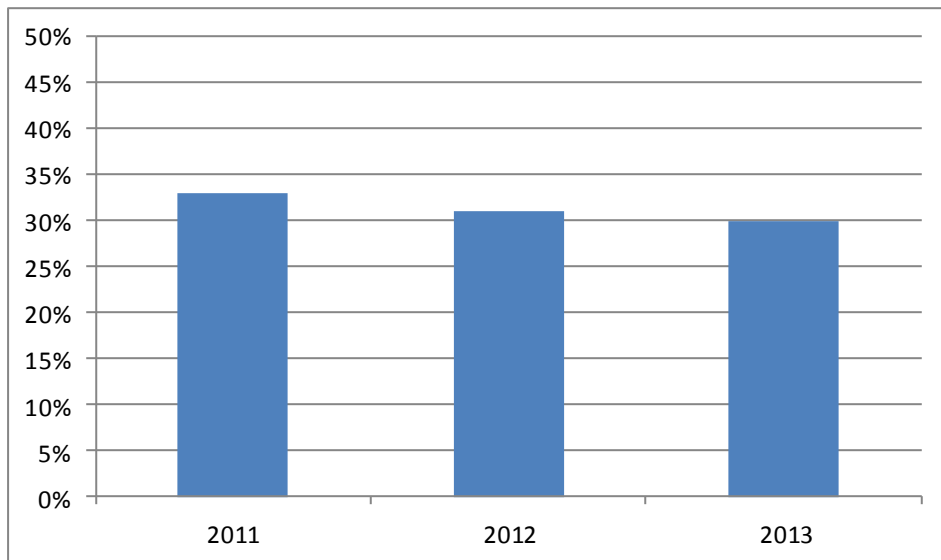
A reportagem retrata também que toda a rede pública de ensino possui 8,6 milhões de alunos matriculados no Ensino Médio, Dos quais, 34,4% estão em atraso escolar de dois anos

ou mais, ou seja, 1,2 milhão dos jovens estão em idade inadequada.

Quando o aluno ingressa tardiamente na escola, sofre reprovação ou abandona os estudos ocorre o atraso escolar ou distorção idade-série.

De acordo com as informações do INEP (2013), as taxas de distorção idade-série do País, do Estado e do município de Santa Terezinha de Goiás no período de 2011 a 2013 foram:

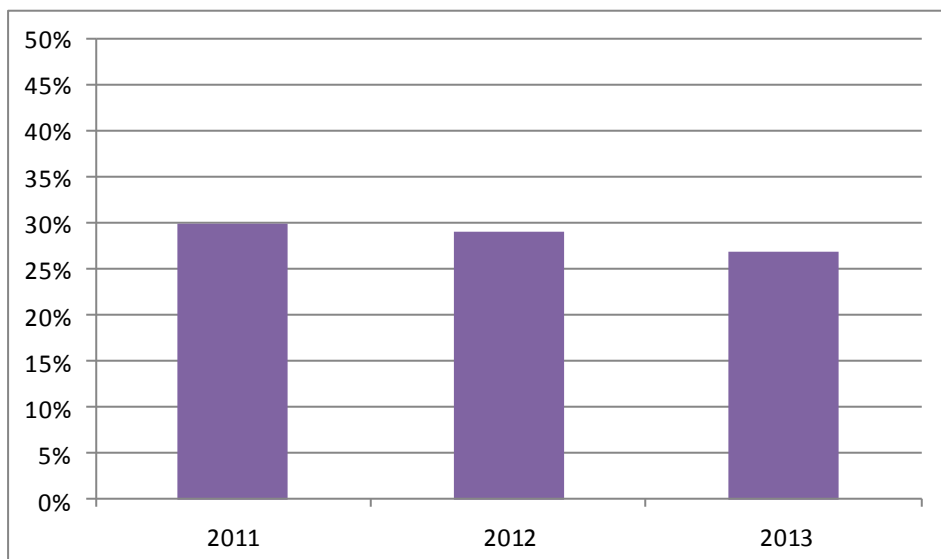
**Gráfico 10-Taxa de distorção idade-série do Brasil de 2011 a 2013**



Fonte: Censo Escolar 2013, Inep, (2014)

De acordo com o gráfico 10 a maior taxa de distorção idade-série no Brasil foi em 2011 com 33%.

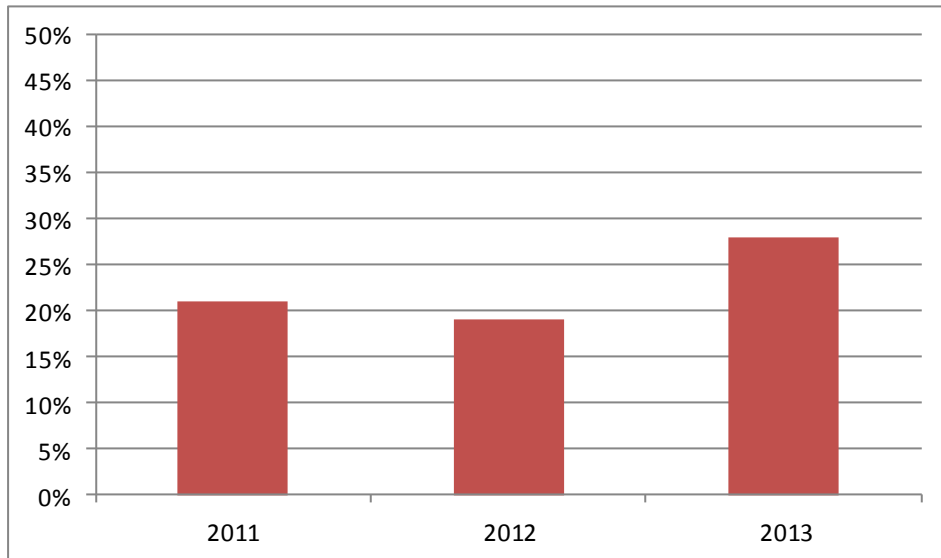
**Gráfico 11 - Taxas de distorção idade-serie no Estado de Goiás de 2011 a 2013**



Fonte: Censo Escolar 2013, Inep, (2014)

A maior taxa de distorção idade-série no Estado de Goiás foi em 2011 com 30%.

**Gráfico 12 - Taxas de distorção idade-série de Santa Terezinha de Goiás de 2011 a 2013**



**Fonte: Censo Escolar 2013, Inep, (2014)**

A maior taxa de distorção idade-série do município de Santa Terezinha foi em 2013 com 28%.

Através dos dados apresentados percebe-se que a realidade das escolas brasileiras é diferente do que estabelece a Lei, muitos alunos estão com idade superior à idade correta, isso poderá ter ocorrido em consequência de uma reprovação, abandono ou ingressou tardiamente na escola. Os gráficos indicam a necessidade de uma intervenção no processo pedagógico, estabelecendo ações eficazes de combate ao abandono e a reprovação que geram a distorção idade- série.

De acordo com Azevedo e Reis (2013), a alta taxa de distorção idade-série descreve bem o perfil do aluno do Ensino Médio, que se constitui de um número relevante de alunos mais velhos do que a idade média esperada para esse nível de ensino (15 a 17 anos).

No próximo capítulo será apresentado o contexto histórico do Brasil e as respectivas ações relacionadas ao projeto educacional para o país.

## 2 CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL E O ENSINO MÉDIO

### 2.1 Período Colonial (1500-1822)

#### 2.1.1 Contexto histórico

O descobrimento do Brasil aconteceu no contexto das grandes navegações marítimas, no momento em que Portugal estava em busca de novas terras e novas rotas comerciais. O reino lusitano estava interessado pelo lucrativo comércio oriental e as terras recém-descobertas no Novo Mundo não ofereciam lucros imediatos. Por isso, nos primeiros anos após a chegada ao Brasil, os portugueses não demonstraram interesse pela sua ocupação, uma vez que, o rico comércio com as Índias era bastante lucrativo.

Segundo Lima (2009, p.6):

No período de 1500-1530, conhecido como pré-colonial, não há uma presença ostensiva portuguesa, limitando-se ao extrativismo do pau-brasil; a presença mais ostensiva ocorria por conta das expedições de reconhecimento, demarcações ou guarda costa- o contrabando do pau-brasil foi intenso por todo século XVI, com presença constante de outros povos, navegando sob as ordens de seus reinos ou não buscavam riquezas infundas. Fato que obrigou o Estado português, a organizar a colonização Brasil.

Os portugueses chegaram à conclusão que as novas terras não ofereciam lucros fáceis e imediatos e que o dinheiro obtido com a exploração do pau-brasil era relativamente menor do que os lucros com o comércio de produtos africanos e asiáticos.

O autor ainda relata que:

As terras do Novo Mundo não apresentaram de imediato, riquezas ao reino português- não foram encontrados metais preciosos nem oferta eficiente de produtos exóticos (especiarias) para o comércio. Enquanto isto nas Índias, o comércio fervilhava com as especiarias, garantindo altos lucros, direcionando boa parte dos esforços da burguesia e do estado português, deixando praticamente abandonadas as terras brasileiras. (LIMA, 2009, p. 6)

A partir de 1530, Portugal temendo perder as terras brasileiras para outros povos europeus, já que as expedições guarda-costas não conseguiam impedir o contrabando do pau-brasil, resolve colonizar o Brasil por meio do sistema de capitânicas hereditárias.

As capitânicas hereditárias enfrentam dificuldades e fracassam, principalmente pela falta de recursos financeiros, uma vez que, a coroa portuguesa não deu muito apoio aos donatários,

cabendo a cada um investir nas terras doadas e acabar com a resistência indígena, diante da tentativa de escravizá-los e da invasão de suas terras.

Lima (2009), relata que o sistema de capitanias hereditárias fracassou principalmente pela resistência indígena e pela escassez de recursos.

O governo português cria então, o governo-geral com a finalidade de apoiar as Capitanias hereditárias que estavam passando por sérias dificuldades e não haviam alcançado os objetivos desejados. A nova forma de governo exerceria as funções militares, administrativas, judiciárias e eclesiásticas.

Ribeiro (2007, p.17), afirma que:

Diante das dificuldades encontradas com o regime de capitanias hereditárias, é criado o Governo Geral. Este é o primeiro representante do poder público na colônia, que tinha como obrigação não substituir, e sim apoiar as capitanias, a fim de que o processo de colonização conseguisse um desenvolvimento normal.

O primeiro governador geral Tomé de Souza chega ao Brasil juntamente com os jesuítas que vieram com a missão de catequizar os índios.

Segundo Aranha, (1996, p. 99): “A economia colonial se expande em torno do engenho do açúcar e o grande proprietário de terras recorre ao trabalho escravo, inicialmente dos índios, e depois, dos negros africanos”.

A autora ressalta ainda que:

Latifundiários, escravatura, monocultura, eis as características da estrutura econômica colonial que explicam o caráter patriarcal da sociedade centrado no poder do senhor de engenho. Convém não esquecer que o Brasil é uma colônia e, portanto o lucro fica com os comerciantes na metrópole, o que caracteriza uma economia de modelo agrário-exportador dependente. (ARANHA, 1996, p. 99).

No século XVIII entra em crise na Europa o Antigo Regime, e Portugal que padece de uma crise estrutural, recorre à Inglaterra em busca de apoio financeiro e em troca, concede ao Estado inglês ricos acordos comerciais.

Lima (2009, p.166), afirma que “Portugal, centro do mundo quando da expansão marítima, estava à falência após três séculos de má administração, corrupção e guerras”.

### 2.1.2 Educação no Período Jesuítico (1549- 1759)

No Brasil o processo de escolarização oficial inicia-se em 1549. As primeiras escolas são criadas com a chegada da ordem religiosa conhecida como Companhia de Jesus. O

propósito estabelecido pelos padres jesuítas para as terras recém-tomadas pela Coroa Portuguesa era a catequese dos indígenas. Sobre o modo de atuação da Companhia de Jesus<sup>1</sup>, chama-se a atenção para sua distinção das demais ordens religiosas, uma vez que os jesuítas “vivem no século, no mundo; e a Companhia tem caráter sumamente empreendedor e combativo. Sua mesma designação de Companhia já indica o caráter de milícia, assim como a sua organização baseada na disciplina e espírito de obediência, tudo para maior glória de Deus.” (LUZURIAGA, 1969, p. 118-119).

Os jesuítas se dedicaram a propagação da fé católica e ao trabalho educativo. Perceberam que não seria possível converter os índios ao catolicismo se não soubessem ler e escrever. Com a missão de catequização dos índios os jesuítas criaram as Missões, elas foram utilizadas para a aculturação e exploração do trabalho indígena.

Segundo Jesus (2009, p. 21):

O objetivo da atuação jesuítica junto aos índios no Brasil foi a de convertê-los. Transformar os gentios selvagens em cristãos, ou reduzi-los ao cristianismo, representava inseri-los na cultura ocidental, torná-los praticantes da religião que era advogada como única verdadeira, era civilizá-los com rei e lei, era fazê-los, enfim, súditos portugueses, sujeitos às regras temporárias e espirituais que isso representava, e, do ponto de vista jesuítico, fazer cristãos era propiciar-lhes a possibilidade da felicidade eterna por meio da salvação de suas almas. Converter significa tudo isso.

Os jesuítas enfrentaram vários desafios com a implantação de um sistema educacional no Brasil, teriam que lidar com um povo de língua e cultura diferente, com os interesses da coroa portuguesa, com os interesses dos fazendeiros e com seus próprios interesses, teriam que convencer os gentios que seus costumes e crenças estavam errados e convertê-los ao catolicismo. Precisavam de meios eficazes para ensiná-los a ler e escrever.

Colaborando com essa ideia Sangenis (2004), ressalta que os jesuítas contribuíram significativamente com a educação no período colonial, apresentaram um projeto de ensino uniforme e organizado com metodologias de ensino eficientes e eficazes. Relata também que a metodologia utilizada pelos religiosos durante o desenvolvimento do projeto educacional no Brasil dava ênfase a um estudo livresco, teórico, distante da realidade e das necessidades da população colonial. Porém a maior crítica que se pode fazer a ação dos jesuítas foi a defesa de um projeto de transformação social, uma vez que, se propôs a mudar a cultura dos nativos.

---

<sup>1</sup> Ordem religiosa fundada em Paris, no ano de 1534, pelo espanhol Inácio de Loyola Seu principal objetivo era revigorar a fé católica, ameaçada pela Reforma Protestante, de maneira que enviava missionários para várias regiões do mundo. Em 1759, a ordem é expulsa de Portugal e de todo o império ultramarino por motivos políticos, tendo os seus bens confiscados pela Coroa. Em 1764, o mesmo acontece na França e, três anos depois, na Espanha. Por fim, é extinta pelo papa Clemente XIV, em 1773. Após quatro décadas de extinção oficial, a ordem é restaurada pelo papa Pio VII, em 1814, e retoma a administração de suas instituições educacionais.



A ação educativa dos jesuítas encontrou sérios obstáculos por parte dos colonos, temerosos de perderem o controle sobre a mão de obra escrava indígena. Nesse sentido Paiva, (2011, p.53), afirma que: “Os jesuítas por serem os representantes dos valores da cultura, são perseguidos pelos fazendeiros quando os interesses são perturbados.” Os missionários não concordavam com a forma que os fazendeiros tratavam os gentios, colocando-os para realizarem todo tipo de atividades, acusando-os de serem cruéis e de influenciarem negativamente os índios com comportamentos inadequados.

Jesus (2009), relata que a primeira preocupação dos jesuítas é com o batismo dos gentios em seguida iniciava o processo de catequese, onde os índios aprenderiam a doutrina católica, além da leitura e da escrita. Eles foram obrigados a abandonar suas crenças e costumes, por serem considerados errados pelos jesuítas. A catequese significava uma mudança cultural, religiosa e política.

Além da catequese dos gentios os jesuítas assumiram a função de formar a elite da sociedade brasileira, até então incipiente, e que demandava instituições para a formação cultural dos seus herdeiros. Para tanto os colégios são criados e direcionados, sobretudo para os filhos dos portugueses e da elite brasileira, ou seja, para os estudantes provenientes das famílias que detinham o poder e a riqueza. (PAIVA, 2007).

A base da educação estabelecida pelos jesuítas está fundamentada nos estudos de Humanidades e os colégios vão sendo fundados à medida que a colonização portuguesa foi entrando pelo interior do Brasil. O “sistema de educação” criado pelos jesuítas compreendia desde a instrução elementar (ler, escrever e contar) até o doutorado em artes. Segundo Nunes, “o curso de Humanidades, dentro dos objetivos da Companhia de Jesus, foi o mais importante dos cursos aqui instituídos” (NUNES, 1962, p. 30).

A criação do primeiro ensino secundário ocorreu na Bahia, em 1553. Seu objetivo era proporcionar a preparação necessária para os filhos dos senhores de engenho se encaminharem para o sacerdócio ou para as universidades da Europa, sobretudo em Coimbra. Ressalta-se que o privilégio de ter acesso à instrução não se estendia às mulheres, por serem considerados seres inferiores, mesmo às provenientes das famílias brancas e ricas. A instrução feminina só é permitida do século XIX em diante, e ainda assim, no começo, deveria ser realizada estritamente no âmbito doméstico.

O plano pedagógico dos jesuítas organizava-se por meio do *Ratio Studiorum*, com orientações detalhadas sobre currículo, didática, avaliação, administração escolar etc. O *Ratio Studiorum* abrangia, em termos curriculares, além das humanidades, a gramática média, a gramática superior e a retórica, orientando-se, em termos metodológicos, por valores caros à

Igreja Católica: disciplinamento, autoridade, hierarquização, uniformidade e formalidade. No curso do ensino secundário era transmitido o modelo de sociedade desejado tanto pela Coroa Portuguesa quanto pela Igreja para a nação brasileira, esperando-se que os jovens estudantes pudessem retransmiti-lo, direta e indiretamente, em suas relações sociais. “O colégio plasmava o estudante para desempenhar, no futuro, o papel de vigilante cultural, de forma que a prática, mesmo desviante, pudesse ser recuperada.” (PAIVA, 2007, p. 49).

A educação jesuítica cumpre uma função histórica no projeto de colonização portuguesa naquela sociedade, que se erigia em conformidade com a doutrina católica, ao preparar os jovens para a vida sociopolítica. Nesse sentido Luzuriaga adverte:

A educação dos jesuítas dirigiu-se quase exclusivamente ao ensino secundário e pouco, ou nada, ao primário. A ação jesuítica encaminhou-se principalmente para os adolescentes das classes burguesas e dirigentes da sociedade e, não, para a massa do povo, como fizeram outras ordens religiosas. Daí a grande influência que os jesuítas exerceram na vida social e política. (LUZURIAGA, 1969, p. 120).

O ensino secundário conforme o *Ratio Studiorum* vigorou durante o período colonial até 1759, quando, então, o “monopólio” dos jesuítas sobre a educação findou, após mais de dois séculos de existência. Eles foram expulsos do Brasil pelo Marquês de Pombal. Mas a influência do sentido da educação humanista dos jesuítas deixou marcas profundas na cultura brasileira. Em relação ao Ensino Médio, esta marca é mais evidente em relação a sua identidade e sua função. Afinal, um projeto de ensino pensado e realizado para a formação das elites não se abriria às classes populares nos mesmos moldes.

### 2.1.3 Período Pombalino (1760- 1808)

Um novo estágio da educação brasileira principiou com a publicação do Alvará de 28 de junho de 1759, assinado por Dom Sebastião José de Carvalho, o Marquês de Pombal. Trazer a educação para o controle do Estado, secularizar o ensino e estabelecer um currículo padrão, são medidas que compunham a tríade da Reforma Pombalina. Neste sentido, o Alvará estabelecia uma nova organização do sistema educacional, com previsão da criação das aulas régias e das classes, da profissionalização de professores e da autorização do ensino feminino, cuja concepção elitista impediria a extensão do ensino voltado para a formação integral às camadas populares.

Inaugurou-se no Brasil o ensino público, sob a responsabilidade do Estado, ao romper com o monopólio religioso. Não obstante, o sistema de ensino tarda a modificar-se,

permanecendo por longo prazo tal qual na época dos jesuítas. A evolução é lenta e tem como principais marcas: a criação das aulas avulsas de “primeiras letras”, de gramática, latim, grego e filosofia; e a fundação de sociedades literárias.

A Reforma Pombalina ocorreu no contexto das ideias iluministas que, em sua versão portuguesa, apresentou características bem distintas, e até contrárias, da original, surgida na Inglaterra, ou da emblemática versão desenvolvida na França. Os princípios da filosofia do Iluminismo condenavam o absolutismo, mostrando que a missão do governo, ao ser instituído pelos homens, fora defender a propriedade, e não limitar seus direitos naturais. Foi à época dos déspotas esclarecidos, dos grandes ministros e suas reformas político-administrativas, sem alteração, porém, da estrutura social vigente. (NUNES, 1962, p. 42).

Em Portugal, dentre outras particularidades, há uma oportuna combinação entre o Iluminismo e o Cristianismo, uma vez que os limites da ciência esbarravam na autoridade da Coroa e da poderosa religião católica. O Iluminismo português baseia-se na fé na razão, no progresso, no comércio e na educação, sem, entretanto, ter interesse na emancipação política de todos e na quebra da hierarquia social consolidada. Ora, o conhecimento sempre significou poder, e, no entendimento dos governantes portugueses, o ensino superior deveria ser destinado a um público restrito, pois sua expansão significaria uma ameaça ao poder despótico. Segundo Borba (2011), a estruturação de um Estado sólido e potente demandava a reorganização social da colônia, de modo a torná-la menos vulnerável. Daí, a necessidade da formação educacional mais sofisticada para o desenvolvimento de áreas específicas da sociedade, bem como da instrução elementar para o trabalho pesado. Esta, sim, deveria ser expandida e abarcar a população pobre do Brasil. Assim foi pensado o ensino primário: ensinar o básico, ou seja, ler, escrever e contar; impingir regras morais e comportamentais; inculcar o temor e respeito ao Governo e à hierarquia social.

Borba (2011), afirma que as condições para o estabelecimento da escola pública eram bastante precárias, mesmo com a criação do “subsídio literário”, em 1772, para o seu custeio: não há uma estruturação institucional mínima, com locais adequados, materiais básicos (por exemplo, livros para os professores) e quantitativos de professores suficientes, inviabilizando as possibilidades de torná-la, de fato, acessível. No período colonial pombalino prevaleceu o ensino primário para as crianças pobres, e não todas, e o ensino secundário “enciclopédico”, destinado aos jovens provenientes das elites, formada basicamente por burocratas e aristocratas rurais.

No ensino secundário permanecem no currículo o latim, a filosofia e a retórica, acrescentando-se novas cadeiras – desenho, história, aritmética, álgebra, geometria dentre

outras, que são criadas nas localidades economicamente mais desenvolvidas naquela época. E permanece também o caráter elitista de outrora, que conserva no sistema educacional um reduto para as classes privilegiadas. O ensino secundário mesmo após a expulsão da companhia de Jesus continuou por um longo período influenciado pelas ideias dos jesuítas. Essa realidade vai mudando gradativamente, as aulas que eram organizadas em forma de cursos, com as mudanças implantadas pelo marquês de Pombal, são organizadas e ministradas em forma de aulas avulsas, as chamadas aulas régias.

De acordo com Lima (2009), as mudanças propostas por Pombal devem ser avaliadas no contexto de uma política direcionada a tirar Portugal da crise financeira que se encontrava. Inicia-se um novo panorama, a educação passa a ser controlado pelo Estado Português, embora a maioria das ações não tenha alcançado êxito, provavelmente pelo excesso de modificações implantadas.

As aulas régias eram constituídas de aulas isoladas sem articulação com as demais disciplinas, ministradas por professores, que atendiam aos interesses da colônia. Esses professores eram poucos e direcionados apenas para uma pequena parcela da sociedade, reforçando uma educação de caráter seletivo e elitista.

Vechia (2005), relata que as aulas régias se formavam a partir do ensino de uma disciplina por um professor, sem conexão com as demais, tornando-se disciplinas independentes e isoladas, sem um plano de estudo organizado e estruturado.

Segundo Saviani (2008), com as reformas Pombalinas surge no Brasil a educação pública estatal, saindo do controle das ideias religiosas e atribuindo ao Estado a responsabilidade com as instituições de ensino.

O marquês de Pombal procurou modernizar a cultura portuguesa e recuperar a economia baseado na centralização do poder real.

Ribeiro, (2007, p. 34) salienta que:

As reformas Pombalinas visavam transformar Portugal numa metrópole capitalista, a exemplo do que a Inglaterra já era a mais de um século. Visavam também, provocar algumas mudanças no Brasil, com o objetivo de adaptá-lo, enquanto colônia, a nova ordem pretendida em Portugal.

Ribeiro (2007), enfoca também que diante da crise econômica que Portugal enfrentava era necessário tirar o maior proveito possível da colônia, aumentando demasiadamente a fiscalização das atividades desenvolvidas.

Diante das guerras napoleônicas, travadas na Europa, a corte portuguesa, instigada pelos

interesses ingleses, foi obrigada a se deslocar de Lisboa para o Brasil. Tal situação acabou por elevar o Brasil à condição de Reino Unido a Portugal, tornando-se sede do Estado Português.

No século XIX a família real mudou-se para o Brasil alterando significativamente a vida dos colonos, iniciando uma nova fase da história brasileira, transformando a cidade do Rio de Janeiro em um centro urbano capaz de receber a nobreza portuguesa.

Lima (2009), afirma que com a chegada da Família Real ao Brasil, mudou radicalmente a rotina da população, criando-se uma estrutura político-administrativa com características de nepotismo e clientelismo, utilizando-se de bens públicos para interesses particulares, notadamente da elite portuguesa.

Aranha (1996, p.151), ressalta que foram as seguintes inovações no campo cultural:

- \* Criação da Imprensa Régia (1808): até então as publicações eram proibidas: surgem, sob proteção oficial, (...).
- \* A biblioteca (1810), futura Biblioteca Nacional: com 60 mil volumes traduzidos por D. João VI e em 1814 franqueada ao público.
- \* Jardim Botânico do Rio (1810): ao lado do Museu Real, incentiva os estudos de botânica e zoologia, (...).
- \* Museu Real (1818), depois Museu Nacional: começa com material fornecido pelo rei, depois, recebe a coleção mineralógica de José Bonifácio e várias coleções de zoologia doadas por naturalistas estrangeiros em viagem pelo Brasil.
- \* Missão cultural francesa (1816): convidam-se artistas franceses, como Lebreton, Debret, Taunay, Montigny e outros, que influenciam a criação da Escola Nacional de Belas Artes.

Mesmo antes da chegada da Família Real ao Brasil, já iniciara na área educacional algumas mudanças na concepção educacional, decorrente das ideias de intelectuais europeus, com projetos de leis e criação de escolas. O ensino na colônia brasileira passa a ser organizado em três níveis: o primário, o secundário e o superior.

Vechia ( 2005, p.79), afirma também que:

Quebrando a tradição do humanismo clássico da educação secundária brasileira foi inaugurado, em 1800, o Seminário Episcopal de Olinda. Seu fundador, o Bispo Azevedo Coutinho, formado em Coimbra, trouxe para o Brasil a mentalidade dos novos rumos educacionais que Pombal imprimira em Portugal.

O Colégio- seminário de Olinda tornou-se o mais avançado durante o período colônia.

#### 2.1.4 O nível secundário (ensino médio)

O Ensino Médio no Brasil foi implantado pelos jesuítas durante o período colonial, ficando a educação sobre a responsabilidade desse grupo do século XVI até o século XVIII.

A educação era um privilégio de poucos, apenas dos grupos dominantes que correspondiam a uma pequena parcela da sociedade.

De acordo com Paiva (2011, p.51):

O colégio propunha o modelo de comportar-se, tanto no foro interno quanto no externo: justificava o modelo e ensinava a interpretação. Do colégio saíam os letrados, que se desincumbiriam da função de vigilante da cultura, função com efeito de todos os que tinham subalternos: a concepção da sociedade e de sua organização era toda ela, de caráter hierárquico.

A atuação dos jesuítas foi decisiva para a educação no Brasil. Criaram diversos estabelecimentos de ensino espalhados por toda a colônia. Perceberam que precisavam desenvolver um trabalho diferenciado com os índios e para isso, aprenderam a língua dos nativos, facilitando o trabalho de aculturação e de conversão, criaram aldeamentos e as missões, onde teriam mais tempo e controle dos novos convertidos.

No início do século XIX os jesuítas foram expulsos do Brasil e vários cursos secundários foram fechados. O legado por eles deixado foi, de acordo com Aranha (1996), no período de 210 anos, a promoção de forma maciça da catequese dos índios, a educação dos filhos dos colonos, preparação de sacerdotes e formação da elite intelectual. A explicação da expulsão dos Jesuítas do Brasil está relacionada com o elevado grau de poder que os padres missionários da Companhia de Jesus detinham, tanto educacional, político e econômico, incomodando as autoridades de Portugal.

## **2.2 Brasil Império (1822- 1889)**

### **2.2.1 Contexto histórico**

A presença da corte portuguesa no Brasil durou até o final das guerras napoleônicas na Europa. Neste novo cenário político a população portuguesa mostrava-se descontente com a situação de abandono em que o país se encontrava, o rei de Portugal deixara a população à mercê dos invasores franceses e mudou-se para o Brasil.

Ribeiro (2007, p.43), relata que: “Este descontentamento leva, em 1820, a Revolução Constitucionalista iniciada na cidade de Porto que, como o nome indica, visava uma liberalização do regime, um fortalecimento das cortes, em detrimento do absolutismo real”.

Os revoltosos tomaram o poder em Portugal, elaboraram uma nova Constituição

limitando o poder do rei, acabando com o absolutismo no país, passando a ser controlado pelas Cortes de Lisboa.

Segundo Lima e Nishikawa (2009, p.14):

A rápida difusão das ideias liberais revolucionárias em Portugal e no Brasil deve-se à conjugação de forças: de um lado o descontentamento com a inversão portuguesa colocando Portugal em difícil situação política, econômica, financeira e administrativa, sem falar na perda comercial com o rei no Brasil e o comércio livre decretado com a Abertura dos Portos; por parte do Brasil a crença de uma monarquia dual capaz de garantir benefícios conquistados e ampliar as liberdades, ressaltando que o conceito de liberdade é algo bem genérico e pouco difuso no Brasil, fruto de conceitos elaborados (ou mal elaborados) por uma elite nem sempre compromissada com a coletividade.

D. João VI foi obrigado a retornar para Portugal, temendo perder o controle do poder real. Deixou seu filho Pedro como príncipe regente do Brasil. Nesse contexto percebe-se várias atitudes do governo português, objetivando, conforme afirma Lima e Nishikawa, (2009), recolonizar o Brasil e para tanto tentam anular a autonomia administrativa do Brasil. Os referidos autores afirmam também que em 1821, as cortes portuguesas enviam um decreto proibindo a permanência de D. Pedro no Brasil. Diante dessas pressões externas, mais a pressão da elite brasileira, interessada em manter a autonomia política, D. Pedro proclama a independência do Brasil.

No dia 7 de setembro de 1822 em São Paulo D. Pedro proclama a independência do Brasil e no dia 1º de dezembro foi coroado com o título de D. Pedro I. As classes dominantes que comandaram o processo de independência não pretendiam mudar a situação social da maioria da população.

No dia 25 de março de 1824 é outorgada a Constituição brasileira que estabelecia a existência de quatro poderes: executivo, legislativo, judiciário e moderador.

Segundo Vainfas (2002 apud Lima e Nishikawa, (2009, p.24):

Em 25 de março de 1824, o Brasil tem uma Constituição. Elaborada no prazo de 40 dias pelos nobres representantes escolhidos por D. Pedro para o conselho de Estado, que fizeram o esperado: corrigiram os pontos de discórdia, ampliando o poder do monarca e instituíram o Poder Moderador (quarto poder) como “chave do sistema” com força para controlar os demais poderes e a gestão total sobre a frágil estrutura político-administrativa, além de poderes para nomear e demitir em todos os níveis.

A primeira constituição do Brasil foi outorgada por D. Pedro em 1824 que assumiu o poder Moderador, o qual lhe concedia direitos políticos que vão além de uma democracia representativa. A referida constituição instituiu o voto censitário, concedendo direitos

eleitorais apenas a elite, o catolicismo foi declarado religião oficial do Brasil e a igreja católica era controlada pelo imperador.

No dia 7 de abril de 1831 D. Pedro I temendo perder o trono português, devido o falecimento de seu pai, abdicou do trono brasileiro em favor do seu filho D. Pedro de Alcântara de apenas 5 anos e retorna a Portugal.

Diante da menoridade de D. Pedro de Alcântara, Cotrim (1999, p. 193), afirma que “a Constituição do Império estabelecia que o Brasil fosse governado por três regentes, eleitos pelo legislativo, enquanto Pedro Alcântara não atingisse a maioridade (18 anos)”.

Durante a regência ocorreram várias revoltas na província brasileira em consequência da crise econômica e do descontentamento da população com a situação política.

Segundo Ribeiro (2007, p. 51): “Tais rebeliões não chegaram, no entanto, a provocar o rompimento ou o fracionamento territorial porque, em realidade, tanto o poder central como o provincial (regional) eram fracos.”.

Durante o segundo reinado vários acontecimentos marcaram as relações externas do Brasil tais, como: a Questão Christie, a Guerra do Paraguai, e a Questão Platina.

Zotti (2004), relata que a consolidação do império provocou a transição de uma sociedade rural-agrícola para uma sociedade urbana- agrícola comercial, onde as cidades se tornaram os centros de desenvolvimento do capitalista. O centro econômico do país se deslocou do norte para o sul e sudeste em função do desenvolvimento da lavoura cafeeira.

### 2.2.2 A descentralização da educação: O Ato Adicional de 1834

Durante o período do primeiro reinado não houve ideias de mudanças em relação à educação no Brasil. O segundo reinado foi marcado por diversas discussões acerca da necessidade de uma política voltada para a escolarização da população, principalmente a população de baixa renda e o surgimento de novas ideias no campo educacional: liberdade de ensino e de credo religioso, abertura de novas escolas com uma pedagogia diferente. No entanto, prevalece o discurso sobre uma prática efetiva.

Filho (2011, p.134), afirma que:

Há que considerar, também, que nem a própria escola tinha lugar social de destaque, cuja legitimidade fosse incontestável. Foi preciso então, lentamente, afirmar a presença do Estado nessa área e também produzir, paulatinamente, a centralidade do papel da instituição escolar na formação das novas gerações.

No dia 15 de outubro de 1827, promulgou-se uma lei que determinou a abertura de



escolas em todas as cidades, vilas e lugarejos. Entretanto a falta de recursos para construção de prédios, aquisição de materiais e a falta de professores devido o baixo salário, tornaram-se grandes obstáculos para o cumprimento dessa medida. O governo tentou resolver esse problema aumentando os salários dos professores e usando espaços cedidos, geralmente por fazendeiros.

Aranha (1996, p. 154), esclarece que:

O precário sistema tributário torna a falta de recursos um crônico empecilho para qualquer realização, seja na construção de escolas, seja a preparação de professores, ou sua remuneração mais docente. Por isso, não é boa a qualidade de ensino com professores improvisados, incompetentes e, devido aos baixos salários obrigados a se dedicarem a outras atividades ao mesmo tempo.

D. Pedro não obteve sucesso no campo educacional, o principal fator foi à falta de recursos financeiros.

O ensino primário e secundário passou a ser promovido e administrado pelos governos provinciais através do Ato Adicional, (criado em 1834) incluído na Constituição de 1824, que atribuía às províncias o direito de regular sobre instrução pública em estabelecimentos próprios e promovê-las. Foi delegado ao governo central apenas a responsabilidade com a educação do município neutro e o ensino superior. Conforme afirma Moraes et al (2013, p.5):

O ato adicional de 1834 traz a constituição de (1824) alguns traços de federalismo. São criadas as Assembleias Provinciais que dividem com a Assembleia Geral a competência de legislar em certas matérias, por exemplo, no caso da "instrução pública". Coube então, as províncias o direito de promover e regulamentar o ensino primário e médio em suas jurisdições enquanto esfera nacional (a Assembleia Geral e os ministros do Império) abrangia as escolas que ministravam o ensino primário e médio no município da Corte e o superior em todo país.

A partir do Ato adicional, mudou-se a organização do ensino secundário que passou a funcionar através de aulas avulsas, as chamadas aulas régias, organizada em sistema regular seriado e em sistema irregular. O sistema regular seriado era ministrado no Colégio Pedro II e nos Liceus Provinciais e em alguns estabelecimentos particulares, o sistema irregular era formado através de cursos preparatórios que permitia o ingresso dos alunos na universidade mediante a aprovação nos exames parcelados. O sistema regular seriado era privilégio de poucos.

Na concepção de Saviani (2006), até o término do império o ensino primário funcionou de forma descentralizada ficando sob a responsabilidade das províncias.

Ribeiro (2007, p.49), reforça que:

Mesmo as escolas de “primeiras letras” são em números reduzidos, como limitado é o seu objetivo, seu conteúdo e a sua metodologia. Elas enfrentam problemas dos quais se têm notícias através dos relatórios dos ministros da época: era difícil encontrar pessoal preparado para o magistério, havia completa falta de amparo profissional, fazendo da carreira algo desinteressante e não motivando um aprimoramento constante, a população era mínima.

Nesse período surgiu em 1835 em São Paulo os Liceus Provinciais que tinham como missão preparar os alunos para a entrada no ensino superior e em 1837 o Colégio Pedro II, com estrutura orgânica e seriada. Essa instituição servia de referência para as demais instituições do país e o objetivo principal era a formação das elites nacionais (MORAES et al, 2013)

As primeiras instituições provinciais públicas de ensino secundário foram o Ateneu no Rio Grande do Norte em 1825 e os Liceus na Bahia e na Paraíba em 1836 e no município da corte o seminário de São Joaquim, o qual se transformou em colégio Pedro II em 1837.

O ensino secundário se mostrava desorganizado com aulas avulsas com frequência livre e sem uma hierarquia nas séries e nos conteúdos.

Ribeiro (2007), esclarece que o ensino secundário que era organizado em forma de curso-Humanidade na época dos jesuítas passa a sê-los em aulas avulsas (aulas régias) de latim, grego, filosofia e retórica, mudança implantada pelo Marquês de Pombal. Pedagogicamente essa nova organização significou um retrocesso. O governo enfrenta várias dificuldades com o processo educativo, principalmente a falta de professores para ministrarem as aulas.

Na tentativa de melhorar a qualidade do ensino o governo criou as escolas normais com duração máxima de dois anos e em nível secundário. Ribeiro (2007), ressalta que as primeiras escolas normais foram criadas em 1835 em Niterói, 1836 na Bahia, 1845 no Ceará e 1846 em São Paulo. A finalidade das escolas normais era obter uma melhora na preparação dos professores e solucionar a falta de profissionais para o exercício da profissão.

De acordo com Villela (2011, p.109), relata que:

As escolas normais eram os locais ”autorizados” para a difusão de um tipo de conhecimento normatizado que deveria caracterizar o “novo” professor primário distinguindo-o dos seus antecessores, os velhos mestres-escolas, e alguns conteúdos foram se transformando num corpo de saberes característicos dessa formação.

O ensino superior, de acordo com o ato Adicional, ficou sob a responsabilidade do governo central. O número de instituição espalhados no Brasil era reduzido e tinha como objetivo formar profissionais liberais e a elite dirigente do país.

Jesus (2009), discorre que no período Imperial apesar de D. Pedro declarar sua afeição e admiração pelo ato de educar, pouco se fez em prol da educação brasileira, com isso, a educação entra em crise, e nada se fez para se criar um sistema educacional brasileiro.

Com o fracasso das instituições públicas surgem as escolas particulares no período de 1860 a 1890, principalmente católicos. As escolas particulares se destacavam das escolas públicas, oferecendo um ensino de qualidade com professores qualificados, atendendo exclusivamente as classes dominantes.

Aranha (1996), afirma que a situação ficou mais crítica com a fundação do colégio D. Pedro II, destinado a servir como modelo de ensino e o único que poderia realizar exames parcelados para conceder grau de bacharel, para ingressar nos cursos superiores.

De acordo com Paiva (2003), em meados do XX o Brasil possuía uma população de 5.520.000 habitantes dos quais mais de 2.500.000 eram escravos, ficando 30% da população excluída de qualquer participação da educação sistemática. O autor ressalta que o desenvolvimento educacional se deu de forma desigual e que as informações sobre a educação no século XIX são escassas e precárias.

## **2.3 Brasil República (1889- 2014)**

### **2.3.1 Contexto histórico da Primeira República**

A história da república brasileira está dividida em períodos distintos, com características bem específicas. Ao todo, o Brasil teve 36 presidentes e só foram eleitos homens no poder; porém, em 2010 o nosso país elegeu uma presidenta: Dilma Rousseff, a 36ª Presidente da República. Tais períodos podem ser classificados da seguinte forma: Primeira República (1889 até 1930); A Era Vargas (1930 a 1945); Período da Redemocratização (1946- 1964), Ditadura Militar (1964- 1985) e Nova República (1985- 2014).

Um golpe militar, projetado e comandado pela oligarquia cafeeira paulista unida aos intelectuais representantes das classes médias e parte do Exército, derrubou o Império no dia 15 de novembro de 1889 e inaugurou um novo regime político: a República.

A expansão da agricultura cafeeira e da pecuária, o notável progresso em termos de infraestrutura (construção de ferrovias e portos, instalação redes telegráficas, fundação de bancos e seguradoras etc.), a urbanização, a adoção do trabalho assalariado devido à proibição

do trabalho escravo, a consolidação do comércio mercantil e das classes médias que começaram a cortar os laços de dependência em relação às oligarquias rurais, e o fortalecimento do exército após a Guerra do Paraguai eram os principais processos que conjuntamente compunham o cenário da modernização brasileira.

Segundo Borba (2011), nos primeiros anos do governo republicano, certas ações políticas, tais como a extinção do Poder Moderador, do voto censitário e dos títulos de nobreza, e a concessão de relativa descentralização política, bem como a instituição do voto secreto, prestam-lhe ares de democracia que suscitam o entusiasmo e criam expectativas de parcela representativa da intelectualidade brasileira.

A crença na possibilidade de modernização e democratização leva os intelectuais a propagarem o projeto oficial de nação republicana. Tem início o debate sobre vários temas de interesse nacional – democracia, federalismo, industrialização e também educação pública. (BORBA, 2011). Porém, a elite formada pelos cafeicultores exclui da cúpula governamental os militares e os intelectuais progressistas, tomando para si o controle absoluto da política. Os interesses públicos foram colocados de lado e os particulares tratados como prioridade nacional, desmotivando o avanço da discussão sobre o projeto de democratização.

No final da década de 1920, ocorreu um relativo crescimento industrial e um novo patamar de urbanização da sociedade brasileira. Isso significou novas pressões em favor da escolarização. Foi o bastante para que boa parcela da intelectualidade, horrorizada com a situação do analfabetismo generalizado (em 1920, 75% da população era analfabeta), ressuscitasse o entusiasmo pela educação. (GHIRALDELLI JR., 2001, p. 17).

Assim, num primeiro momento, intelectuais, industriais e profissionais liberais unem-se em campanhas – “ligas contra o analfabetismo” e conferências sobre a educação – para a mudança do referido quadro crítico, iniciando um processo de transformação sociocultural. Nesse contexto, diferentes grupos sociais elaboraram distintas propostas pedagógicas. As principais correntes foram a Pedagogia Tradicional, Pedagogia Nova e Pedagogia Libertária, às quais correspondem aos ideários das classes da sociedade da época. GhiraldeLLi apresenta o seguinte esquema da estrutura político pedagógica:

\* A Pedagogia Tradicional associava-se às aspirações dos intelectuais ligados às oligarquias dirigentes e à Igreja.

\* A Pedagogia Nova emergiu no interior de movimentos da burguesia e das classes médias que buscavam a modernização do Estado e da sociedade no Brasil.

\* A Pedagogia Libertária, ao contrário das duas primeiras, não teve origem nas classes dominantes; vinculou-se aos intelectuais ligados aos projetos dos movimentos sociais contidos nas propostas do movimento operário de linha anarquista e anarco-sindicalista. (GHIRALDELLI JR., 2001, p. 20).

O que se podia denominar planejamento do sistema de ensino público é destinado a um público limitado e específico: às classes médias, visando ao suprimento do setor burocrático. Tanto que as políticas educacionais oriundas da União se concentram nos níveis secundário e superior. O nível primário foi conservado nos moldes da escola de primeiras letras, onde educação era sinônimo de alfabetização e moralização das camadas pobres da sociedade. (BORBA, 2011)

Em 1891 foi promulgada nova Constituição, fruto do projeto republicano iniciado com o golpe militar de 15 de novembro de 1889. Os dispositivos destinados à educação aumentam, mas não muito, trazendo inovações e, ao mesmo tempo, um notável retrocesso: a gratuidade presente no texto constitucional anterior é suprimida. O Estado transfere a responsabilidade da garantia do direito à educação para a família. Bem se sabe que pouquíssimas famílias teriam meios para pagar pela educação de seus filhos. Por outro lado, é inscrito na lei maior o princípio da laicidade, em virtude da separação entre o Estado e a Igreja Católica; “será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos”, e “nenhum culto ou igreja gozará de subvenção oficial, nem terá relações de dependência ou aliança com o Governo da União ou dos Estados” (BRASIL, CONSTITUICAO de 1891)

A ideia de um sistema educacional público começou a se delinear, mas as atribuições por esfera administrativa, nos moldes do federalismo, são genericamente descritas no texto constitucional. O Congresso foi incumbido de criar, e não manter, escolas de ensino superior e secundário nos estados, e de “prover” este nível apenas no Distrito Federal. Na prática, os avanços processaram-se lentamente porque durante longo período o Governo Central respondeu, no plano da educação básica, apenas pelo Colégio Pedro II. Quando resolvem pela escolarização em maiores proporções, os republicanos criam os grupos escolares que além dos conteúdos da instrução elementar ensinavam um ofício. O ensino de um ofício significava a preparação para um lugar naquele projeto de sociedade, limitando a educação à dimensão mais utilitária possível. A aparente abertura para “democratização” do direito à formação humana, através da educação e do trabalho ministrada nos grupos escolares das capitais brasileiras, oculta o pensamento pragmático que condiciona a escolarização das camadas populares para o atendimento de uma economia carente de mão de obra. Enquanto isso, o ensino humanista prosseguia sendo reservado a poucos privilegiados.

Para contentamento do setor privado, cada estado ficou incumbido de manter apenas uma escola secundária-modelo. Segundo Borba (2011), a atuação da União no sentido de uniformizar o ensino secundário se intensificou, sobretudo a partir do Código Epiácio Pessoa, de 1901, com a criação de instrumentos de fiscalização das escolas estaduais públicas e

privadas. O Código também as equiparou, passando a conceder às instituições particulares as mesmas prerrogativas das instituições oficiais, isto é, das escolas públicas. Por conseguinte, todas as escolas deveriam se igualar, do ponto de vista curricular e didático, ao Ginásio Nacional – Colégio Pedro II, que por este motivo sofre sucessivas reestruturações em seu plano de ensino ao gosto do “reformador” da vez.

As decisões relativas à educação, nesse período, revelam as tensões entre as elites, com suas diferentes concepções políticas, na disputa pelo poder. Segundo Cury:

A política educacional republicana oscila entre a vertente liberal, federativa com descentralização administrativa e unidade política centralizada; a vertente positivista, ultrafederalista com descentralização administrativa e política [...]; e a vertente autoritária na qual o papel intervencionista do Estado acopla centralização política com pouca descentralização administrativa [...]. Assim, confrontam-se defensores das teses de oficialização do ensino e defensores das teses que propugnam o esvaziamento das prerrogativas da União, no que se refere ao campo da instrução. Neste sentido, a Reforma Rivadávia posicionando-se de modo descentralizado, distancia a União e até certo ponto os próprios Estados da interferência no campo da instrução. A este tipo de positivismo se opõe Carlos Maximiliano, cuja reforma reoficializa sobretudo o ensino secundário, fazendo retornar à cena o poder interferidor do estado nesta matéria. (CURY, 2005, p. 85).

Ao encerrar a Primeira República pode-se afirmar que as alterações no ensino secundário, visando à preparação “fundamental e geral para a vida”, se restringiam basicamente à obrigatoriedade da seriação e modificações na estrutura das disciplinas curriculares, prática secular na educação. A cada projeto de sociedade modifica-se o currículo, com o objetivo de imprimir na cultura os conhecimentos, as concepções e os valores das elites dominantes. (NUNES, 1962, p. 102)

### 2.3.2 Principais reformas educacionais na Primeira República

A primeira República (1889/1930) enfrenta as mesmas dificuldades do período imperial com relação à educação. Entretanto o governo realizou várias reformas principalmente no ensino secundário e no ensino superior.

Saviani (2008), reforça que a Proclamação da República representou uma nova fase para as instituições de ensino, pois houve a separação entre Estado e Igreja e a educação religiosa foi abolida das escolas.

A primeira reforma educacional da República é empreendida pelo ministro Benjamin Constant, em 1890. Nesta reforma prevê-se a organização do ensino primário, secundário e normal, a adoção de um currículo com disciplinas científicas, e a criação de um instituto de

aperfeiçoamento do trabalho docente. Entretanto, quase nada pôde materializar-se devido à efêmera vida deste ministério, extinto em 1893, e ao falecimento de Constant, em 1891.

Durante a Primeira Republica o curso secundário passou por cinco reformas tendo como foco a preparação para o ingresso no ensino superior: Reforma Benjamin Constant (1890), Reforma Epitácio Pessoa (1901), Reforma Rivadávia Correia (1911), Reforma Carlos Maximiliano (1915), Reforma João Luiz Alves (1925).

A reforma que se sucede a do ministro Rivadávia Correia, se torna famosa, porque “levando o liberalismo político às últimas consequências, dentro do positivismo ortodoxo, resolveu retirar do Estado a interferência no setor educacional” (NUNES, 1962, p. 96). Através da Lei Orgânica de 1911, desoficializa o ensino; além disso, cria o exame vestibular enquanto requisito único para o ingresso no curso superior reduz a quantidade de aulas do ensino secundário e reforma o currículo do Colégio Pedro II. A desoficialização do ensino desdobra-se em sérios problemas: desde a queda no número de matrículas do Colégio Pedro II e o quase desaparecimento do ensino secundário nas demais escolas até a inflação das escolas superiores, que proliferam mediante as facilidades da autonomia total.

O ministro Carlos Maximiliano dá início, em 1915, a uma reforma de caráter corretivo para “pôr ordem na casa”. Sua gestão oficializa o ensino, impõe limites rigorosos à equivalência entre as escolas, restaura a obrigatoriedade do certificado de conclusão do ensino secundário para a matrícula no ensino superior, mantendo o exame vestibular, e, tal quais os ministros que o antecederam, reforma o currículo do ensino secundário. (BORBA, 2011)

De acordo com Rulian ( 2010, p.7), as reformas se estruturavam da seguinte forma:

**Quadro 1- Reformas Educacionais realizadas durante a Primeira Republica (1889 a 1930)**

Reformas	Objetivos	Duração do nível
Benjamin Constant (1890)	“Proporcionar a mocidade brasileira a instrução secundária e fundamental”, necessária e suficiente, para a matrícula nos cursos superiores da República, bem como em geral para o bom desempenho dos deveres do cidadão na vida social.	7 anos
Epitácio Pessoa (1901)	Proporcionar a cultura intelectual necessária para a matrícula nos cursos de ensino superior e para a obtenção do grau de bacharel em Ciências e Letras.	6 anos

Rivadavia Corrêa (1911)	“Proporcionar uma cultura geral de caráter essencialmente prático”, aplicável a todas as exigências da vida. Difundir o ensino das Ciências e das letras, libertando-o da preocupação subalterna de curso preparatório.	Externato - 6 anos;  Internato – 4 anos
Carlos Maximiliano (1915)	Ministra aos estudantes sólida instrução fundamental, habilitando-os a prestar, em qualquer academia, rigoroso exame vestibular.	5 anos
João Luís Alves (1925)	Base indispensável para a matrícula nos cursos superiores. Preparo. fundamental e geral para a vida. Fornecer a cultura média geral do país.	5 anos- certificado de aprovação; 6anos bacharelado em Ciências e Letras

Fonte: SEMINÁRIO CULTURA E POLÍTICA NA PRIMEIRA REPÚBLICA: CAMPANHA CIVILISTA NA BAHIA

A reforma de Benjamin Constat era baseada nos seguintes princípios: liberdade, laicidade de ensino e gratuidade da escola primária. Arcanjo e Hanashiro (2010), descreve que a reforma de Benjamin Constant, implantada no governo de Marechal Deodoro da Fonseca que governava o país provisoriamente, foi muito criticada na época por propor a substituição da predominância literária pela científica, pela implantação do regime seriado como obrigatório e pela duração do ensino secundário de 7 anos.

A reforma de Epiácio Pessoa foi realizada no governo de Campo Sales, valorizava a parte literária com a inclusão da biologia, sociologia e a moral. A reforma de Epiácio Pessoa dava ênfase na parte literária do currículo e tentou atribuir ao ensino secundário um sentido próprio, porém, na prática funcionou como preparatório para o ingresso no ensino superior. A referida reforma foi um desastre uma vez que não havia obrigatoriedade de frequência, os diplomas são abolidos, são criados exames de admissão que ficaram a cargo das faculdades.

A reforma de Rivadávia Corrêa foi realizada no governo de Hermes Rodrigues da Fonseca, propunha que o ensino secundário formasse cidadãos. Incentivava a liberdade de ensino baseado no positivismo e atribuiu autonomia as instituições de ensino. A falta de fiscalização colaborou significativamente com resultados desastrosos para a educação.

A reforma de Carlos Maximiliano ocorreu no governo de Vanceslau Brás Pereira Gomes, revogou a desoficialização do ensino e a União passou a comandar o ensino secundário e superior. A referida reforma atribui ao ensino secundário a preparação para o



ensino superior. Criou-se a primeira Universidade do país, a Universidade do Rio de Janeiro.

A reforma de João Luís Alves foi uma continuação da reforma de Carlos Maximiliano em 1915, consolidou o ensino secundário seriado com duração de seis anos e acabou com os exames parcelados.

De acordo com publicação do IBGE-PNAD-1908-1912, (1927), em 1907 foram matriculados 4942 alunos no ensino secundário e apenas 500 alunos concluíram, em 1910 foram matriculados 7559 e concluíram 1760 alunos do ensino secundário, em 1912 foram matriculados 9310 e apenas 2101 concluíram esse nível de ensino.

A evasão escolar durante esse período era constante nas escolas brasileiras. Uma vez que as reformas propostas não obtiveram êxito devido à falta de recursos.

De acordo com Ribeiro (1992), o sistema educacional durante esse período avançava lentamente, o ensino secundário passava por sérios problemas. A marginalização da população brasileira no âmbito educacional continuava a reproduzir-se. A educação era destinada para a elite e os nobres.

### 2.3.3 A Era de Getúlio Vargas (1930- 1945)

Durante as eleições de 1930 o pacto político entre a oligarquia paulista e mineira foi rompido. Isso possibilitou a eclosão da chamada “Revolução de 1930” que levou ao poder Getúlio Vargas, sustentado pela Aliança Liberal.

Teve início uma nova fase política e econômica no Brasil, que afetou profundamente a dimensão social.

Em 1937 Getúlio Vargas com o apoio de alguns políticos influentes e dos militares fechou o Congresso Nacional e anulou a constituição de 1934. Iniciou um novo período o chamado Estado Novo.

De acordo com Diniz (1999 p. 21) :

O Vargas do Estado Novo aparece como um político dominador e voluntarista, dotado de forte ambição de mando, capaz de usar sem vacilar os instrumentos da repressão e da coerção para manter-se no poder, levando tal comportamento às últimas consequências, não hesitando mesmo em eliminar de seu caminho os amigos de ontem, os aliados de outrora.

Do ponto de vista político, foi implantado o populismo, estilo de governo que pretende a manipulação das massas, recorrendo-se ao nacionalismo, à demagogia, à propaganda, à abordagem carismática o que permite ao presidente a manutenção simultânea do amplo

controle, do apoio popular e da repressão aos adversários sem ameaçar-lhe a imagem paternalista. Já do ponto de vista econômico, a industrialização tem forte impulso e alto investimento. As palavras de ordem passam a ser progresso, crescimento e modernização.

Conforme salienta Pandolfi (1999 p.10) :

Com a implantação do Estado Novo, Vargas cercou-se de poderes excepcionais. As liberdades civis foram suspensas, o Parlamento dissolvido, os partidos políticos extintos. O comunismo transformou-se no inimigo público número um do regime, e a repressão policial instalou-se por toda parte. Mas, ao lado da violenta repressão, o regime adotou uma série de medidas que iriam provocar modificações substantivas no país. O Brasil, até então, basicamente agrário e exportador, foi-se transformando numa nação urbana e industrial.

Na Era Vargas foi institucionalizado o voto direto, secreto e universal para as pessoas alfabetizadas, maiores de 18 anos, inclusive as mulheres (até então proibidas de votar); e o reconhecimento de direitos trabalhistas – salário mínimo, férias, licença-maternidade etc, através da Consolidação das Leis do Trabalho; são criados dois Ministérios: o do Trabalho, Indústria e Comércio; e o de Negócios da Educação e Saúde Pública. Tudo isso é habilmente articulado pelo presidente Getúlio Vargas para garantir a anuência dos diversos setores da sociedade em relação aos rumos dados ao país sob seu comando. Tanto que é criado um mito em torno de sua figura: o presidente “pai dos pobres”.

Na área educacional, o governo Vargas empregou a mesma tática, nomeando para o cargo de ministro um político que transitava nos meios liberais e conservadores: Francisco Campos. Estes ligados à Igreja Católica defendem posições contrárias à democratização do ensino público; e aqueles reúnem grupos influenciados pelos profissionais da educação, cujo discurso se pauta pela gratuidade, obrigatoriedade, laicidade do ensino público, além da coeducação.

Durante o governo de Vargas, são tomadas medidas a favor da qualificação das massas para o progresso econômico. A educação, portanto, não passaria de um instrumento para a operacionalização de tal projeto cujos desdobramentos são, dentre outros: o enriquecimento da elite econômica, a manutenção do poder nas mãos de seus representantes e, em última instância, a conservação do status quo.

Durante o período de 1937 a 1946 que corresponde ao Estado Novo, destaca-se a criação de Leis orgânicas de ensino, criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). O ensino industrial nesse período assumiu um importante papel na preparação da mão industrial.

Corroborando com essa ideia Santos (2011), ressalta que o Senai foi criado pelo

governo Vargas em parceria com o setor industrial e representado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), surgiu a partir da necessidade de uma formação para os operários. Era uma rede de ensino de âmbito empresarial que surgiu com o objetivo de preparar pessoas para trabalhar nas indústrias. A responsabilidade pela manutenção do Senai seria das indústrias.

O Senac foi implantado pela Confederação Nacional do Comércio de Bens Serviços e Turismo (CNC) surgiu com a finalidade de oferecer educação profissional e tinha como objetivo capacitar pessoas para o comércio.

Sobre os quinze anos de Vargas no poder Mota (1989, p. 299), afirma que:

Durante esses quinze anos, o Brasil sofreu grandes transformações: a sociedade urbana cresceu em relação à sociedade agrária; a indústria ampliou seu espaço na economia nacional; a burguesia empresarial das cidades aumentou seu poder sobre as tradicionais oligarquias agrárias; a classe média e o operariado cresceram e conquistaram espaços na vida política do país.

Com a revolução de 1930 inicia-se uma nova etapa da história brasileira que finaliza em 1945, quando Getúlio Vargas é deposto através de um golpe militar. No período de 15 anos Getúlio Vargas foi chefe do governo provisório, em seguida presidente eleito pelo Congresso Nacional e ditador durante o Estado Novo.

De acordo com Pimenta e Gonçalves (1992, p.27):

O contexto desta fase resulta das mudanças na estrutura econômica e política do país, que já vinham ocorrendo desde as duas décadas precedentes. A predominância do modelo econômico centrado na agricultura de exportação e a dependência do capital estrangeiro estavam sendo abaladas com a introdução, ainda que lenta, da industrialização.

A política adotada por Vargas gerou dois grupos distintos: os nacionalistas que apoiavam Vargas e o entreguista grupo que defendia uma política voltada para a abertura do capital estrangeiro.

Segundo Mota (1989, p.317):

Os nacionalistas queriam um desenvolvimento industrial autônomo, que contraria com o investimento do Estado em setores básicos como: comunicações, transportes, siderurgia, petróleo. Os nacionalistas impunham restrições à participação do capital estrangeiro em áreas consideradas estratégicas. Os entreguistas defendiam a importância do capital estrangeiro para o desenvolvimento do país e uma política econômica de equilíbrio dos gastos públicos e combate enérgico da inflação.

O grupo de oposição a Vargas intensifica suas ações durante a fase ditatorial e promove uma campanha acirrada de rebeldia ao governo através da imprensa, gerando um clima de tensão por todo país. A posição dos militares era a favor da renúncia de Vargas. Em 1945, Getúlio Vargas foi obrigado a renunciar. Dutra vence as eleições e assume a presidência da República, marcando o fim do Estado Novo e dando início ao período democrático.

#### 2.3.4 Mudanças implantadas no campo educacional: Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova

Alguns representantes da elite intelectual da época consideraram que na educação está o gérmen para a reorganização da sociedade brasileira. Trata-se de um grupo de 15 intelectuais, embora ocupando diferentes posicionamentos ideológicos, acreditam que a educação é capaz de interferir e modificar o modelo social injusto como o do Brasil, formula e publica, em 1932, um documento que inaugurou o projeto de renovação educacional do país: o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. O manifesto constatou a situação crítica da educação e a desorganização do sistema escolar, e trouxe a proposta de um “plano geral de educação” defendendo a “escola única”, isto é, pública, gratuita, obrigatória e laica, com vistas a um objetivo maior: dar uma identidade ao Brasil.

Segundo Saviani (2006), esse documento é um importante legado do século XX, uma vez que se tornou referência para as gerações que o sucederam,

[...] esse manifesto propunha-se a realizar a reconstrução social pela reconstrução educacional. Partindo do pressuposto de que a educação é uma função essencialmente pública, e baseado nos princípios da laicidade, gratuidade, obrigatoriedade, co-educação e unicidade da escola, o manifesto esboça as diretrizes de um sistema nacional de educação, abrangendo, de forma articulada, os diferentes níveis de ensino, desde a educação infantil até a universidade. (SAVIANI, 2006, p. 33).

O Manifesto, redigido por Fernando de Azevedo apresenta uma análise inédita da educação no Brasil, sobretudo em termos políticos: a educação é tratada enquanto problema social a ser enfrentado pelo Estado. Lê-se já no primeiro parágrafo do Manifesto:

Na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobreleva em importância e gravidade ao da educação. Nem mesmo os de caráter econômico lhe pode disputar a primazia nos planos de reconstrução nacional “[...] Criar um sistema de organização escolar, à altura das necessidades modernas e das necessidades do país. Tudo fragmentário e desarticulado. A situação atual, criada pela sucessão periódica de reformas parciais e frequentemente arbitrárias, lançadas sem solidez econômica e sem uma visão global do problema, em todos os seus aspectos, nos deixa antes a impressão desoladora de construções isoladas, algumas já em ruína, outras

abandonadas em seus alicerces, e as melhores, ainda não em termos de serem despojadas de seus andaimes [...]. (MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA, 1932)

Segundo Borba (2011), para os signatários do Manifesto, enquanto representantes de um movimento político renovador mais amplo, a ausência de definições filosóficas e científicas é responsável pelo “estado antes de inorganização do que de desorganização do aparelho escolar”. O acesso à escola representava a justiça social que fora negada ao povo em face dos privilégios educacionais mantidos pelo sistema de governo que sempre se norteava pelo elitismo e pelo clientelismo. A contribuição do Manifesto para a educação no Brasil é inegável e presente até hoje.

O Manifesto é contundente em relação ao papel do Estado, o qual deve, sob o princípio da igualdade, reconhecer e assegurar direitos, entre eles a educação, a todos os cidadãos. Assim, são reivindicadas oportunidades educacionais iguais para todos, independentemente do estrato social.

Em relação ao ensino secundário, (Ensino Médio) o Manifesto levanta a discussão sobre a dualidade ao interrogar e problematizar a lógica dos modelos de ensino concomitantes abrigados pelo sistema escolar: um tipo de ensino para as classes populares, outro muito diferente, para as elites, e outro, conforme assevera Anísio Teixeira, para as classes médias que emergiam.

Montada, na sua estrutura tradicional, para a classe média (burguesia), enquanto a escola primária servia à classe popular, como se tivesse uma finalidade em si mesma, a escola secundária ou do 3º grau não forma apenas o reduto dos interesses de classe, que criaram e mantêm o dualismo dos sistemas escolares. É ainda nesse campo educativo que se levanta a controvérsia sobre o sentido de cultura geral e se põe o problema relativo à escolha do momento em que a matéria do ensino deve diversificar-se em ramos iniciais de especialização. Não admira, por isto, que a escola secundária seja, nas reformas escolares, o ponto nevrálgico da questão. (MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA, 1932).

Dois anos após o lançamento do manifesto, a questão da gratuidade é em parte resolvida com a promulgação da Constituição de 1934, quando a educação, no Brasil, é instituída como um direito. Esta Constituição dispõe de um capítulo exclusivo para a educação, apresentando como tópicos inovadores a declaração de que “a educação é direito de todos e deve ser ministrada pela família e pelos poderes públicos” (art. 149); a vinculação orçamentária para sua manutenção: “a União e os Estados aplicarão nunca menos que 10%, e os Estados e o Distrito Federal nunca menos que 20% da renda resultante dos impostos, na manutenção e no desenvolvimento dos sistemas educativos” (art. 156), além da previsão da formação de fundos de educação (art. 157); a fixação de um “plano nacional de educação” (arts. 150, 151 e 152) e

a exigência de prestação de concurso de provas e títulos para o exercício do magistério em escolas públicas (art. 158) (BORBA, 2011).

A Constituição do Estado Novo, decretada em 10 de novembro de 1937, assume posições inversas às da Carta precedente. As competências reguladoras e normatizadora da União são ampliadas, ao passo que à iniciativa privada é permitido o trânsito livre. A obrigação do Estado para com a educação se torna secundária, e é consolidado o injusto e preconceituoso sistema dual, que tem por objetivo determinar os destinos das crianças e jovens provenientes das classes populares, conforme se constata no art. 129:

O ensino profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpra-se dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissionais e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especificidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público. (BRASIL, 1937).

O ministro Francisco Campos decreta uma reforma educacional em nível nacional, cujos principais elementos foram: a criação do Conselho Nacional de Educação (CNE), estabelecimento de diretrizes para o ensino superior, reestruturação da Universidade do Rio de Janeiro, nova organização do ensino secundário, regulamentação do curso de ciências contábeis e estruturação do ensino comercial. A crença na concepção salvífica da educação conduzia à ideia de que a normatização, por si só, guiaria a sociedade para a solução dos problemas do campo educacional e não só construiria, mas preservaria o Estado moderno. Quanto ao ensino secundário, um dos pilares do projeto getulista, é submetido a uma reforma pela ordenação contida nos Decretos no 19.890/1931 e no 21.241/1932. (BORBA, 2011)

O currículo do ensino secundário é, mais uma vez, redefinido, criando-se dois cursos seriados: o fundamental e o complementar. O curso fundamental volta-se para uma formação geral, através do estudo de disciplinas da área humanística, com objetivo de preparar os jovens para a vida na sociedade industrializada, que estava se formando. O curso complementar volta-se para a formação propedêutica, obrigatória para os jovens que desejassem candidatar-se à matrícula no ensino superior.

Na prática, é outra reforma elitista que busca a legitimação das desigualdades sociais porque não cria condições efetivas para beneficiar os estudantes das camadas populares. A dualidade do ensino secundário, institucionalizada através da Reforma Francisco Campos, é

consolidada pela Constituição de 1937. O fim último das Escolas de Aprendizes Artífices, cuja presença se fez notória nessa Carta Constitucional, é a formação de mão-de-obra para o mercado capitalista que estava se desenvolvendo no Brasil.

A reforma do ensino secundário proposta pelo ministro Capanema esclarecem a real intenção do Governo: desenvolver um patriotismo que garantisse tanto o compromisso de todos com o progresso do país quanto à acomodação de cada em sua classe social de origem. Para o reformador, o ensino secundário deveria ser:

Patriótico, por excelência, o que significava um ensino capaz de dar ao adolescente a compreensão dos problemas e das necessidades, da missão e dos ideais da nação, e bem assim dos perigos que a acompanhem, cerquem ou ameacem, um ensino capaz, além disso, de criar, no espírito das gerações novas, a consciência da responsabilidade diante dos valores maiores da pátria, a sua independência, a sua ordem, o seu destino. (CAPANEMA apud NUNES, 1962, p. 112).

O Estado Novo corresponde a um período histórico de grande investimento nas políticas educacionais na perspectiva de alterar os padrões e valores sociais vigentes sem abalar a hierarquização social. O argumento elitista de que aos pobres caberia o ensino profissionalizante toma forma na matéria constitucional. O Governo procura conduzir a sociedade brasileira à modernização, entendida como abertura para a economia capitalista, desenvolvimentista e consumista, daí a política econômica voltada quase exclusivamente para a industrialização. Além do SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), são criadas outras instituições para sustentar, no âmbito educacional, o projeto de nação da Era Vargas, dentre elas o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o Instituto Nacional do Livro e o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

A grande preocupação mediante a industrialização crescente era a formação da mão de obra. Já não é mais possível o avanço econômico sem a escolarização. O ensino secundário passa a desempenhar papel primordial na consecução do planejamento oficial de nação moderna. Sobre a expansão do Ensino Médio. De acordo com Santos:

Podemos dizer que o ensino industrial passou a assumir um papel importante na formação de mão de obra, sendo que a partir das transformações que se operaram, principalmente a partir de 1942, verificamos que ele pode ser dividido em dois ramos: um que compreendia a aprendizagem que ficava sob o controle patronal, ligado ao Serviço Nacional de Aprendizagem (Senai) e um outro ramo que estava sob a responsabilidade direta do Ministério da Educação e Saúde, que era constituído pelo ensino industrial básico. (Santos 201, p. 216).

No entanto, na prática, o acesso à educação continua desigual, condicionado pelo

pertencimento a está ou aquela classe socioeconômica. Os níveis mais altos do ensino dificilmente são alcançados pelos pobres, ainda direcionados ao ensino profissionalizante.

O ministro da educação e saúde pública Gustavo Capanema iniciou reformas que ficaram conhecidas como Leis orgânicas do Ensino.

Essas reformas realizadas pelas leis orgânicas de Ensino e pela reforma educacional Francisco Campos tinha como objetivo principal preparar os alunos para o ensino Superior, excluindo os alunos das camadas mais pobres. Estes por sua vez frequentavam os cursos profissionalizantes, que não permitiam a passagem para outra modalidade de ensino.

O ensino profissionalizante era voltado para as classes populares e sem possibilidade do ingresso no ensino superior, enquanto o ensino secundário era voltado para uma minoria da elite e com acesso ao ensino superior.

A organização curricular do ensino secundário foi dividida em dois ciclos: o ginásial com duração de quatro séries e o colegial subdividido em curso clássico e científico com duração de três anos. (Ver anexo 3)

A criação da primeira LDB, encaminhado à Câmara Federal no ano de 1948, e caracterizada por inúmeras divergências de interesses provocam e sustentam longas polêmicas, centradas nas questões: escola pública x escola privada e centralização x descentralização, de maneira que o projeto original é arquivado, desarquivado, emendado, substituído, negociado e reescrito para enfim ser convertido em lei, a de no 4.024, de 20 de dezembro de 1961, após 13 anos de trâmite.

A Lei no 4.024, primeira a estabelecer as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, mantém basicamente a estrutura de ensino forjada pela Reforma Capanema. Deste modo, prevê-se que o ensino médio seja ministrado em dois ciclos: o ginásial com duração de quatro séries anuais, que hoje corresponde à segunda parte do ensino fundamental (5º ao 9º ano), e o colegial com duração de, no mínimo, três anos, o atual Ensino Médio. O ingresso no Ensino Médio é condicionado à aprovação em uma espécie de vestibular, o “exame de admissão”, em que se avalia a aprendizagem do ensino primário.

O Ensino Médio abrange os cursos secundários, técnicos e de formação docente. O ensino secundário destina-se à formação geral por meio do currículo científico, enquanto o ensino técnico proporciona a formação profissional, ofertando três cursos: industrial, agrícola e comercial. O ensino normal, também profissionalizante, destina-se à formação de professores, orientadores, supervisores e administradores escolares para atuarem no Ensino Primário e Pré-primário.

De acordo com publicação do IBGE-PNAD-1933-1945 (1947), o índice de reprovação e



abandono durante o período de 1933 a 1945 é altíssimo. Em 1933 foram matriculados 66420 dos quais apenas 8080 concluíram o Ensino Médio; em 1934 foram matriculados 79055 e apenas 9269 concluíram essa etapa de ensino. Em 1940 foram registradas 170057 matrículas e apenas 19828 concluíram. Em 1941 foram matriculados 61398 e apenas 8779 concluíram. Em 1943 foram matriculados 79665 e apenas 12863 concluíram o ensino secundário. Em 1945 foram matriculados 91639 e apenas 14407 concluíram essa etapa de ensino.

### 2.3.5 Contexto histórico do período da Redemocratização (1946 a 1964)

Com as eleições realizadas em consequência da abertura democrática Eurico Gaspar Dutra vence as eleições com apoio do Partido Social Democrático (PSD) e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Pimenta e Gonçalves (1992), descreve que de 1947 a 1963, ocorre: a queda do estado novo, a elaboração da Constituição em 1946, sendo aprovada apenas em 1961; a elaboração e aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 4024/61) que perdeu a sua validade após a instalação de uma ditadura militar no Brasil em 1964.

Com a abertura democrática foram realizadas eleições em todo país. Em 18 de Setembro de 1945 foi promulgada a nova constituição brasileira, que vigorou até 1964.

Zotti (2004, p.94), afirma que:

Com a redemocratização, os movimentos populares ganham força e uma enorme efervescência ideológica, entre 1945 e 1947, faz parte das discussões em torno das formações dos partidos, das eleições para presidente da república e eleições da Constituinte responsável pela elaboração pela Constituição condizente com o novo momento político.

O presidente Dutra adotou uma política de abertura comercial ao estrangeiro e facilitou a importação de bens supérfluos, gerando insatisfação dos líderes industriais brasileiros.

Em 1951 Vargas concorreu à presidência da república e vence com 48,7 % dos votos.

Costa e Mello (1999, p. 337), afirmam que: "A principal característica do período entre 1950 e 1964 foi o populismo, no qual a massas populares passam a ter desempenho político, embora secundário".

Os autores afirmam também que Vargas direcionou a economia do país para "uma linha intervencionista e nacionalista preocupado principalmente com o desenvolvimento da indústria de base" (1999, p.338).

Getúlio Vargas sofreu forte oposição política externa, principalmente por parte dos

EUA, que ficou descontente com a criação da Petrobrás e com a implantação da Lei de lucros extraordinários que controlava a remessa de lucros obtidos por empresas estrangeiras estabelecidas no Brasil. Surge em todo país várias manifestações militares exigindo a renúncia de Vargas, que se recusava deixar o cargo. Sem apoio popular, sem ajuda do congresso e dos militares, Vargas deixa uma carta testemunha ao povo brasileiro e suicida com um tiro no coração.

De 1956 a 1961, Juscelino Kubitschek assumiu o poder; o seu governo foi marcado pelo acelerado crescimento econômico e pela participação ativa da indústria internacional. Cotrim, (1999), afirma que suas ações mais importantes foram: a criação do Plano de Metas, um programa que dava prioridade ao desenvolvimento dos setores de energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação, a fundação de Brasília, a construção de usinas hidrelétrica, crescimento industrial, abertura de rodovias, ampliação da produção de petróleo.

Seus críticos alegam que para realizar todas essas ações Juscelino Kubitschek deixou uma imensa dívida com o capital internacional e uma elevada inflação.

Em 1961, Jânio Quadros assumiu o governo e se deparou com um país que enfrentava uma grave crise financeira. Para tentar resolver o problema adota políticas anti-inflacionárias, provocando uma insatisfação de todos os setores sociais. Após sete meses de mandato Quadros renunciava e assume a presidência do país o vice-presidente João Goulart. Ao assumir o poder Jango preconizava reformas de Base para o país, com destaque para a reforma agrária, reforma urbana, reforma eleitoral, reforma educacional. Essas reformas propunham medidas para controlar o capital estrangeiro limitando a remessas de dólares para o exterior. Temendo o projeto visto como “socialista” pela elite, classe média e forças armadas, em abril de 1964, os militares tiram João Goulart do poder e assumiram o comando do país. Para evitar uma guerra civil, Jango deixou o país refugiando-se no Uruguai.

### 2.3.6 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961

Em 1946 a nova Constituição estabeleceu a necessidade de uma Lei de Diretrizes e Bases. Após treze anos de debate no poder legislativo foi aprovada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) – A Lei 4024 de 1961. Uma lei federal de âmbito nacional, que estabelece os princípios gerais da educação escolar.

Saviani (2007), esclarece que a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), entrou em vigor em 1962, e sua primeira medida foi à criação do Conselho Federal de Educação (CFE). A nova Lei aumentou a participação dos recursos Federais para o

ensino, destinou verbas para o ensino primário, secundário e superior.

A nova LDB promoveu a equivalência entre ensino secundário, ensino técnico profissional e o ensino normal. Com isso, os estudantes das classes populares ganharam o direito de acesso ao ensino superior. No título VII no artigo 33 da LDB 4024 diz que: “a educação de grau médio, em prosseguimento a ministração na escola primária, destina-se à formação de adolescente”. No Art.34 coloca no mesmo plano de igualdade o curso secundário, os cursos técnicos e os pedagógicos.

Juntamente com essa lei em 1962, surgiu o Plano Nacional de Educação com duração de oito anos, que dividida as metas para a educação em metas qualitativas e metas quantitativas.

As metas quantitativas para o ensino secundário como ressalta Martins (2013, p. 510), estabeleciam:

No ensino médio matrículas de 30% dos alunos com idade entre 11 e 14 anos nas duas primeiras séries do curso ginásial; e 50% dos alunos entre 13 e 15 anos nas últimas séries ginásiais e 30% dos alunos de 15 a 18 anos no ciclo colegial. As metas qualitativas para o Ensino médio estabeleciam: “A inclusão do estudo dirigido e a extensão do dia letivo para 6 horas”.

Em 1963 foi criado o Plano Trienal da Educação que funcionaria no período de 1963 a 1965 como salienta Martins (2013, p.511):

Esse documento é o primeiro a apresentar um formato mais abrangente e detalhado, com diagnósticos mais aprofundados, definição de diretrizes e especificação, quantitativa e financeira, das ações a serem desenvolvidas. Era na realidade, um desdobramento do Plano Nacional de Educação de 1962, reunindo um conjunto de programas a ser desenvolvidos pela União para, no que dizia respeito à Educação Básica, reforçar as ações dos entes subnacionais.

Para o ensino secundário estavam previstos seis ações: a reestruturação das escolas técnicas para ministrarem cursos técnicos para os estudantes que concluíssem o ginásio, cursos especiais para os trabalhadores das indústrias, cursos tecnológicos para os alunos que concluíssem o colegial e curso de formação profissional para os estudantes do ginásio.

Na década de 1950 as matrículas no ensino secundário não passaram de 650.000 alunos em uma população de mais de cinquenta milhões de pessoas.

De acordo com o Anuário Brasileiro da Educação Básica (1964), em 1962 foram matriculados 1515834 alunos no Ensino Médio e apenas 214575 concluíram essa etapa, em 1963 houve 1719624 matrículas e apenas 250334 concluíram.

### 2.3.7 Contexto histórico da Ditadura Militar (1964 a 1985)

Saviani (2006, p.21), recupera os argumentos da elite brasileira para justificar o golpe militar ocorrido em 1964:

A ruptura política levada a efeito pelo golpe militar de 1964, foi considerada necessária pelos setores economicamente dominantes para garantir a continuidade da ordem socioeconômica que se acreditava ameaçada pelo grupo que então exercia o poder político formal, apoiado numa crescente mobilização popular alimentada pela ideologia do nacionalismo desenvolvimentista.

Esse período foi marcado pela falta de democracia, supressão de direitos constitucionais, censuras, perseguição política e repressão aos que eram contra o regime militar.

Costa e Melo afirmam (1999, p.351) que:

Após a derrubada de Goulart, a República Militar instalada suprimiria paulatinamente as liberdades democráticas e imporiam um modelo econômico concentrador de rendas e aberto ao capital internacional. A República Militar durante seus 21 anos de existência modernizaria a economia brasileira à custa do sacrifício dos setores populares e da ampliação em relação e da ampliação da dependência em relação ao capital internacional.

Após a tomada do poder pelos militares, foi estabelecido o AI-1. Dando plenos direitos ao governo militar de modificar a constituição brasileira, anular mandatos legislativos, interromper direitos políticos por 10 anos e demitir, colocar em disponibilidade ou aposentar compulsoriamente qualquer pessoa que fosse contra a segurança do país, o regime democrático e a probidade da administração pública, além de determinar eleições indiretas para a presidência da República.

Os governantes militares foram: Castelo Branco (1964-1967), Costa e Silva (1967-1969), Junta Militar (31/8/1969-30/10/1969), Médici (1969- 1974), Geisel (1974-1979) e Figueiredo (1979- 1985).

Os principais atos executados pelo presidente Castelo Branco foram as cassações políticas; fim da eleição direta para presidente; a criação do bipartidarismo; limitação de direitos constitucionais; suspensão da imunidade parlamentar. No governo de Costa e Silva a violência da ditadura militar se manifesta mais intensa por meio do Ato Institucional nº 5 (AI-5), Adota-se uma política econômica voltada para o combate da inflação e expansão do comércio exterior. Ocorrem investimentos nos setores de transporte e comunicações e foi realizada uma reforma administrativa.

O presidente Médici deixou marcas de uma forte repressão política chamada de "Anos de Chumbo", com exílios, tortura, prisões, desaparecimento de pessoas, combate aos movimentos sociais e censura. Tal período ainda é caracterizado pelo "Milagre Econômico", com forte crescimento do PIB e uma intensa propaganda patriótica.

O presidente Ernesto Geisel propôs a abertura política desde que fosse "lenta, gradual e segura"; aumentou o mandato de presidente de 5 para 6 anos. Foi criada no seu governo a figura do senador biônico. No cenário econômico ocorre uma alta da inflação e dívida externa. Ocorre ainda a restauração do habeas corpus e fim do AI-5.

Durante o governo do último presidente do regime militar, João Baptista Figueiredo iniciou a transição para o sistema democrático, com o restabelecimento do pluripartidarismo. A crise econômica se agravou e intensificou o número de greves, e protestos sociais. Por fim foram restabelecidas as eleições diretas para governadores dos estados e para presidente da república.

#### 2.3.8 Reformas educacionais implantadas pela Ditadura Militar

Com o objetivo de adequar a estrutura nacional da educação aos princípios que regiam o projeto político defendido pela ditadura militar, duas reformas são incluídas na LDB 4.024/1961. A primeira alteração é imposta pela Lei no 5.540, de 28 de novembro de 1968, que fica conhecida como Reforma Universitária. A outra mudança, introduzida pela promulgação da lei no 5.692, em 11 de agosto de 1971, visou o “ensino de primeiro e segundo graus”: torna obrigatória a profissionalização no 2º grau.

As duas reformas educacionais fracassam devido à falta de recursos. O Estado não prepara as escolas, não compra os equipamentos e materiais básicos para o funcionamento dos cursos técnicos. Não consegue proporcionar condições para o desenvolvimento da educação secundária, e os resultados afetam profundamente o ensino profissionalizante:

As escolas técnicas tradicionais tiveram de se adequar aos novos cursos profissionalizantes, nivelando-se por baixo esse tipo de formação. Além disso, as camadas médias não se interessavam pela profissionalização, pretendendo apenas que o ensino médio preparasse seus filhos para a universidade. As escolas privadas, atendendo aos anseios de sua clientela, improvisavam pseudocursos profissionalizantes, continuando, na verdade, com a orientação propedêutica anterior. As escolas públicas, por falta de recursos, criavam também simulações de profissionalização, o que apenas empobrecia a educação dos filhos dos trabalhadores. (ZIBAS, 2005, p. 7).

Durante o período militar a educação brasileira incorporou um caráter antidemocrático e

alguns educadores foram perseguidos, presos e demitidos de suas funções. Segundo Aranha (1989), através do Decreto estabelecido pelo governo, alunos e professores foram obrigados a calar-se por medo. Muitos estudantes foram presos, feridos e mortos. A União Nacional dos Estudantes foi proibida de funcionar.

A educação no país sofreu modificações, ocorridas por meio da Lei nº 5540/68 que reformulou o ensino superior e a Lei nº 5692/71, que reformulou o ensino primário e médio.

Stephanou (2004, p.27), salienta que:

A nova situação exigia adequações que implicavam mudança na legislação educacional. Mas o governo militar não considerou necessário modificá-las totalmente mediante a aprovação de uma lei de diretrizes e bases da educação nacional. Isso porque, dado que o golpe visava garantir a continuidade da ordem socioeconômica que havia sido considerada ameaçada no quadro político presidido por João Goulart, as diretrizes gerais da educação em vigor, não precisava ser alterada. Bastava ajustar a organização do ensino à nova situação.

Em 11 de agosto de 1971, criou a Lei 5.692, que fixou as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º grau em âmbito nacional fundamentada na concepção tecnicista da educação. As principais mudanças foram: aumentou a obrigatoriedade escolar dos 7 aos 14 anos, um sistema único de ensino para o ensino médio.

Ribeiro (1998), destaca que a Lei 5692/71 determinou as bases para o ensino de 1º e 2º grau, articulando a intervenção do governo nos três níveis de ensino. Determinava a prioridade na quantidade e não na qualidade, nas técnicas desenvolvidas e não nos ideais de ensino.

Saviani (2008, p.43), destaca os princípios básicos da educação de 1º e 2º grau:

- a) Integração vertical (dos graus, níveis e séries de ensino) e horizontal (dos ramos de ensino e das áreas de estudo e das disciplinas);
- b) continuidade (formação geral e terminalidade (formação especial);
- c) racionalização- concentração, voltada à eficiência e a produtividade com vista a se obter o máximo de resultados com mínimo de custos;
- d) flexibilidade;
- e) gradualidade de implantação;
- f) valorização do professor;
- g) sentido próprio para o ensino supletivo.

Em seu artigo 21 estabelece: “que o ensino de 2º grau destina-se à formação integral do adolescente”. Em seu artigo 22 fixa que: “o ensino de 2º grau terá três ou quatro séries anuais, conforme previsto para cada habilitação, compreendendo, pelo menos, 2.200 ou 2.900 horas de trabalho escolar efetivo, respectivamente.”.

Cury (2013, p.45), ressalta que:

A Lei 4024/61 com a versão dada pela Lei 5692/71 que estabelecia um regime de ensino secundário (agora denominado ensino de segundo grau) profissionalizante, compulsório e universal para a faixa de 15 a 17 anos foi um fracasso. Na verdade, a lei visava uma formação tecnicista para o mercado de trabalho abandonando a ideia de que esses jovens também se imbuíssem de uma consciência crítica.

Com a lei 5692/71 o ensino secundário passou a se chamar segundo grau e tornou-se profissionalizante de modo universal, tendo em vista a entrada desses alunos no mercado de trabalho.

Kuenzer (1997, p. 17), relata que a proposta do Ensino Médio se reduziu em três objetivos:

- a: Contenção da demanda de estudantes secundaristas ao ensino superior, o que havia marcado fortemente a organização estudantil no final da década de 1960;
- b: despolitização do ensino secundário por meio de um currículo tecnicista;
- c: preparação da força de trabalho qualificada para atender às demandas do desenvolvimento econômico que se anunciava com o crescimento obtido no ‘tempo do milagre’ onde o Brasil era incluído no primeiro mundo. Essas demandas eram marcadas pelo surgimento de empresas de grande e médio porte com organização taylorista/fordista, produção em massa de produtos homogêneos, grandes plantas industriais, economia de escala, utilização de tecnologia intensiva de capital com base rígida, eletromecânica.

A Lei 5692/71 pretendia acabar com a dualidade entre o ensino médio propedêutico e o profissionalizante, porém não obteve êxito.

Segundo Kuenzer (2011, p.18):

Após o fracasso do modelo estabelecido em 1971, com a lei nº 5692, e com a acomodação do “caos” pela lei nº 7044/82 através de uma saída conservadora e nociva à classe trabalhadora, a quem não interessa um “propedêutico” equivocadamente apresentado como “geral”, mas sem ser básico, voltado exclusivamente para a preparação do ingresso dos mais “competentes” na universidade, a discussão do Ensino Médio, que vinha sendo desenvolvida lenta, mas seriamente, no período de debate nacional da LDB, foi atropelada pela elaboração da proposta de substitutivo do senador Darcy Ribeiro e pela apresentação do PL 1603/96 pela Secretaria de Educação Média e Tecnológica do MEC/SEMTEC, cujo conteúdo, dada a rejeição pelo Congresso Nacional, foi aprovado por Decreto (nº 2208/97) e incorporado recentemente à LDB, junto à retomada da integração entre Ensino Médio e Educação profissional.

Durante a ditadura militar houve uma expansão nas universidades, a implantação do vestibular classificatório, a criação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) que pretendia acabar com o analfabetismo no país, sendo extinto algum tempo depois por denúncias de corrupção. O ensino de 1º e 2º graus foi reestruturado, os currículos foram modificados, implantou-se a disciplina de Educação Moral e Cívica e deu uma nova abordagem a disciplina de Organização Social e Política do Brasil (OSPB), fez-se a junção de

História e Geografia passou a se chamar Estudos Sociais. A nova abordagem curricular tinha como objetivo atender aos interesses dos militares.

Freitag (1980, p.61), destaca que: "Dos 1000 alunos matriculados no ensino secundário em 1960, somente 56 conseguiram alcançar o primeiro ano universitário em 1973. Isso significa taxas de evasão 44% no ano primeiro ano, 22% no segundo ano, 17% no terceiro ano. A elas se associam taxas de reprovação que entre 1967 e 1971 oscilavam em torno de 63,5%".

Nos anos setenta, as mudanças ocorridas no Ensino Médio, contribuíram significativamente com o crescimento das matrículas. Assim entre 1970 e 1980 mais de um milhão de alunos se matricularam no Ensino Médio. Os anos 80 foram marcados pelo aumento da repetência e da evasão escolar registrando índices altíssimos no Ensino Médio.

### 2.3.9 Período da Nova República (1985-2014)

A Nova República Iniciou-se com o fim da ditadura militar. Esse período foi marcado pela transição democrática, eleições, crise econômica e implantação de planos econômicos.

Cotrim relata (1999, p. 353), que o fracasso do modelo político-econômico adotado pelo regime militar ficou evidente durante o governo Figueredo. O país tinha mergulhado numa das maiores crises de sua história que se refletia nas elevadas taxas de inflação, no assombroso endividamento externo e déficit público.

Em 15 de janeiro de 1985, Tancredo Neves é eleito para presidente da república e José Sarney como vice-presidente com o apoio das forças da Aliança Democrática. Porém o primeiro presidente eleito, Tancredo Neves, não pode tomar posse, pois faleceu logo após o término das eleições. Seu vice Sarney assume o poder e teve como fato mais importante a implantação do Plano Cruzado, tendo como meta o combate à inflação pelo congelamento de preços e da troca da moeda, a eleição de uma assembleia nacional constituinte, que elaborou e aprovou em 1988 uma nova constituição.

Jesus (2009, p.71), relata que:

Em 1985 termina o governo militar e começa a Nova República que por eleições indiretas. Com a morte trágica do presidente eleito, Tancredo Neves, assume o vice José Sarney. Em 1988 é promulgada a nova Constituição, que defende a educação como direito de todos e dever do Estado e da família.

O governo de Fernando Collor de Mello foi marcado pelo fracasso dos sucessivos



planos econômicos e por denúncias de corrupção. Collor foi afastado do governo em 1992, pelo processo de impeachment, conduzido pelo Congresso Nacional, com isso, o vice-presidente Itamar Franco assume o país.

Paludo (2010), afirma que durante o governo de Fernando Collor de Melo ocorre uma mudança de Estado desenvolvimentista e interventor para um Estado neoliberal.

Itamar Franco (1992 a 1994), enfrenta um país com uma grave crise socioeconômico. O senador Fernando Henrique Cardoso é nomeado como ministro da fazenda e toma a medida de implantar o plano Real que tinha como meta acabar com a inflação e estabilizar a economia do país.

Segundo Paludo (2010), o presidente Itamar Franco adotou uma postura conservadora e não realizou nenhuma reforma significativa, contudo foi em seu governo que a elevada inflação passa a ser controlada. Uma das principais medidas de combate à inflação foi à implantação da unidade real de valor (URV).

Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002), foi o primeiro presidente da República que teve dois mandatos consecutivos, comandou o país durante oito anos, no seu primeiro mandato teve como meta fortalecer o real e controlar a inflação que assolava o país.

Paludo (2010), relata que em 1995 inicia a era Fernando Henrique Cardoso com o firme propósito de que cabia ao Estado a função de coordenar e regular a economia do país.

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2010), foi marcado pela implantação de vários programas sociais, durante o seu segundo mandato procurou manter e da continuidade nos projetos do governo anterior.

Silva (2009, p.76), ressalta que:

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para presidente da República em janeiro de 2003, ocorreu oito anos após a implantação do Plano Real. Apesar de ter sido eleito pelo Partido dos Trabalhadores (PT), e com enorme apoio de movimentos populares e os demais partidos de tendência de esquerda no cenário político nacional, o governo Lula desde o primeiro momento optou pela manutenção e pelo aprimoramento das políticas conservadoras do seu antecessor.

A primeira presidente eleita em 2011, Dilma Rousseff, foi ministra de Minas e Energia e ministra Chefe da Casa Civil do Brasil durante o governo Lula. Foi reeleita em 2014. Pode-se afirmar em linhas gerais que no seu 1º mandato deu continuidade aos programas do governo Lula.

### 2.3.10 Mudanças educacionais implantadas durante a Nova República

A nova Constituição de 1988 é considerada a Carta Constitucional em que a educação ocupa mais espaço, não obstante o direito público subjetivo ter sido restrito ao ensino fundamental. A obrigatoriedade de oferta continuou limitada aos oito anos desse nível de ensino, prerrogativa que mantinha em suspenso a responsabilidade do Estado em garantir e proteger o direito à educação infantil e ao Ensino Médio, deixando permanecer em situação de desamparo milhões de crianças e jovens. Apesar disso, a CF de 1988, devido ao contexto de sua formulação, significa uma vitória para o povo brasileiro: foi o ápice de uma luta pela reconstituição e ampliação dos direitos de cidadania. O Brasil estava em pleno processo de redemocratização após duas décadas de ditadura aberta, caracterizada pela restrição dos direitos civis e políticos, pela repressão e pelo abuso do poder de polícia do Estado – milhares de pessoas foram presas de maneira irregular, submetidas à tortura e até assassinadas à revelia dos direitos humanos declarados internacionalmente.

Sobre os avanços ocorridos podemos citar que foram ampliadas e especificadas as bases e condições da educação, bem como as obrigações do Estado no setor educacional como um todo. Destacam-se algumas obrigações inéditas ao Estado, inscritas no art. 208:

I - ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II - progressiva universalização do Ensino Médio gratuito;

Referente ao Ensino Médio, não há nenhuma intervenção específica. A legislação permanece estagnada até a promulgação da nova LDBEN, através da lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Na CF de 1988, a proteção dos direitos e obrigações individuais e coletivos é também assegurada, como, por exemplo, os que se referem aos novos direitos, exigidos para o atendimento, em suas diferenças, de categorias sociais específicas. É o caso das questões de gênero, etnia, idade, necessidades especiais etc. (BOBBIO, 2004).

Muitos dos dispositivos previstos na CF de 1988 para a educação se encontram em processo de regulamentação, num ritmo moroso e de modo profundamente desigual, nas regiões brasileiras acompanhando o ritmo da urbanização. É, sobretudo, no meio rural que ainda há déficit de oferta de vagas, e nas regiões mais pobres do país persistem as taxas mais elevadas de repetência, evasão e distorção série-idade.

A gratuidade, a obrigatoriedade e o financiamento da educação pública são hoje questões que respondem a problemas históricos e carregam as marcas da trajetória tortuosa do

direito à educação no Brasil, com suas voltas, idas e vindas, suas contradições, tensões e disputas internas. Igualmente sinuosa é a trajetória do Ensino Médio, o qual sempre esteve à mercê da arbitrariedade de administradores públicos que não demonstraram compreender que direitos se distinguem e se opõem ao clientelismo, com seus privilégios reservados aos ricos, e ao assistencialismo, com suas migalhas destinadas aos pobres.

Após 25 anos da Lei 5692/71 surge à necessidade de elaborar uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de acordo com as necessidades e anseios da sociedade vigente. Com isso, em dezembro de 1996 é aprovada a nova LDB.

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 aprovada em dezembro de 1996, o 1º grau passou a se chamar Ensino Fundamental e 2º grau passou a se chamar Ensino Médio, etapa final da Educação Básica. Essa mesma Lei determinou a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNS).

Em 1997, com o Decreto nº 2.208/97 restabelece-se o dualismo entre o Ensino Médio e técnico. Com a revogação desse decreto e a aprovação do Decreto 5.154/04 estabelece-se a integração do Ensino Médio e do Ensino Técnico. Permitindo com isso, a criação e implantação de diversos cursos profissionalizantes.

A nova LDB 9394/96, estabelece a finalidade do ensino médio em seu artigo 35º:

- I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 5ª edição 29 modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- III – o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- IV– a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

A educação brasileira sofreu importantes mudanças: a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) criado no governo de Fernando Henrique Cardoso que posteriormente foi substituído pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) no governo Lula. São mecanismos de ensino e a implantação de programas para facilitar o acesso ao Ensino Superior: Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), um programa que avalia os alunos que concluíram o Ensino Médio, gradativamente o ENEM vem se consolidando como uma política de avaliação do ensino médio, e de interesse do governo a adesão das universidades no programa, considerando o exame como forma de acesso ao Ensino Superior. Durante o

governo Lula o exame passou por algumas modificações podendo conceder certificado do Ensino Médio a estudantes com mais de 18 anos e o Programa Universidade para todos (PROUNI), cuja finalidade é conceder bolsas de estudo a alunos do curso superior.

Demo (1997), afirma que a atual LDB traz “ranços e avanços” para o sistema educacional brasileiro. Ressalta que a atual Lei aborda a avaliação como parte central do processo educativo contribuindo de forma eficaz para o desenvolvimento do processo educacional; na educação básica o sistema é organizado em função do aluno, com avaliação contínua e cumulativa prevalecendo os aspectos qualitativos e o programa de aceleração para os alunos com atraso escolar.

Segundo reportagem da Revista Educação (2011), a educação profissional é a grande aposta da presidente Dilma, buscando qualificar a mão de obra do país e melhorar a qualidade do Ensino Médio. Para tanto é criado o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) que tem como objetivo financiar cursos profissionalizantes para estudantes de baixa renda.

Em 2009 através da portaria nº971 lança o Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI) que tem como objetivo reestruturar os currículos do Ensino Médio. De acordo com publicação do site do Ministério da Educação e Cultura, (acesso 07 de fevereiro de 2015), está sendo realizado em todo país duas medidas importantes à elaboração do novo currículo do ensino Médio nas escolas e a formação continuada para professores. De acordo com a reportagem o Programa tem como metas:

- \*universalização do atendimento dos 15 aos 17 anos até 2016 e a adequação idade série;
- \* ampliação da jornada do Ensino Médio Integral;
- \* redesenho curricular nacional;
- \* formação continuada;
- \*estimular e ampliar o ensino diurno;
- \* melhoria na rede física das escolas;
- \*ampliação da oferta de educação profissional;
- \*universalização do Exame Nacional do Ensino Médio-ENEM.

De acordo com Castro et al (2013), a qualidade no ensino médio é um problema desafiador para o sistema educacional, isso acarreta sérios problemas e danos. Os jovens entre 15 e 17 anos que estão fora da escola mais que dobrou na última década. Em 2011 os alunos que estão cursando o Ensino Médio são inferiores a 51%. Entre 1999 e 2011 o abandono passou de 7,4% para 16,2%.

O Anuário Brasileiro da Educação Básica (2013), ressalta que apesar de 80% dos jovens de 15 a 17 anos estarem matriculados apenas 52,25% estão no Ensino Médio, etapa apropriada da trajetória escolar dessa faixa etária. Desse grupo 15,1% desses jovens abandonaram o ensino e 25,5 ainda permanecem no Ensino Fundamental.

De acordo com a mesma publicação concluíram o Ensino Médio: em 2005-38,8 % em 2006- 44,1%, em 2007- 44,9%, em 2007-44,9 %, em 2008-47,1%, em 2009-50,2%, em 2011- 51,1%.

Segundo Castro et al ( 2013, p.11):

No Brasil, a faixa de 18 a 24 anos já tem em sua maioria uma população de não estudantes: 66,1% em 1999 e 71,5% em 2011. A forte descontinuidade na proporção de estudantes aos 18 anos sugere que grande parte das famílias brasileiras considera essa idade como ponto de transição entre a condição de estudante e a de trabalhador.

### 2.3.11 O Ensino Médio na atualidade: Políticas Públicas e ações contra a evasão escolar

Nos diferentes contextos históricos alguns esforços, por parte do governo, foram realizados para garantir o Ensino Médio aos jovens brasileiros. Contudo o que se percebe na atualidade é que as demandas desses jovens não foram atendidas em sua totalidade. Na maioria das vezes, os jovens são obrigados, pela necessidade de sobrevivência, a abandonar seus estudos e entrar precocemente no mundo do trabalho. Ao que parece, o trabalho torna-se mais fonte de renda, ou seja, um mero emprego, do que o exercício de um ofício que ofereça realizações pessoais. (SPOSITO, 2007)

O Ensino Médio é a principal e mais abrangente, em termos qualitativos e quantitativos, de política pública voltada para a formação dos jovens. Os jovens depositam nesse nível de ensino suas expectativas de entrar para a universidade e, conseqüentemente, almejar o sucesso profissional. Eles percebem com clareza as dificuldades e os problemas que os atingem de modo mais direto, tais como: as falhas nos sistema de educação (em razão, por exemplo, da carência de recursos para criar melhores condições nas escolas, da falta de professores especializados e de materiais didáticos); a dificuldade de encontrar um emprego; a carência de espaços apropriados para a realização de atividades de cultura e lazer etc. Os jovens percebem que os problemas podem ser enfrentados e resolvidos, desde que haja vontade da sociedade como um todo, sobretudo dos governantes.

As políticas do MEC formaram, nem que seja no plano do imaginário, uma identidade

para o Ensino Médio: continua dualista, a ênfase não é dada à dimensão formativa, pensando no desenvolvimento da autonomia do sujeito para lidar com as múltiplas dimensões da vida em sociedade, inclusive a cidadania.

Neste sentido, as políticas públicas para o Ensino Médio não contribuíram tanto quanto deveriam para a expansão do direito à educação, entendido enquanto direito fundamental de caráter social.

O MEC criou e implementou Políticas Públicas que pudessem efetivar a reforma proposta para o Ensino Médio. A abrangência e o alcance dos programas e projetos voltados para essa etapa do ensino foram essenciais para a consolidação dos princípios da reforma educacional.

A primeira ação foi o ENEM, um programa de avaliação da aprendizagem do Ensino Médio, implantado em 1998, cuja periodicidade das edições é anual. O ENEM é constituído de provas objetivas, abrangendo as áreas do conhecimento e a redação. As questões são elaboradas a partir da matriz de competências, que se desdobra em habilidades, prescrita pelas diretrizes nacionais. As provas são individuais, são realizadas pelos concluintes e egressos do Ensino Médio e buscam mensurar as habilidades e competências desenvolvidas por estes através da resolução de questões multidisciplinares, assim é atribuída uma pontuação correspondente ao desempenho nos parâmetros avaliados.

O MEC estabelece como objetivos dessa avaliação:

- a) Oferecer uma referência para que cada cidadão possa proceder à sua auto avaliação com vistas às suas escolhas futuras, tanto em relação ao mundo do trabalho quanto em relação à continuidade de estudos.
- b) Estruturar uma avaliação ao final da educação básica que sirva como modalidade alternativa ou complementar aos processos de seleção nos diferentes setores do mundo do trabalho.
- c) Estruturar uma avaliação ao final da educação básica que sirva como modalidade alternativa ou complementar aos exames de acesso aos cursos profissionalizantes, pós-médios e à Educação Superior.
- d) Possibilitar a participação e criar condições de acesso a programas governamentais.
- e) Promover a certificação de jovens e adultos no nível de conclusão do Ensino Médio nos termos do artigo 38, §§ 1º e 2º da Lei no 9.394/96 - Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).
- f) Promover avaliação do desempenho acadêmico das escolas de Ensino Médio, de forma que cada unidade escolar receba o resultado global;
- g) Promover avaliação do desempenho acadêmico dos estudantes ingressantes nas Instituições de Educação Superior.

Atualmente o resultado do ENEM é utilizado como critério de seleção para o ingresso no Ensino Superior, seja complementando, seja substituindo o vestibular; e para a concessão de bolsa no Programa Universidade para Todos (PROUNI).

A vinculação do ENEM com o PROUNI fez com que ele obtivesse não apenas maior adesão, mas, o mais importante para o governo, maior aceitação e legitimação social. Lima assinala a correlação entre o ENEM e as políticas regulatórias, das quais o Estado se utiliza para manter o controle sobre a escola e introduzir as concepções julgadas adequadas. É exatamente o que acontece com o Ensino Médio.

O ENEM foi criado num contexto de desenvolvimento de sistemas de coleta de informações e de avaliação em todos os níveis e modalidades de ensino, objetivando o controle e a regulação da educação e a constituição de um verdadeiro Sistema Nacional de Avaliação, em detrimento de um Sistema Nacional de Educação. Tal sistema de avaliação é composto por testes padronizados aplicados de forma massiva – SAEB, ENEM, ENC (provão) – que contribuem significativamente para a imposição de um currículo nacional, tanto na educação básica quanto na educação superior, para mistificação da avaliação como instrumento que por si só, pode garantir a qualidade do ensino e para a introdução do ethos de mercado, mediante a competição e ranqueamento das instituições educacionais. (LIMA, 2005, p. 166).

O MEC criou, em 1997, o PROMED, que consistiu no financiamento concedido pelo Governo Federal a projetos estaduais e do Distrito Federal de reforma curricular e expansão da oferta de Ensino Médio. O objetivo geral do projeto foi “melhorar a qualidade e eficiência do Ensino Médio, expandir sua cobertura e garantir maior equidade, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do país” (BRASIL, 1997). Destaca-se como um dos objetivos específicos, juntamente com a ampliação da oferta de vagas e a redução das taxas de reprovação e evasão, “garantir que os alunos adquiram as competências e habilidades necessárias ao exercício da cidadania e à participação no mundo do trabalho”. Neste sentido, foram estabelecidas como metas do projeto: implementar a reforma curricular e assegurar a formação continuada de docentes e gestores; equipar, progressivamente, as escolas com bibliotecas, laboratórios de informática e ciências e kit tecnológico para recepção da TV Escola; produzir um curso de Ensino Médio a distância; criar 1,6 milhão de novas vagas; melhorar os processos de gestão dos sistemas educacionais das unidades federadas; redefinir a oferta de Ensino Médio, com a criação de uma rede de escolas para jovens. (BORBA, 2011)

Outra ação do governo federal em prol do Ensino Médio criado em 2000 foi o Projeto Alvorada, articulando ações entre ministérios, dentre outros da Educação, da Previdência e Assistência Social, da Integração Nacional, da Saúde, do Esporte e Turismo, do Desenvolvimento Agrário e de Minas e Energia. O projeto financiou ações em nível estadual visando à redução das desigualdades regionais por meio da melhoria das condições de vida da população dos estados que apresentavam Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) inferior a 0,536.

O Decreto no 3.769, de 8 de março de 2001, estipulou como setores prioritários os seguintes:

- a) Educação, voltadas ao Ensino Fundamental, ao Ensino Médio e à educação de jovens e adultos;
- b) saúde e saneamento, com impacto no aumento da esperança de vida;
- c) desenvolvimento socioeconômico, com ênfase nos programas de renda familiar de infraestrutura básica;
- d) comunicações, esporte, turismo, agricultura e do desenvolvimento da indústria e comércio que concorram para o fortalecimento das ações acima definidas. (BRASIL, 2001).

O MEC instituiu ainda em 2009 o Programa Ensino Médio Inovador, visando estimular e apoiar técnica e financeiramente propostas curriculares inovadoras no âmbito das escolas públicas de Ensino Médio regular. Estão expressos no parágrafo único do art. 2º da portaria os objetivos do programa, quais sejam:

- I - Expandir o atendimento e melhorar a qualidade do ensino médio; II - desenvolver e reestruturar o ensino médio não profissionalizante, de forma a combinar formação geral, científica, tecnológica, cultural e conhecimentos técnicos- experimentais;
- III - promover e estimular a inovação curricular no Ensino Médio; IV - incentivar o retorno de adolescentes e jovens ao sistema escolar e proporcionar a elevação da escolaridade - fomentar o diálogo entre a escola e os sujeitos adolescentes e jovens;
- VI - promover uma escola média onde os saberes e conhecimentos tenham significado para os estudantes e desenvolvem sua autonomia intelectual; VII - desenvolver a autonomia do estudante por meio do oferecimento de uma aprendizagem significativa. VIII - criar uma rede nacional de escolas de ensino médio públicas e privadas que possibilite o intercâmbio de projetos pedagógicos inovadores. IX - promover o intercâmbio dos Colégios de Aplicação das IFES, dos Institutos Federais e do Colégio Pedro II com as redes públicas estaduais de ensino médio. X - incentivar a articulação, por meio de parcerias, do Sistema S com as redes públicas de Ensino Médio estaduais. (BRASIL, 2009).

O “Documento Orientador” do programa reconhece à necessidade e expressa a intenção de redefinir a identidade do Ensino Médio, que deve proporcionar aos jovens uma formação integral, bem como de ofertar uma “aprendizagem significativa” para os jovens, considerando a relevância da interlocução com as culturas juvenis. Além disso, o programa busca ainda a superação das desigualdades de oportunidades educacionais e a universalização do acesso e permanência dos jovens da faixa etária de 15 a 17 anos. O elevado índice de abandono convoca o Estado a repensar as condições de oferta do Ensino Médio.

O trabalho, a ciência e a cultura são os princípios educativos escolhidos para reorganização do currículo do Ensino Médio proposta pelo programa. Assim, são indicados aspectos epistemológicos e metodológicos a serem contemplados no projeto político-pedagógico, dentre os quais se destacam:



- \*Contemplar atividades integradoras de iniciação científica e no campo artístico-cultural.
- \*Incorporar, como princípio educativo, a metodologia da problematização como instrumento de incentivo à pesquisa, à curiosidade pelo inusitado e ao desenvolvimento do espírito inventivo, nas práticas didáticas;
- \*Fomentar o comportamento ético, como ponto de partida para o reconhecimento dos deveres e direitos da cidadania; praticando um humanismo contemporâneo, pelo reconhecimento, respeito e acolhimento da identidade do outro e pela incorporação da solidariedade.
- \*Utilizar novas mídias e tecnologias educacionais, como processos de dinamização dos ambientes de aprendizagem;
- \*Promover atividades sociais que estimulem o convívio humano e interativo do mundo dos jovens.
- \*Promover a integração com o mundo do trabalho por meio de estágios direcionados para os estudantes do ensino médio;
- \*organizar os tempos e os espaços com ações efetivas de interdisciplinaridade e contextualização dos conhecimentos.
- \*Ofertar atividades complementares e de reforço da aprendizagem, como meio para elevação das bases para que o aluno tenha sucesso em seus estudos;
- \*Ofertar atividades de estudo com utilização de novas tecnologias de comunicação;
- \*Avaliação da aprendizagem como processo formativo e permanente de reconhecimento de saberes, competências, habilidades e atitudes.
- \*Reconhecer as diferentes facetas da exclusão na sociedade brasileira, para assegurar a ampliação do acesso aos sujeitos historicamente excluídos do Ensino Médio.
- \*Estimular a participação social dos jovens, como agentes de transformação de suas escolas e de suas comunidades. (BRASIL, 2009).

De acordo com publicação do IBGE-PNAD (2008), podemos constatar que:

- \* A universalização no Ensino Médio é obrigatória a partir de 1998 através do Fundef;
- \* o maior índice registrado durante esse período foi em 2000 com 16,6 e em 1999 com 16,4%;
- \*durante esse período o índice de alunos que abandonaram o Ensino Médio mais que dobrou passando de 7,4% para 16,6%;
- \* a proporção de alunos frequentando o ensino Médio é inferior a 51%.

Segundo Castro et al ( 2013), atualmente a nova geração de políticas públicas voltadas para a educação são baseadas em três eixos:

- **descentralização da oferta educacional** – a educação infantil é de responsabilidade dos municípios; o Ensino Fundamental está a cargo, simultaneamente, de Estados e municípios; e a oferta do Ensino Médio compete aos Estados;
- **critérios de financiamento definidos pela Federação** – vinculação orçamentária para cada esfera de governo e critérios de distribuição de recursos baseados no número de matrículas;
- **avaliação centralizada** – sistema que permite a comparação entre unidades da federação, redes de ensino e escolas.

No próximo capítulo será apresentado um Estudo de Caso destacando a situação da evasão escolar no Colégio Estadual São Geraldo no Município de Santa Terezinha de Goiás.

### 3 EVASÃO ESCOLAR EM SANTA TEREZINHA DE GOIÁS: PROBLEMAS E PROPOSTAS DE SUPERAÇÃO.

#### 3.1 Histórico da unidade escolar

O Colégio Estadual São Geraldo está localizado no município de Santa Terezinha de Goiás. De acordo com dados do IBGE o município foi criado através da Lei nº 19 em 22 de julho de 1963, aprovada pela Câmara Municipal de Pilar de Goiás e elevado à categoria de município pela Lei Estadual nº 4705 de 23 de outubro de 1963. Sua população é de 10.302 habitantes e sua área é de 1.202.240 km<sup>2</sup>.

Está localizado na microrregião de Porangatu, no Norte de Goiás conforme o mapa abaixo:



Figura 1 Mapa de Santa Terezinha de Goiás  
Fonte IBGE (2014)

O Colégio Estadual São Geraldo foi a primeira escola criada no município de Santa Terezinha de Goiás, ficou conhecido com o nome de Grupo Escolar São Geraldo e atendia aos estudantes das séries iniciais do Ensino Fundamental. Em meados de 1973 o grupo escolar foi fechado por apresentar péssimo estado de conservação, os alunos foram transferidos para outras escolas do município. Em 1975 o atual prefeito Eurípedes Martins de Paula decidiu reabrir a unidade de ensino, durante esse período não houve reforma e a rede física estava precária em decorrência do abandono.

Com a descoberta de esmeraldas no município em 1980, a população cresceu

demasiadamente, as pessoas chegavam de diferentes regiões do Brasil para explorar o subsolo em busca das pedras preciosas. Após sete meses de garimpo, a população passou de 6 mil habitantes para 30 mil habitantes com residência fixa e mais de 15 mil flutuantes. O município não tinha número suficiente de professores qualificados para atender a demanda, uma vez que, chegavam diversas pessoas diariamente de diferentes lugares. Com isso, a cidade passou a viver outra realidade e as escolas foram ampliadas no intuito de atender a esse demanda.

Em 1986 o Colégio Estadual São Geraldo oferecia para a população o Ensino Regular, da Educação Infantil ao Ensino Médio, implantou o supletivo e foi a primeira escola do município que funcionou o curso Técnico em Magistério, tendo como objetivo atender de forma satisfatória as crescentes necessidades da população. Com isso, contribuiu significativamente com a educação.

Na década de 1990 sob direção do professor Sebastião Machado de Souza a escola vence alguns concursos importantes: Prêmio Escola Dinâmica, promovido pela Secretaria da Educação, no período de 1994 a 1997, com o projeto A Escola é de Todos, obtendo o 1º lugar regional e o 2º lugar estadual e em 1998 ganhou o concurso Escola Referência Nacional em Gestão.

Em 2000, foi implantada no Estado de Goiás a redefinição de rede, onde o Colégio Estadual “São Geraldo” passou a atender apenas alunos do Ensino Médio com a missão de implantar a Proposta de redefinição do Currículo do Novo Ensino Médio. Houve um investimento na adequação da rede física e instalação de laboratórios de Informática, Química, Física e Biologia. Sendo viabilizados também acervos para a Biblioteca.

Em 2013, implantou a Educação Profissional Técnica de Nível Médio – Integrada. Técnico em Mineração com o objetivo de formar pessoas capazes de lidar com o avanço da ciência e da tecnologia na área da mineração e suas particularidades e dele participarem de forma proativa atendendo as três premissas básicas: formação científica – tecnológico – humanística sólida, flexibilidade para as mudanças e educação continuada. A escola estabeleceu parcerias com a Faculdade FacLions ( Gestão em Segurança Pública) e o PRONATEC – SENAI( Operador de Processos Químicos de Mineração), oferecendo cursos para a comunidade escolar.

Atualmente a escola oferece para a população o Ensino Médio e o curso Técnico em Mineração.

A estrutura física da unidade de ensino está organizada da seguinte forma:

\*Ambiente Administrativo – recepção, secretaria geral, coordenação geral, diretoria;

despensa, rádio – escola, sala dos professores, cantina, depósito de merenda e almoxarifado.

\*Ambiente Pedagógico - laboratório de informática, salas de aula, biblioteca, quadra de esportes.

O Projeto Político Pedagógico do CESG está em sintonia com as DCNEM uma vez que sua proposta pedagógica está pautada nas dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura e concebida a partir dos quatro pilares da educação: Aprender a conhecer, Aprender a fazer, Aprender a conviver e Aprender a ser.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico da unidade de ensino foi constatado os seguintes aspectos:

\* Proposta Pedagógica - tem como eixo epistemológico a qualidade do ensino, elevando o índice de rendimento dos alunos nos cursos ministrados e melhorando o atendimento através de metas estabelecidas para cada área e ano de trabalho.

\* Objetivo Geral do Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de Nível Médio-Integrada (Técnico Em Mineração)-desenvolver ações voltadas para a formação ética, o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico para o aprimoramento do educando como pessoa humana com compreensão de fundamentos científico-tecnológicos para enfrentar o mercado de trabalho.

\* Formação continuada- Formar profissionais que conheçam e gerenciem atividades próprias da área, como a prospecção, planejamento e tratamento de bens minerais, com habilidades para lidar com o avanço da ciência e da tecnologia.

\* Visão estratégica- transformar a Escola em um Centro de Referência Educacional em Gestão Escolar, atuando pela excelência na qualidade do ensino e desempenho dos profissionais na realização dos serviços prestados para a comunidade escolar e local.

\* Missão-garantir aos alunos conhecimentos, desenvolvendo habilidades fundamentais e competências básicas para o exercício da cidadania plena e os desafios do mundo globalizado.

\* Gestão compartilhada- desenvolvida através da Gestão Participativa e Estratégia, Gestão Pedagógica, Gestão de Pessoas, Gestão de Serviços de Apoio, Recursos Físicos e Financeiros, e Gestão de Resultados.

Podemos constatar que o Projeto Político da unidade escolar foi elaborado de forma coletiva. Uma das etapas do projeto foi à realização da avaliação diagnóstica que envolveu todos os segmentos da escola com o objetivo de identificar os pontos fortes e os fracos da unidade de ensino para a construção do projeto pedagógico.

### **3.2 Evasão escolar no Colégio Estadual São Geraldo: visão dos gestores, agentes administrativos corpo docente e corpo discente.**

#### 3.2.1 Metodologia utilizada na pesquisa empírica

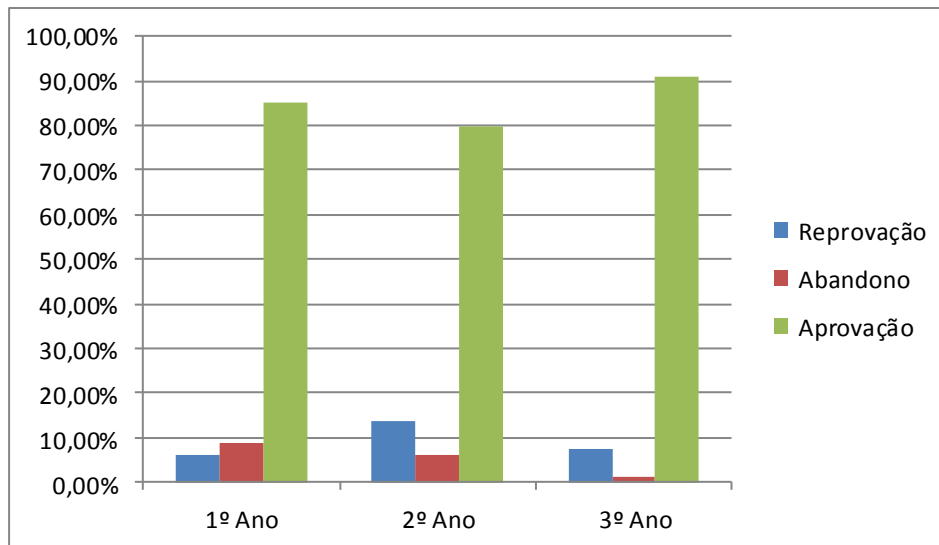
Os dados apresentados são resultados da pesquisa realizada no Colégio Estadual São Geraldo com os alunos que abandonaram o Ensino Médio, o corpo docente, o setor técnico administrativo, e o grupo gestor da unidade de ensino. O modelo do questionário aplicado está no Apêndice B.

As pessoas que participaram da pesquisa foram selecionadas da seguinte forma: 20 alunos que abandonaram o Ensino Médio no período de 2011 a 2013, o diretor, o vice-diretor, 03 coordenadores pedagógicos, 01 do turno matutino, 01 do vespertino e 01 do noturno, que fazem parte do grupo gestor, o secretário da escola que trabalha nos três turnos 03 agentes administrativos, 01 do turno matutino, 01 do vespertino e 01 do noturno e 10 professores que trabalham na unidade escolar, 02 do turno matutino, 03 do turno vespertino e 05 do turno noturno, onde o índice de evasão é mais crítico.

De acordo com o Projeto Político da unidade de ensino o organograma da escola está estruturado da seguinte forma:

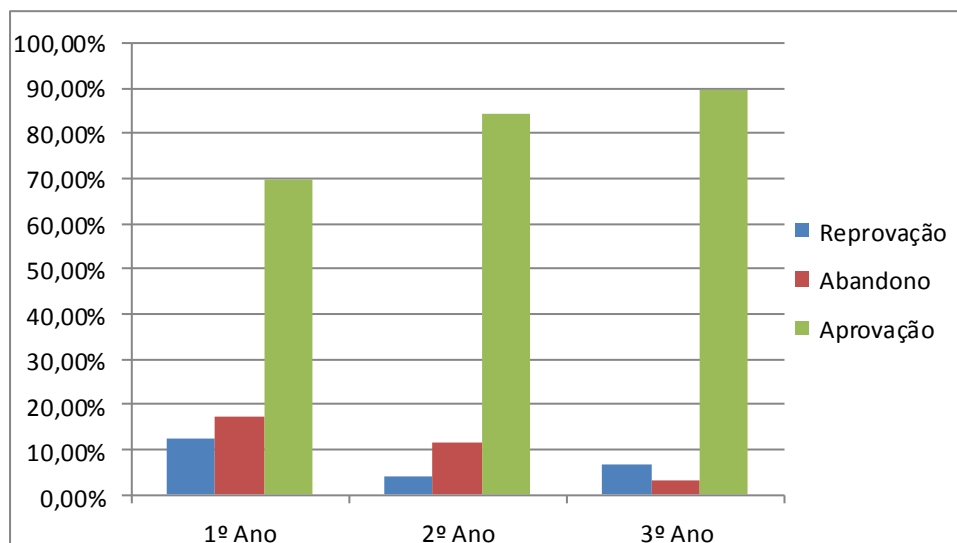
- Equipe Gestora
  - \* Diretora
  - \* Vice – Diretora
  - \* Secretária
  - \* Coordenação Pedagógica
- Corpo Docente
- Agente Administrativo Educacional

A seguir alguns gráficos referentes ao Colégio Estadual São Geraldo, relacionados com o aproveitamento escolar e a distorção idade-série.

**Gráfico 13- Taxa de rendimento por etapa escolar do CESG em 2011**

Fonte: Censo Escolar 2013, Inep.

De acordo com o gráfico 13 no 1ºano o índice de aprovação é de 85,2, o de abandono é de 8,6% e o de reprovação é de 6,2%. No 2º ano o índice de aprovação é de 80% o de abandono é de 6,2% e o de reprovação é de 13,8%. No 3º ano o índice de aprovação é de 91,1% o de abandono é de 1,3% e o de reprovação é de 7,6%. Podemos constatar que o em 2011: o índice de reprovação foi de 9,0%, de abandono de 5,3% e de aprovação de 85,8%.

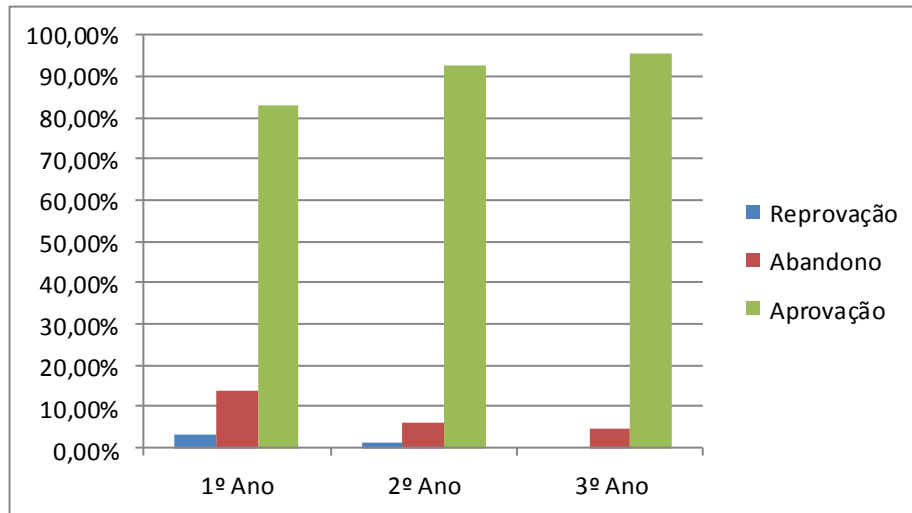
**Gráfico 14- Taxa de rendimento por etapa escolar do CESG em 2012**

Fonte: Censo Escolar 2013, Inep.

De acordo com o gráfico 14 no 1ºano o índice de aprovação é de 69,9, o de abandono é

de 17,5% e o de reprovação é de 12,6%. No 2º ano o índice de aprovação é de 84,2% o de abandono é de 11,6% e o de reprovação é de 4,2%. No 3º ano o índice de aprovação é de 89,8% o de abandono é de 3,4% e o de reprovação é de 6,8%. Podemos constatar que em 2012: o índice de reprovação foi de 8,2%, de abandono de 11,9% e de aprovação de 79,9%.

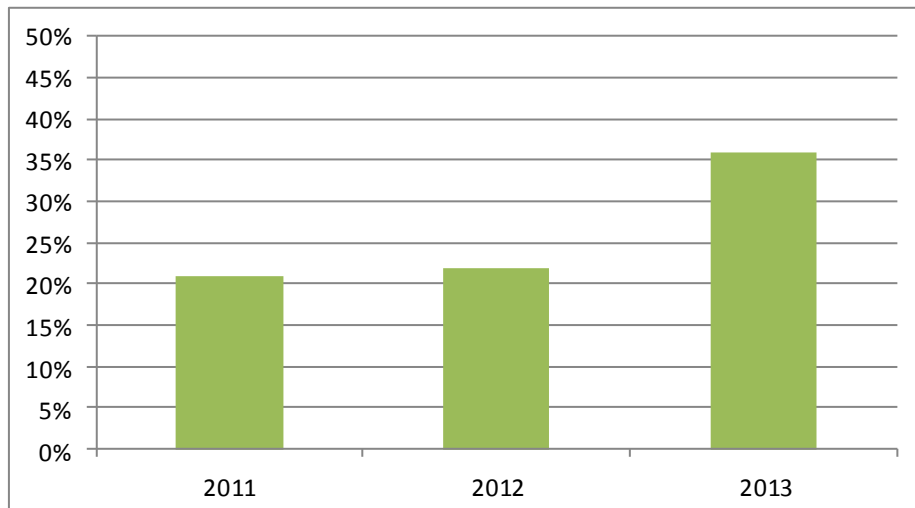
**Gráfico 15- Taxa de rendimento por etapa escolar do CESG em 2013**



Fonte: Censo Escolar 2013, Inep.

De acordo com o gráfico 15 no 1ºano o índice de aprovação é de 83,1 o de abandono é de 13,7% e o de reprovação é de 3,2%. No 2º ano o índice de aprovação é de 92,5% o de abandono é de 6,2% e o de reprovação é de 1,3%. No 3º ano o índice de aprovação é de 95,5% o de abandono é de 4,5% e o de reprovação é de 0,0%. Podemos constatar que em 2013: o índice de reprovação foi de 1,7%, de abandono de 8,9% e de aprovação de 89,3%.

**Gráfico 16 - Taxas de distorções idade-serie no Colégio Estadual São Geraldo de 2011 a 2013**



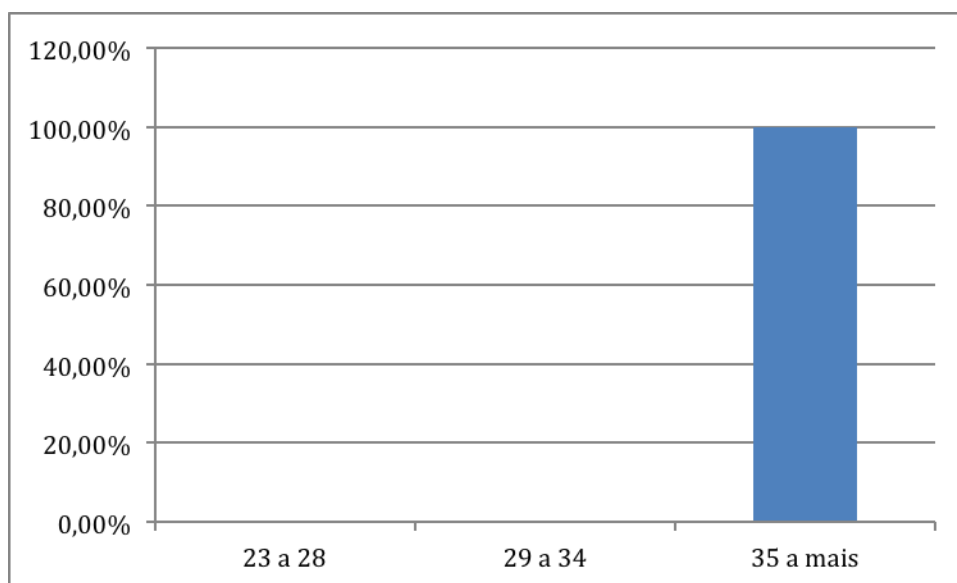
Fonte: Censo Escolar 2013, Inep, (2014)

Através do gráfico a maior taxa de distorção idade-série de 2011 a 2013, do Colégio Estadual São Geraldo foi em 2013 com 36%.

### 3.2.2 Perfil do grupo gestor

A pesquisa foi realizada com os 06 profissionais que fazem parte do grupo gestor através de um questionário. (VER APENDICE B)

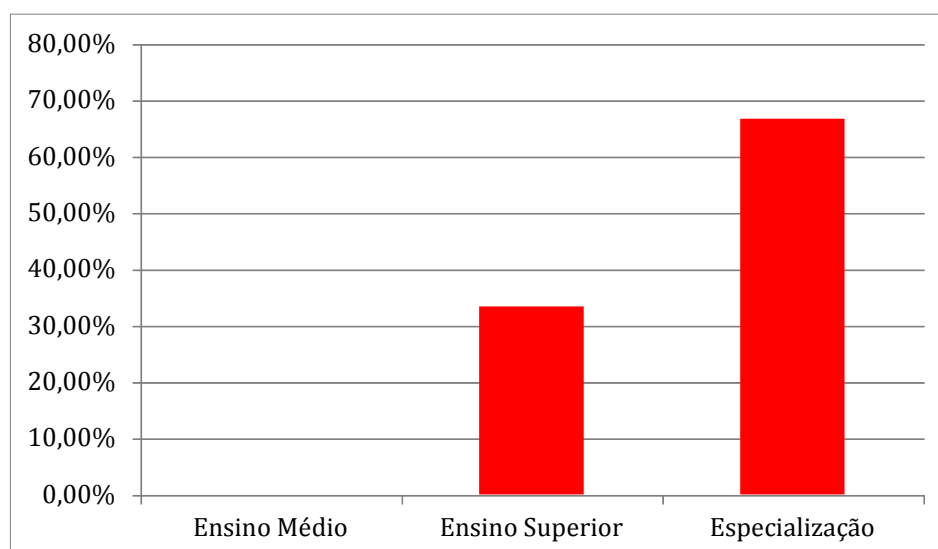
**Gráfico 17- Faixa etária do grupo gestor do CESG**



Fonte: Grupo gestor do Colégio Estadual São Geraldo

De acordo com o gráfico 17: 100% dos participantes possuem 35 anos ou mais de idade

**Gráfico 18: Grau de instrução do grupo gestor do CESG**

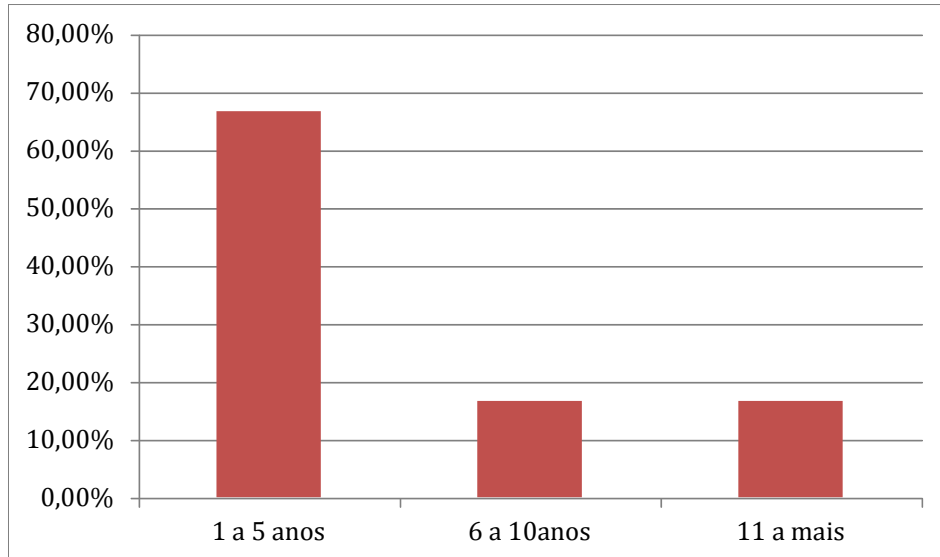


Fonte: Grupo gestor do Colégio Estadual São Geraldo



O gráfico 18 apresenta o grau de instrução do grupo gestor, onde 33,33% possuem ensino superior e 66,67% possuem especialização.

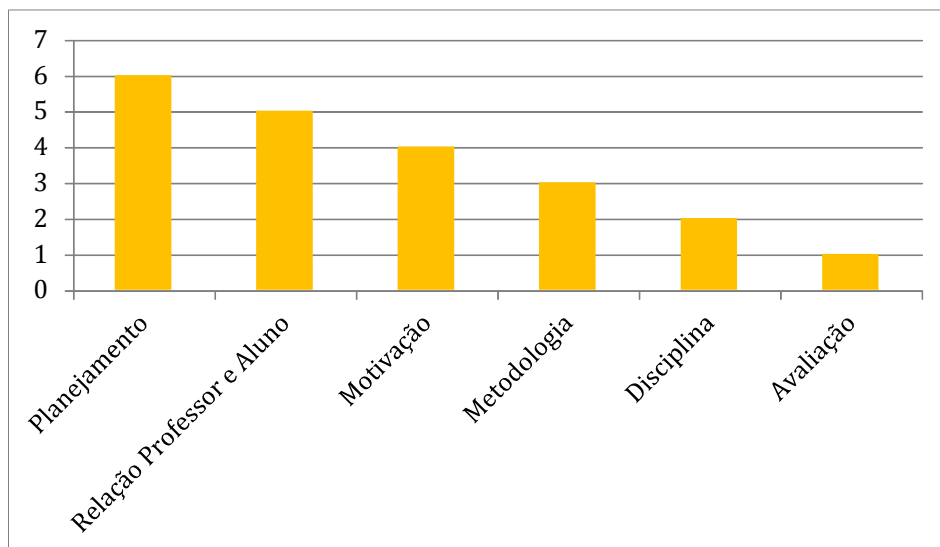
**Gráfico 19- Tempo de experiência como gestor no CESSG**



**Fonte: Grupo gestor do Colégio Estadual São Geraldo**

De acordo com o gráfico 19: 66,67% dos participantes possuem de 1 a 5 anos de experiência, 16,67% possuem de 6 a 10 anos e 16,67% possuem 11 anos a mais de experiência como gestor na unidade de ensino.

**Gráfico 20-Importância dos procedimentos metodológicos para o processo ensino aprendizagem**



**Fonte: Grupo gestor do Colégio Estadual São Geraldo**

De acordo com o questionário os participantes numeraram os itens de 1 a 6 em ordem de importância. Conforme o gráfico 20 o planejamento ficou em 1º lugar, a relação professor aluno ficou em 2º lugar, a motivação ficou em 3º lugar, a metodologia ficou em 4º lugar, a disciplina ficou em 5º lugar e a avaliação ficou em 6º lugar em ordem de importância para o sucesso ensino aprendizagem.

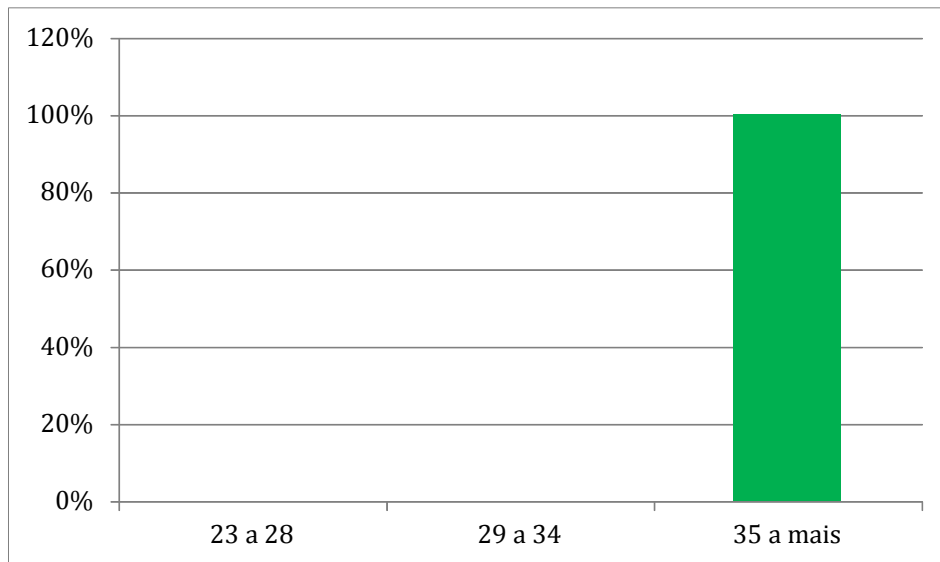
O grupo gestor listou as principais causas da evasão escolar na instituição:

- \*os alunos não conseguem conciliar o trabalho com os estudos;
- \*falta de acompanhamento familiar;
- \*desinteresse dos alunos;
- \*falta de perspectiva e de expectativa.

### 3.2.3 Perfil dos agentes administrativos

A pesquisa foi realizada com 3 agentes administrativos que trabalham nos turnos matutino, vespertino e noturno.

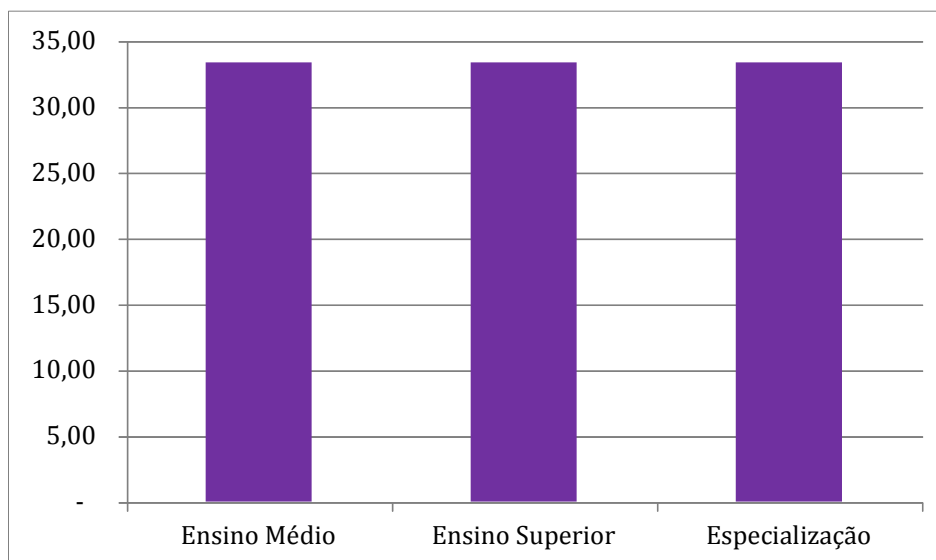
**Gráfico 21- Faixa etária dos agentes administrativos educacionais do CESG**



**Fonte: Agentes Administrativos do Colégio Estadual São Geraldo**

De acordo com o gráfico 21: 100% dos agentes administrativos possuem 35anos ou mais de idade

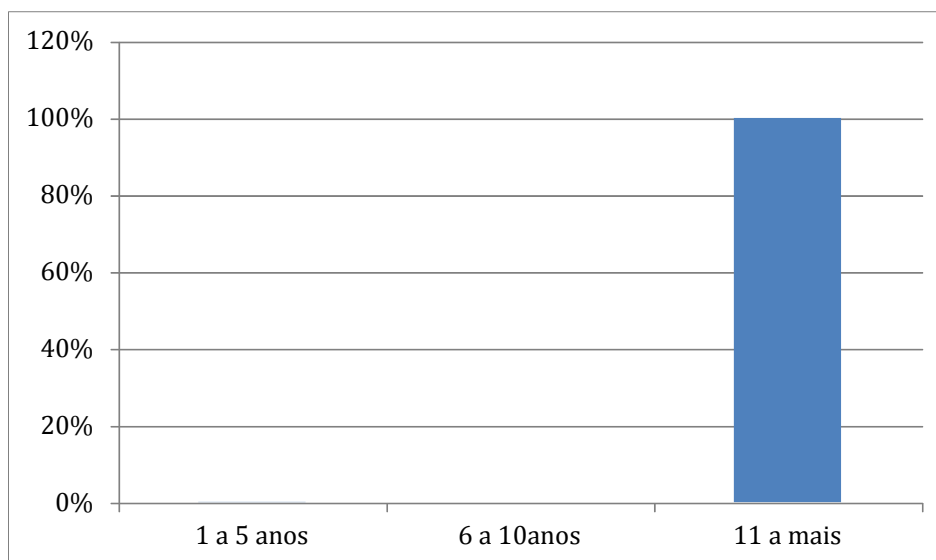
**Gráfico 22- Grau de instrução dos agentes administrativos educacionais do CESG**



**Fonte: Agentes Administrativos do Colégio Estadual São Geraldo**

De acordo com o gráfico 22: 33,33% dos agentes administrativos possuem ensino médio, 33,33% possuem ensino superior e 33,33% possuem especialização.

**Gráfico 23: Tempo de experiência dos agentes administrativos educacionais do CESG**



**Fonte: Agentes Administrativos do Colégio Estadual São Geraldo**

De acordo com o gráfico 23: 100% dos agentes administrativos possuem 11 anos ou mais de experiência como agente administrativo.

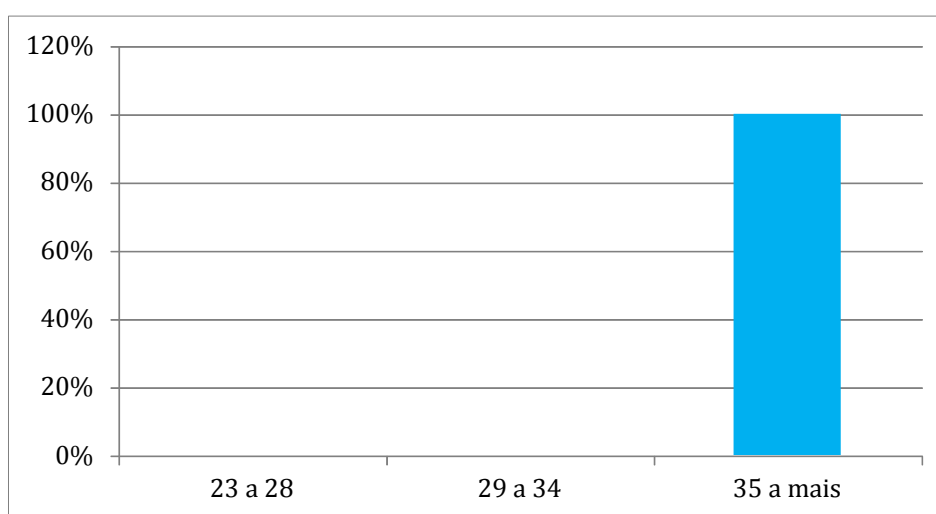
De acordo com esses profissionais as principais causas da evasão escolar são:

- \* Desinteresse dos alunos
- \* Não conseguem conciliar trabalho e escola
- \* Falta de acompanhamento dos pais
- \* Falta de perspectiva

### 3.2.4 Perfil do corpo docente

A pesquisa foi realizada com 10 professores que trabalham na unidade de ensino.

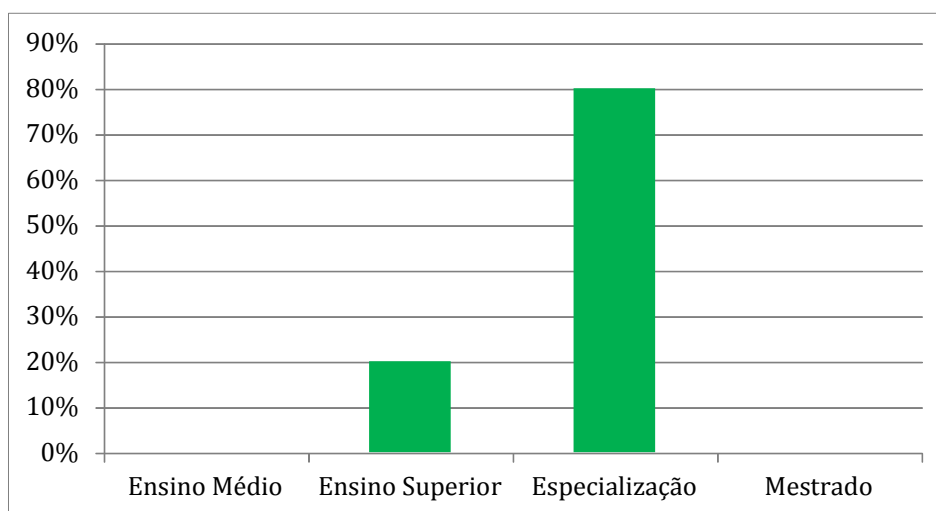
**Gráfico 24- Faixa etária dos docentes do CESC**



Fonte: Corpo docente do Colégio Estadual São Geraldo

De acordo com o gráfico 24: 100% dos docentes possuem de 35 anos ou mais de idade.

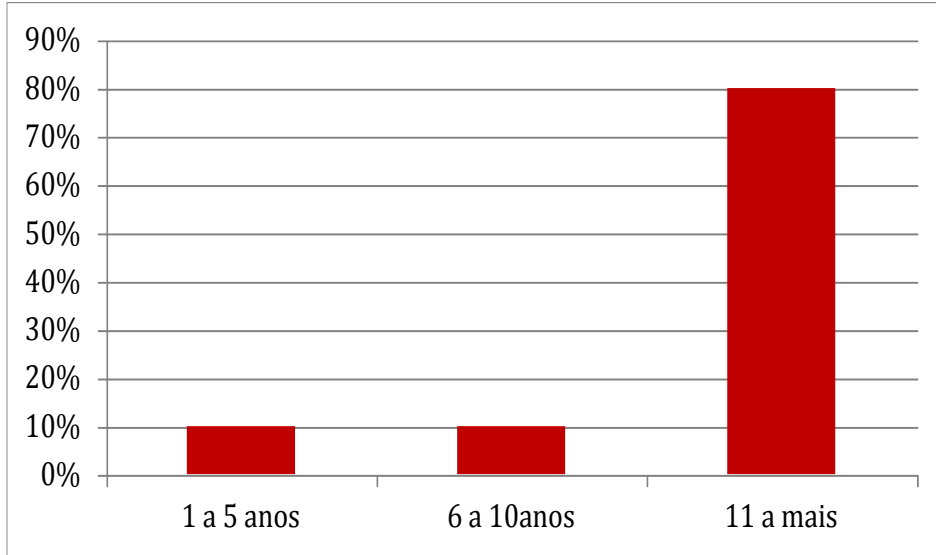
**Gráfico 25: Grau de instrução dos docentes do CESC**



Fonte: Corpo docente do Colégio Estadual São Geraldo

O gráfico 25 demonstra que 20% possuem ensino superior e 80% possuem especialização.

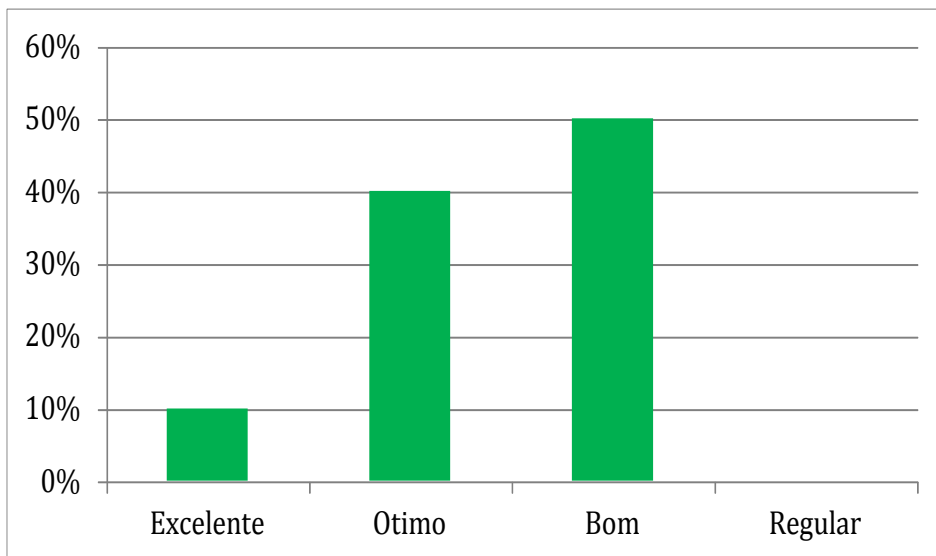
**Gráfico 26- Tempo de experiência como docente CESG**



**Fonte: Corpo docente do Colégio Estadual São Geraldo**

O gráfico 26 demonstra que 10% possuem de 1 a 5 anos de experiência, 10% possuem de 6 a 10 anos e 80% possuem mais de 11 anos de experiência.

**Gráfico 27- Conceito dos docentes para a gestão do CESG**



**Fonte: Corpo docente do Colégio Estadual São Geraldo**

O gráfico 27 demonstra que 10% acham a gestão da escola excelente, 40% acham a escola ótima e 50% acham a escola boa.

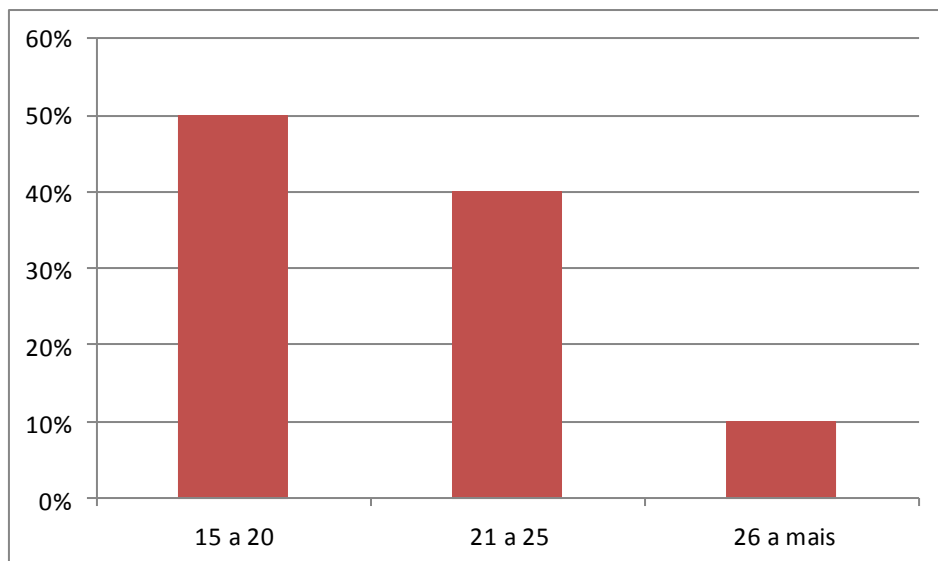
De acordo com os professores as principais causas da evasão escolar são:

- \* Os alunos não conseguem conciliar o trabalho com os estudos
- \* Estrutura familiar
- \* Desinteresse pelos estudos
- \* Dificuldades de aprendizagem

### 3.2.5 Perfil dos alunos

A pesquisa foi realizada com 20 alunos do Ensino Médio do CESG que abandonaram os estudos em 2011, 2012 e 2013, através de questionário. Os alunos foram identificados a partir de um levantamento realizado na secretaria da unidade escolar.

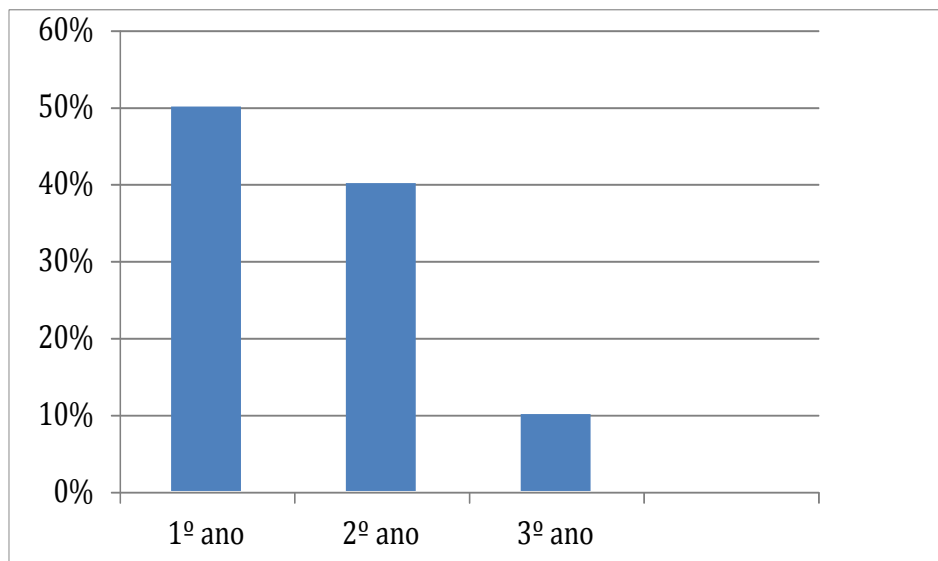
**Gráfico 28- Idade dos alunos**



**Fonte: Alunos evadidos do Colégio Estadual São Geraldo**

O gráfico 28 demonstra que 50% possuem de 15 a 20 anos de idade, 30% possuem de 20 a 25 anos de idade e 20% possuem 25 anos ou mais de idade.

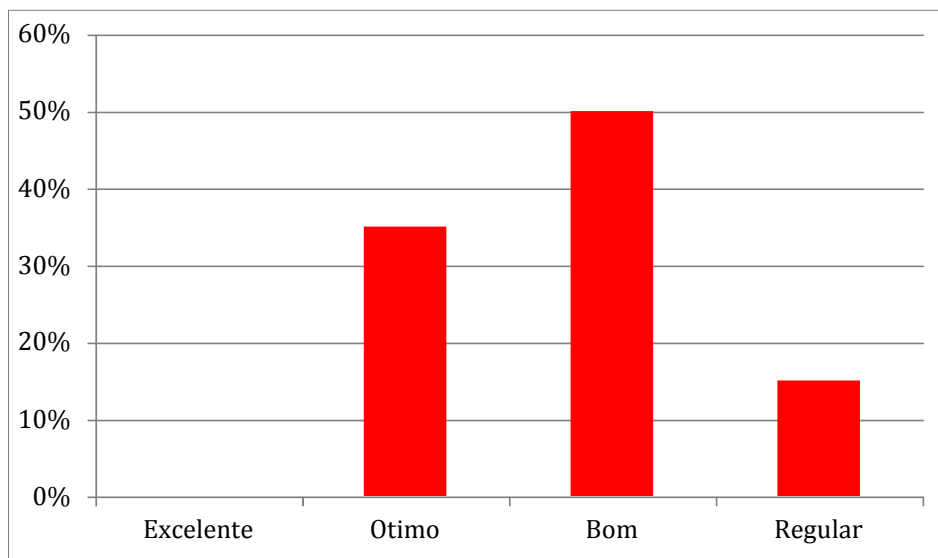
**Gráfico 29- Grau de instrução dos alunos**



**Fonte: Alunos evadidos do Colégio Estadual São Geraldo**

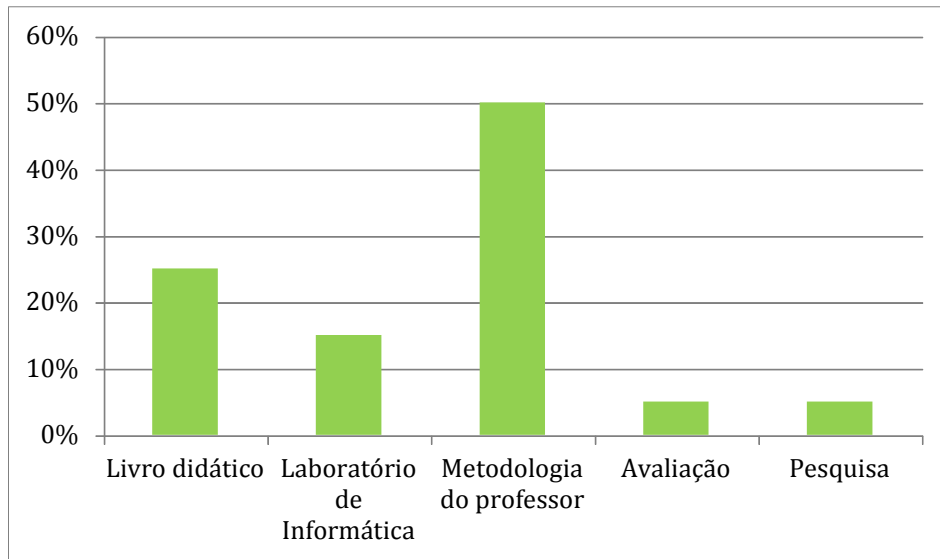
O gráfico 29 demonstra que 50% abandonaram o ensino no 1º ano, 40% abandonaram o ensino no 2º ano e 10% abandonaram no 3º ano.

**Gráfico 30- Conceito dos alunos sobre o CESG**



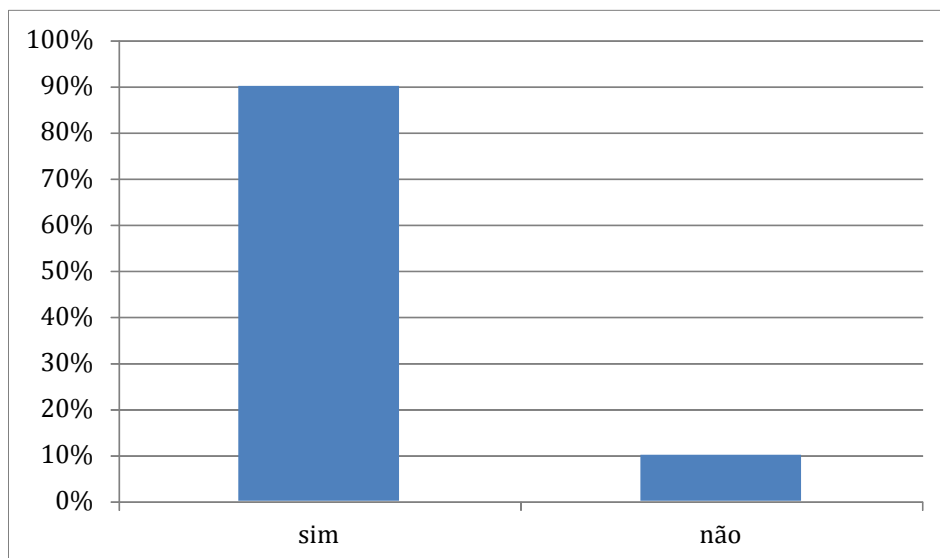
**Fonte: Alunos evadidos do Colégio Estadual São Geraldo**

De acordo com o gráfico 30: 35% acham o CESG ótimo, 50% acham bom e 15% acham regular.

**Gráfico 31- Importância dos recursos pedagógicos para os alunos**

**Fonte: Alunos evadidos do Colégio Estadual São Geraldo**

De acordo com o gráfico 18: 25% dos alunos consideram o livro didático mais importante, 15% consideram o laboratório de informática, 50% a metodologia do professor, 5% a avaliação e 5% a pesquisa como importante para o processo ensino aprendizagem.

**Gráfico 32- Intenção dos alunos para voltarem a estudar**

**Fonte: Alunos evadidos do Colégio Estadual São Geraldo**

De acordo com o gráfico 19: 90% dos alunos pretendem voltar a estudar e 10% não querem voltar a estudar.



As principais causas listadas pelos alunos por abandonarem os estudos foram:

- \* Não conseguem conciliar a jornada de trabalho com a escola
- \*Relacionamento com os professores
- \*Dificuldade de aprendizagem

### 3.2.6 Análise dos dados coletados e sugestões

De acordo com a pesquisa realizada podemos constatar que a evasão escolar no Colégio Estadual São Geraldo é causada principalmente pelo trabalho. Os alunos não conseguem conciliar a jornada de trabalho com a escola, chegam cansados, apresentando desânimo, falta de interesse e dificuldades de aprendizagem. A comunidade escolar precisa ficar atenta e tomar algumas medidas de prevenção através de conversas, observação e visitas as famílias para conhecer a realidade no qual esses alunos estão inseridos.

O abandono escolar causa sérios danos à sociedade e o combate a essa mazela está intimamente ligado ao combate e a prevenção à violência e a desigualdade social.

Para amenizar ou solucionar o problema do abandono não basta apenas resgatar esse aluno é necessário que a escola tenha um olhar atento as suas dificuldade e peculiaridades despertando-lhes sonhos, perspectivas e expectativas.

O CESG precisa tomar algumas medidas de prevenção e de combate ao abandono tais como:

- \* Ter o Projeto Político Pedagógico como elemento norteador da prática educativa e aliado ao processo educacional, com ações eficazes de combate ao abandono. Contudo, se faz necessário: conhecer a realidade da escola, que sua construção seja coletiva, avaliar periodicamente as ações realizadas, envolver a comunidade na elaboração, execução e avaliação. De acordo com Bussmann (2008), não se trata meramente de elaborar um documento cumprindo as exigências legais, é necessário que expresse as reais necessidades da escola, implantando um processo de ação-reflexão, exigindo uma atuação conjunto e uma vontade política da comunidade consciente da importância desse documento para a qualidade do processo ensino aprendizagem.

- \* Estabelecer parcerias entre a escola e as famílias promovendo um trabalho de conscientização como os pais sobre a importância que tem para o processo ensino aprendizagem. Para isso, se faz necessário que a escola promova uma aproximação com as famílias e garanta a sua permanência na instituição de ensino. Escola e família desempenham papéis fundamentais na construção do conhecimento e na vida escolar do aluno. Tiba(

1996),ressalta que a escola precisa entender que é uma instituição que complementa a família e que o interesse e a participação dos pais no processo educativo é de suma importância para o desenvolvimento cognitivo do aluno.

\* Estabelecer parcerias com o Conselho Tutelar, Ministério Público e Poder Judiciário. Ferreira (2013), afirma que esses órgãos podem ser acionados após a escola ter usado todos os recursos para manter o aluno na unidade de ensino sem sucesso.

\* Acompanhar a rotatividade da escola através da frequência realizada diariamente pelos professores ou pelos agentes administrativos e pelo censo escolar, identificando os alunos faltosos. De acordo com a reportagem da revista Gestão Escolar (2015), a equipe gestora poderá sanar o problema do abandono através do acompanhamento da frequência do aluno, conversas com a comunidade, visitas as famílias, cartazes e utilização dos meios de comunicação existentes na cidade.

\* Oferecer um ensino de qualidade, com condições materiais, físicas, pedagógicas e humanas propícias à aprendizagem com desenvolvimento de projetos inovadores que vão ao encontro das reais necessidades dos alunos, utilizando recursos tecnológicos acessíveis e eficazes.

\* Planejar as aulas de acordo com os anseios dos alunos, levando-se em conta seus conhecimentos prévios, o que precisam e desejam aprender. Com isso, é necessário focar a prática pedagógica no desenvolvimento dos educandos, observando suas necessidades, diferenças, dificuldades, anseios e incentivando suas potencialidades e a superação de obstáculos.

\* Estabelecer parcerias com as instituições de ensino superior para desenvolverem oficinas pedagógicas, palestras, aulas de reforço escolar para os alunos do CESG.

\* O professor deverá estabelecer uma relação dinâmica entre ele os alunos e os conteúdos ministrados, desenvolvendo com isso, confiança, respeito, afetividade e a construção do conhecimento, um conhecimento real e significativo.

Escola e comunidade precisam ser parceiros no combate ao problema da evasão escolar para que todos tenham acesso á educação e seus direitos sejam respeitados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da educação ser um direito garantido na atual Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e no Estatuto da Criança e do Adolescente, esse direito não está sendo cumprido. De acordo com dados do censo (2013), no ano de 2013, 8,1% dos alunos do Ensino médio abandonaram a escola cerca de 659.493 alunos ficaram fora do sistema escolar no Brasil. No estado de Goiás em 2013, 6,2% abandonaram a escola em torno de 15.995 alunos.

Para superar esse problema que assola as escolas brasileiras há décadas é necessária que haja Políticas Públicas eficazes com ações compartilhadas, o governo oferecendo vagas suficientes com ensino de qualidade, a família matriculando e acompanhando a vida escolar do aluno a escola oferecendo uma educação voltada para a realidade dos alunos, respeitando seus anseios e desenvolvendo projetos inovadores e o aluno frequentando regularmente a escola.

O problema da evasão escolar está presente nas escolas brasileiras desde a época dos jesuítas onde o ensino secundário era voltado para a elite dirigente do país e não era pensada para o povo. Na época do Brasil império a situação continuou a mesma poucos tinham o privilégio de frequentar a escola. Paiva (2003), ressalta que o Brasil possuía uma população de cerca de 5.520.000 habitantes dos quais mais de 2.500.000 eram escravos, ficando 30% da população excluída de qualquer participação na educação sistemática. Durante a República velha o ensino secundário passa por reformas numa tentativa de melhorar esse nível de ensino, porém essas reformas não obtiveram êxito, principalmente por falta de recursos da união. No período republicano é implantada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional a 4024/61 e posteriormente a 5692/71 voltada para a reestruturação do ensino primário e secundário e a atual Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional a 9394/96.

O propósito dessa pesquisa foi investigar as causas da Evasão Escolar no Colégio Estadual São Geraldo, que de acordo com o censo, em 2013, a taxa de abandono da escola em 2013 era 8,9% e propor sugestões para amenizar ou resolver o problema que cresce assustadoramente, causando sérios danos à sociedade. De acordo com o resultado da pesquisa a principal causa da evasão escolar na unidade de ensino é a questão da jornada de trabalho, uma vez que os alunos não conseguem conciliar o estudo com o trabalho, chegando à escola cansados, desmotivados e com dificuldades de aprendizagem.

O problema do abandono escolar é de cunho político, econômico e social, exigindo da unidade de ensino um olhar atento, estabelecendo parcerias com as famílias, Conselho Tutelar, Ministério Público e Poder Judiciário no combate à evasão.

A unidade escolar poderá desenvolver metodologias eficazes para trazer de volta os alunos que abandonaram a instituição de ensino através de grupos de visitas, trabalho de conscientização dos pais e dos alunos sobre a importância da educação, desenvolver um trabalho de readaptação com os alunos que voltarem a frequentar as aulas,

O Projeto Político Pedagógico da escola precisa ser construído de forma coletiva, contemplando ações de combate à evasão, funcionando como um guia de todo processo ensino aprendizagem, com projetos inovadores que vão ao encontro das reais necessidades da comunidade escolar. A participação da comunidade é de suma importância para que os objetivos do Projeto Pedagógico sejam alcançados.

É necessário que a escola ofereça um ensino de qualidade com professores qualificados que planejem bem a suas aulas e tenham como foco a construção do conhecimento, um conhecimento real e significativo, onde os assuntos abordados estejam voltados para as reais necessidades dos alunos. Com isso, alunos e professores serão ao mesmo tempo agentes e sujeitos do processo educativo. Proporcionar ambientes físicos de qualidade, espaços amplos, limpos, arejados e organizados.

A instituição de ensino precisa avaliar periodicamente a escola tornando a avaliação um instrumento participativo, no qual escola e comunidade se tornarão responsáveis pela sua construção, levando os envolvidos no processo a ação-reflexão-ação.

Um dos maiores desafios da educação é fazer com que os alunos tenham acesso e permaneçam na escola, concluindo em idade adequada cada nível de ensino. Para que o direito a educação seja respeitado é necessário que a escola conheça as reais necessidades dos alunos.

## REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel. **Fracasso-Sucesso: o peso da cultura escolar e do ordenamento da educação básica.** In: ABRAMOWICS, A. E Moll, J. (orgs.) Para Além do Fracasso Escolar. Campinas, Ed. Papirus, 2000, 3. edição, p.11-26.
- \_\_\_\_\_. Miguel. **Ofício do Mestre: imagens e autoimagens.** 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- \_\_\_\_\_.Miguel. **Da Escola coerente à Escola possível.** São Paulo: Loyola, 1997
- ARANHA, M. **História da Educação.** São Paulo: Moderna, 1996.
- ARCANJO Fernanda; RANASHIRO Midori. **História da Educação no Brasil.** São Paulo-SP: Biblioteca24hora,Seven System,2010
- AZEVEDO, Francisca Vera Martins de. **Causas e consequências da evasão escolar no ensino de jovens e adultos na escola municipal “Expedito Alves”.** 2011. Disponível em:<<http://webserver.falnatal.com.br>>. Acesso em: 03 de maio de 2013. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013.
- BEISIEGEL, Celso de Rui. **Qualidade de Ensino e Escola Pública.** Brasília: Líber Livros, 2005.
- BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos.** Trad. Carlos Nelson Coutinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- BORBA, Pedro dos Santos. **O Brasil do império à república: economia e política externa na transação hegemônica mundial.** Cadernos de Relações Internacionais, v. 4, n. 1, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. CATANI Maria Alice Nogueira e Afrânio (orgs). **Escritos da Educação.** Petrópolis-RJ. Vozes:1998.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988).** Diário Oficial da União, Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao.htm)>. Acesso em: 10 jul. 2014.
- BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil (1824).** Rio de Janeiro, 22 abr. 1824. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao 24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao%2024.htm)>. Acesso em: 10 jul. 2014.
- BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (1891).** Rio de Janeiro, em 24 fev. 1891. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao 91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao%2091.htm)>. Acesso em: 10 jul. 2013.
- BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (1934).** Rio de Janeiro, 16 jul. 1934. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao 34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao%2034.htm)>. Acesso em: 10 jul. 2014.
- BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil (1937).** Rio de Janeiro, 10 nov. 1937. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao 37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao%2037.htm)>. Acesso em: 10 jul. 2014.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil (1946)**. Rio de Janeiro, 18 set. 1946. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm)>. Acesso em: 10 jul. 2014

BRASIL. **Constituição do Brasil (1967)**. Promulgada a 24 de janeiro de 1967. Diário Oficial da União, Brasília, 24 jan. 1967. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao67.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm)>. Acesso em: 10 jul. 2014.

BRASIL. **Decreto 5.154, de 23 de abril de 2004**. Regulamenta o § 2o do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 23 jul. 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D5154.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D5154.htm)>. Acesso em: 06 jun. 2010.

BRASIL. **Decreto 6.094, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Diário Oficial da União, Brasília, 25 jul. 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm)>. Acesso em: 17 dez. 2014.

BRASIL. **Decreto 3.769, de 8 de março de março de 2001**. Estabelece Diretrizes para execução de projetos voltados para a área social. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2001/decreto-3769-8-marco-2001-374634-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 de novembro 2014.

BRASIL, **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em 19 de jul.2013.

BRASIL, **IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**. Disponível em:<<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/>>. Acesso 01 de junho de 2013

BRASIL, **IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso 22 de abril de 2015.

BRASIL. Inep. **Indicadores Educacionais**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>> Acesso em 25 de abril de 2014.

BRASIL. **Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 27 dez. 1961. Retificada em 28/12/1961. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L4024.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4024.htm)>. Acesso em: 10 jul. 2013.

BRASIL. **Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 29 nov. 1968. Retificada em 3/12/1968. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L5540.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5540.htm)>. Acesso em: 10 jul. 2014.

BRASIL. **Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 12 ago. 1971.

Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L5692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5692.htm)>. Acesso em: 10 jul. 2014.

BRASIL. **Lei 7.044, de 18 de outubro de 1982**. Altera dispositivos da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, referentes a profissionalização do ensino de 2º grau. Diário Oficial da União, Brasília, 19 dez. 1982. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L7044.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7044.htm)>. Acesso em: 10 jul. 2014.

BRASIL. **Lei 12.061, de 27 de outubro de 2009**. Altera o inciso II do art. 4º e o inciso VI do art. 10º da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar o acesso de todos os interessados ao ensino médio público. Diário Oficial da União, Brasília, 28 out. 2009.

Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L12061.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12061.htm)>. Acesso em: 03 nov. 2014.

BRASIL. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as leis e diretrizes e bases da educação Nacional. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>> em :Acesso em 25 de Outubro de 2014

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria 971, de 9 de outubro de 2009**. Institui o Programa Ensino Médio Inovador. Diário Oficial da União, Brasília, 13 out. 2009. Retificada 10 de dez. 2009. Disponível em:

<[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=3911&Itemid=>](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=3911&Itemid=>)>. Acesso em: 19 abr. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 3, de 26 de junho de 1998**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Disponível em:

<[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb03\\_98.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb03_98.pdf)>. Acesso em: 19 dez. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio**. Brasília: MEC; SEB, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Programa ensino médio inovador**: documento inicial. Brasília: MEC; SEB, 2009. Disponível em:

<[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=3904&Itemid=>](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=3904&Itemid=>)>.

BRASIL. Qedu. **Rendimento e Movimento Escolar**. Disponível em:

<<http://qedu.org.br/censo-escolar/rendimento-e-movimento-escolar/>> Acesso em 01 de outubro de 2014

BRASIL, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente.

**Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei Federal nº 8.069/1990. Disponível em:

<<http://9cndca.sdh.gov.br/legislacao/Lei8069.pdf>> Acesso em: 22 de junho de 2014

BRASIL. Todos pela Educação. **Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013**. São Paulo: Editora Moderna, 2013. Disponível em:

[http://www.todospelaeducacao.org.br//arquivos/biblioteca/anuario\\_educacao\\_2013.pdf](http://www.todospelaeducacao.org.br//arquivos/biblioteca/anuario_educacao_2013.pdf), acesso em 25.05.2014

BUENO, Maria Sylvia Simões. **Orientações nacionais para a reforma do ensino médio**: dogma e liturgia. Cadernos de Pesquisa, Fundação Carlos Chagas, n. 109, p. 7-23, mar 2000.

CAMPOS, E. L. F.; OLIVEIRA D. A. **A Infrequência dos alunos adultos trabalhadores**,

**em processo de alfabetização, na Universidade Federal de Minas Gerais.**

2003. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

CASTRO, Paula de Almeida. **Controlar para quê?** Uma análise etnográfica do controle na interação entre professor e aluno na sala de aula. [Dissertação de mestrado]. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006

CASTRO, Jorge Abrahão de. **Financiamento e gasto público na educação básica no Brasil: 1995-2005.** Educação e Sociedade, v. 28, n. 100, p. 857-876, out. 2007.

CASTRO Maria Helena Guimarães de In: ABMP, Todos pela educação (org.). **Justiça pela qualidade na educação.** São Paulo: Saraiva. 2013.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CHARLOT, Bernard. **Da Relação com o Saber.** Elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

CIEGLINSKI, Amanda. **Ensino Médio.** Revista Educação. 2011. Disponível em: <<http://revistaeducacao.uol.com.br/textos/170/em-avaliacao-234960-1.asp>> Acesso em: 02 de Dezembro de 2014.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; RAMOS, Marise; CIAVATTA, Maria (orgs.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições.** São Paulo: Cortez, 2007.

COSTA, Luis César Amad. MELLO, Leonel Itaussu A. de. **História do Brasil.** São Paulo: Scipione, 1999.

COTRIM, Gilberto. **História do Brasil.** São Paulo: Scipione, 1999.

CRUZ Priscila; Monteiro. Universalização: um desafio ainda a ser vencido. In: MONTEIRO Luciano; CRUZ Priscila. (orgs.). **Todos pela Educação.** Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013. São Paulo: Editora Moderna, 2013, p.36-37.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Do Direito de Aprender: Bases do Direito à Educação. In: ABMP, Todos pela educação (org.). **Justiça pela qualidade na educação.** São Paulo: Saraiva, 2013. p.104-116

\_\_\_\_\_. Carlos Roberto Jamil. A educação na revisão constitucional de 1926. In: FÁVERO, Osmar (org.). **A educação nas constituintes brasileiras 1823-1988.** 3.ed. rev. ampl. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 81-107.

\_\_\_\_\_. Carlos Roberto Jamil. **Estado e políticas de financiamento em educação.** Educação e Sociedade, v. 28, n. 100, p. 831-855, out. 2007.

\_\_\_\_\_. Carlos Roberto Jamil; HORTA, José Silvério Baía; FÁVERO, Osmar. A relação educação-sociedade-Estado pela medição jurídico-constitucional. In: FÁVERO, Osmar (org.). **A educação nas constituintes brasileiras 1823-1988.** 3. ed. rev. ampl. Campinas: Autores



Associados, 2005. p. 5-30.

DAVIES, Nicholas. Financiamento do ensino médio estatal: obstáculos estruturais e conjunturais. In: ZIBAS, Dagmar; AGUIAR, Marcia Ângela; BUENO, Maria Sylvia. (Orgs.). **O ensino médio e a reforma da educação básica**. Brasília: Plano, 2002. p. 157- 178.

DEMO, Pedro. **A Nova LDB: Ranços e Avanços**. Campinas-SP: Papyrus, 1997. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

\_\_\_\_\_. Pedro. **Desafios modernos da educação**. Petrópolis: Vozes, 1993.

DIGIÁCOMO, Murilo José. **Evasão Escolar: Não Basta Comunicar e as Mãos Lavar**. Disponível em: <[http://w ww.mp.ba.gov.br/atuacao/infancia/evasao\\_escola\\_murilo.pdf](http://w ww.mp.ba.gov.br/atuacao/infancia/evasao_escola_murilo.pdf)>. Acesso em: 31 de maio de 2014.

DINIZ, Eli. Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais, In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o estado novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. Cap2

ENGUIA, Mariano Fernández. O discurso da qualidade e qualidade do discurso. In: GENTILI, Pablo A. A.; SILVA, Tomaz Tadeu da. **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 93- 110.

FÁVERO, Osmar (org.). **A educação nas constituintes brasileiras 1823-1988**. 3. ed. rev. ampl. Campinas: Autores Associados, 2005.

FELDMANN, Marina Graziela. (Org.). **Formação de Professores e escola na Contemporaneidade**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2009.

FERRETTI, Celso João. **Mudanças em sistemas estaduais de ensino em face das reformas no ensino médio e no ensino técnico**. Educação e Sociedade, v. 21, n. 70, p. 80-99, abr. 2000.

FERREIRA, Luiz Antonio Miguel. Gestão administrativo-pedagógico da escola: considerações legais. In: ABMP, Todos pela educação (org.). **Justiça pela qualidade na educação**. São Paulo: Saraiva, 2013, p.385-456

FILHO, Luciano Mendes Faria; LOPES, Eliane Marta Teixeira; VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). **500 anos de Educação no Brasil**. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e Sociedade**. 4ª ed. São Paulo: Moraes, 1980.

FRIGOTTO, Gaudêncio; RAMOS, Marise; CIAVATTA, Maria (orgs.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2007.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. (Org.). **Ensino médio: ciência, cultura e trabalho**. Brasília, DF: MEC/ Semtec, 2004

GHIRALDELLI Jr, Paulo. **História da educação**. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2001.

GOODSON, Ivor. Currículo, teoria e história. Trad. Atílio Brunetta. Petrópolis: Vozes, 1995.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação na pré-escola: um olhar sensível e reflexivo sobre acriança**. Porto Alegre: Mediação, 1996.

\_\_\_\_\_. **Pontos e contrapontos:** do pensar ao agir em avaliação. 9. ed. Porto Alegre:Mediação, 2005b.

JESUS, Adriana de. **Processo Educativo no Contexto Histórico.** São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

KRAWCZYK, Nora Rut. **O ensino médio no Brasil.** São Paulo: Ação educativa, 2009.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino médio e profissional:** as políticas do Estado neoliberal. São Paulo: Cortez, 1997.

\_\_\_\_\_. Acácia Zeneida. **O ensino médio agora é para a vida:** Entre o pretendido, o dito e o feito. Educação e Sociedade. abr. 2000.

\_\_\_\_\_. A Z. **Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente.** Educação e Sociedade, n.100, 2007.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** São Paulo: Cortez, 1990.

LIMA, Gleiton Luiz de. NISHIKAWA, Taise Ferreira da C. **História do Brasil II.** São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

\_\_\_\_\_. Gleiton Luiz de. **História do Brasil I:** História. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

LIMA, L. O. **Estórias da Educação no Brasil:** de Pombal a Passarinho. 3. ed. Rio de Janeiro, Brasília, 1997.

LIMA, Passos Alencastro Veiga. (org). **Projeto Político - Pedagógico da Escola:** Uma Construção Possível. Campinas-SP: Papyrus, 1995. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

LIMA. Kátia Regina Rodrigues. **A reforma do Estado e da educação no governo Fernando Henrique Cardoso:** o ENEM como mecanismo de consolidação da reforma. Tese de Doutorado. São Carlos: UFSCar, 2005.

LOPES, Alice Cassimiro. **Os parâmetros curriculares nacionais para o ensino médio e a submissão ao mundo produtivo:** o caso do conceito de contextualização. Educação e Sociedade, v. 23, n. 80, p. 386-400, set. 2002.

LOPES, Eliane M. T. FILHO, Luciano, M. de F. VEIGA, Cynthia G (orgs). **500 anos de Educação no Brasil.** 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

LOPES, Noêmia. **Gestão Escolar:** Como Combater o Abandono e a Evasão Escolar. Revista Nova Escola. v. 07, p. 2, abr. 2010. Disponível em:  
<<http://gestaoescolar.abril.com.br/aprendizagem/como-combater-abandono-evasao-escolar>>  
Acesso em 20 de Outubro de 2014.

LUZURIAGA, Lorenzo. **História da educação e da pedagogia.** Trad. Luiz Damasco Penna; J. B. Damasco Penna. 4. ed. São Paulo: Nacional, 1969.

MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA. **História Sociedade e Educação**

- no Brasil.** Campinas,nºespecial,p.188-204,ago.2006. Disponível em:  
<[http://histedbr.fae.unicamp.br/doc1\\_22e.pdf](http://histedbr.fae.unicamp.br/doc1_22e.pdf)>.Acesso em: 23 de dezembro de 2013
- MARTINS. Ricardo Chaves de Rezende. In: FILHO, Luciano Mendes Faria; LOPES, Eliane Marta Teixeira; VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). **500 anos de Educação no Brasil.** 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. P. 507-536.
- MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. "**Evasão escolar**" (verbete). Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil. Sao Paulo:Midiamix Editora, 2002. Disponível em: <<http://www.educabrasil>>.. Acesso em: 03 de junho. 2013.
- MINAYO, Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 27. ed.Petrópolis: Vozes, 2008
- MORAES Carmem Sylvia Vidigal et al.**Formação de Professore do Ensino Médio: Ensino Médio e Formação Integral. Etapa I - caderno I.** Curitiba: UFPR/Setor de Educação, 2013. Disponível em:  
<http://www.ufmt.br/ufmt/site/userfiles/eventos/3567fb990fdad274753c6d3e83d80474.pdf>>. Acesso em: 20 de Dezembro de 2014.
- MOTA, Carlos Guilherme. **Ideia de revolução no Brasil (1789-1801):** estudo das formas de pensamento. Vol. 1. Cortez, 1989.
- NASCIMENTO, Paulo Ernesto Arrais do. et al. **História da Educação no Brasil e a Prática Docente Diante as Novas Tecnologias.** Disponível em:  
<[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/8.19.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/8.19.pdf)> Acessado em 07 de Novembro de 2014.
- NIDELCOFF, Maria Tereza. **Uma escola para o povo.** [Tradução João Oliveiro Trevisan]. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- NUNES, Maria Thetis. **Ensino secundário e sociedade brasileira.** Rio de Janeiro: ISEB, 1962.
- OLIVEIRA, Maria Rita Neto Sales. **Mudanças no mundo do trabalho: acertos e desacertos na proposta curricular para o ensino médio (Resolução CNE 03/98).** Diferenças entre formação técnica e formação tecnológica. Educação e Sociedade, ano XXI, v. 21, n. 70, p. 41-62, abr. 2000.
- OLIVEIRA, João Batista Araújo. **A Pedagogia do Sucesso: Uma estratégia Política para corrigir o fluxo escolar e vencer a cultura da repetência.** São Paulo: Saraiva: Instituto Ayrton Senna, 1999.
- PAIVA, José Maria de. Educação jesuítica no Brasil colonial. In: FILHO, Luciano Mendes Faria; LOPES, Eliane Marta Teixeira; VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). **500 anos de Educação no Brasil.** 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 43-59.
- PAIVA. Vanilda. **História da Educação Popular no Brasil: Educação popular e educação de adultos.** 6. ed. Revista e ampliada. São Paulo: Loyola, 2003
- PADILHA, Anna Maria Lunardi. **Possibilidades ao contrário, ou como desencaminhar o aluno da classe especial.** 2. ed. São Paulo: Plexus, 2001
- PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento dialógico: como construir o projeto político**

pedagógico da escola. 6. ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2006.

PALMA, FILHO, J.C. **A Educação Brasileira no Período de 1930 a 1960: A Era Vargas.** Pedagogia Cidadã. Cadernos de Formação. História da Educação. 3. ed. São Paulo: PROGRAD/UNESP- Santa Clara Editora, 2005 – p.61-74. Disponível em: <<http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/107/3/01d06t05.pdf>> Acessado em: 14 de Agosto de 2014.

PALUDO, Augustinho Vicente. **Administração Pública: Teoria e Questão.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2010

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999

PIMENTA, Selma Garrido. GONÇALVES, Carlos Luiz. **Revedo o Ensino de 2º. Grau:** Propondo a Formação de Professores. São Paulo: Cortez, 1992. 2. ed. rev. (Coleção Magistério- 2º Grau.)

PINTO, José Marcelino de Rezende. Novas Fontes de Financiamento e o Custo Aluno-Qualidade. In: ABMP, Todos pela educação (org.). **Justiça pela qualidade na educação.** São Paulo: Saraiva, 2013, p.288-311

PINTO, Álvaro. **Sete lições sobre educação de adultos.** São Paulo: Cortez e Moraes, 1982.

QUEIROZ, Lucileide Domingos. **Um Estudo Sobre a Evasão Escolar:** para se pensar na inclusão escolar. 2010. Disponível em: < [http:// www.anped.org.br](http://www.anped.org.br)>. Acesso em: 13de maio 2013.

RANIERI Nina Beatriz Stocco. O direito Educacional no Sistema Jurídico Brasileiro. In: ABMP, Todos pela educação (organização). **Justiça pela qualidade na educação.** São Paulo: Saraiva, 2013.

REVISTA GESTÃO ESCOLAR. **Como Combater o abandono e a evasão escolar.** Disponível em:<<http://gestaoescolar.abril.com.br/aprendizagem/como-combater-abandono-evasao-escolar-falta-alunos-abandono-acompanhamento-frequencia-551821.shtml>> Acesso: em 03 de Janeiro de 2014.

REVISTA NOVA ESCOLA. **Entenda as taxas de Transição Escolar e de Rendimento dos alunos.** 2013. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/entenda-taxas-transicao-escolar-rendimento-alunos-689317.shtml>> Acesso em 23 de Novembro de 2014.

REVISTA EDUCAR PARA CRESCER. **Por dentro da Lei de Diretrizes e Bases.** Disponível em: <<http://educarparacrescer.abril.com.br/politica-publica/lei-diretrizes-bases-349321.shtml>>. Acesso: em 28 de Dezembro de 2014.

REVISTA EDUCAÇÃO. **Ensino Médio em Avaliação.** Editora Segmento Ltda, 2011. Disponível em: <[evistaeducacao.uol.com.br/textos/170/em-avaliacao-234960-1.asp](http://evistaeducacao.uol.com.br/textos/170/em-avaliacao-234960-1.asp)>. Aceso em 22 de janeiro de 2015.

REVISTA PROFISSÃO MESTRE. **Desigualdade social.** 2012. Disponível em: <<http://www.profissaomestre.com.br/index.php/reportagens>>Acesso:20 de março de 2013

RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. Mulheres educadas na colônia. In: FARIA. Luciano Mendes

Filho ; LOPES, Eliane Marta Teixeira; VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). **500 anos de Educação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 79-94.

RIBEIRO, M. **História de Educação no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1998.

RIBEIRO, M. L. S. **História da Educação Brasileira: A Organização Escolar**. 12. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992

Rizzi, Ester; Gonzalez Marina; Ximenes Salomão. Plataforma Dhesca Brasil e Ação Educativa ( org.) **Direito Humano à Educação**. 2. ed – Atualizada e Revisada, 2011.

RULIAN, Rocha dos. **Seminário Cultura e Política na Primeira República: Campanha Civilista na Bahia**. UESC, 2010. Disponível em:< <http://www.emdialogo.uff.br>>Acesso: 17 de março de 2013.

SANGENIS, Luiz Fernando Conde. Franciscanos na Educação Brasileira. In: STHEPHANOU, Maria; BASTOS Maria Helena Câmara. **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. Vol. I- Século XVI-XVIII. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

SANTOS, Jailson Alves dos. A trajetória da Educação Profissional. In: FARIA FILHO. Luciano Mendes; LOPES, Eliane Marta Teixeira; VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). **500 anos de Educação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.p.205-224.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do “longo século XX” brasileiro. In: SAVIANI, Dermeval et al. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2006.

\_\_\_\_\_. **Da Nova LDB ao FUNDEB: por uma outra política educacional**. 2.ed. rev. e ampl. Campinas- SP: Autores Associados, 2008 (Coleção Educação Contemporânea).

SIMÕES, Carlos Artexes. Ensino médio de qualidade para todos: indicadores e desafios. In: REGATTIERI, Marilza; CASTRO, Jane Margareth (orgs.). **Ensino médio e educação profissional: desafios da integração**. Brasília: UNESCO, 2009. p. 95-102.

SILVA, Fábio Alves da. **Inflação, Juros e Crescimento no Governo Dilma: A nova matriz econômica brasileira no mundo pós-crise**. Rio de Janeiro, RJ: Alta Books, 2014.

SILVA, Francisco de Assis. **1937- História do Brasil: Colônia, Império, República**. São Paulo: Moderna, 1992.

SILVA, Monica Ribeiro da; SIMÕES, Carlos Artexes.**Formação de professores do ensino médio, etapa I - caderno III** : o currículo do ensino médio, seu sujeito e o desafio da formação humana integral. Curitiba : UFPR/Setor de Educação, 2013.

SPOSITO, Marília Pontes. **Juventude e escolarização, 1980/1998**. Brasília: MEC/INEP/Comped 2002.

\_\_\_\_\_.**Juventude e Contemporaneidade**. Coleção Educação para Todos. Brasília : UNESCO, MEC, ANPEd, 2007

STEPHANOU, Maria; CAMARA Maria Helena (orgs). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

TELES, A. R. T. F. 1995, **O Estudo da Evasão como um dos Elementos de Subsídio às Reformas Curriculares**. Anais do XIII Congresso Brasileiro de Ensino de Engenharia –

COBENGE 95, Recife, p.1199-1208.

TIBA, Içami. **Disciplina:** Limite na medida. 41. Ed. São Paulo: Gente, 1996 240p.

UNESCO. **Ensino médio no século XXI:** desafios, tendências e prioridades. Brasília: UNESCO, 2003.

VAINFAS, Ronaldo. Dicionário do Brasil Império. In: LIMA, Gleiton Luiz de. NISHIKAWA, Taise Ferreira da C. **História do Brasil II:** História. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

VASCONCELLOS, Celso. **Coordenação do trabalho pedagógico:** do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 8. ed. São Paulo: Libertad, 2007a.

\_\_\_\_\_. Celso dos S. **Planejamento:** Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico. 7. Ed. São Paulo. 2000.

VECHIA, Ariclê – O ensino secundário no século XIX: instruindo as elites In: Stephanou, M e Bastos, M H C. (orgs.) **Histórias e memórias da educação no Brasil.** Vol II: Século XIX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. p. 78-89.

VEIGA, Lima Passos Alencastro. REZENDE, Lúcia Maria Gonçalves. **Escola:** Espaço do Projeto Político- Pedagógico. Campinas-SP: Papirus, 1998. (Coleção Magistério Formação e trabalho Pedagógico).

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal; MOURA Dante Henrique et al. **Formação de Professores do ensino médio :** ensino médio e formação humana integral. Curitiba, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2013

VILAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. **Virando a Escola do Averso por meio da Avaliação.** Campinas-SP: Papirus, 2008. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

VILLELA, Heloisa de O.S. O Mestre - Escola e a Professora FILHO, Luciano Mendes Faria; LOPES, Eliane Marta Teixeira; VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). **500 anos de Educação no Brasil.** 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p.95-134

YIN, Robert K. **Estudo de Caso – Planejamento e Métodos.** 3. ed. São Paulo: Bookman, 2005. II Encontro de Engenharia e Tecnologia dos Campos Gerais.

ZIBAS, Dagmar M. L. A reforma do ensino médio no ano de 1990: o parto da montanha e as novas perspectivas. In: PARDAL, Luiz; VENTURA, Alexandre; DIAS, Carlos (orgs.). **Ensino médio e ensino técnico no Brasil e em Portugal:** raízes históricas e panorama atual. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 17.

ZOTTI, Solange Aparecida. **Sociedade, educação e currículo no Brasil:** dos jesuítas aos anos de 1980. Campinas, SP: Autores Associados; Brasília, DF: Editora Plano, 2004.

## ANEXOS

**Quadro 1 Matérias do Fundamental obrigatória**

<b>1° ano</b>	<b>2° ano</b>	<b>3° ano</b>	<b>4° ano</b>	<b>5° ano</b>
Português	Português	Português	Português	Português
Francês	Francês	Francês	Francês	Francês
	Inglês	Inglês	Inglês	
			Latim	Latim
Matemática	Matemática	Matemática	Matemática	Matemática
Ciências	Ciências			
		História Natural	História Natural	História Natural
		Física	Física	Física
		Química	Química	Química
História	História	História	História	História
Geografia	Geografia	Geografia	Geografia	Geografia
Desenho	Desenho	Desenho	Desenho	Desenho
Música	Música	Música		
Alemão – Matéria Optativa				

Fonte: Pimenta. Selma Garrido. Gonçalves. Carlos Luiz. Revendo o Ensino de 2° grau: Propondo a formação de professores. São Paulo, Cortez, 1992, p. 32.

**Quadro 2- Ciclo Complementar Matérias Obrigatórias**

<b>Direito</b>		<b>Medicina Odontologia Farmácia</b>		<b>Engenharia Arquitetura</b>	
1 <sup>a</sup> ano	2 <sup>o</sup> ano	1 <sup>o</sup> ano	2 <sup>o</sup> ano	1 <sup>o</sup> ano	2 <sup>o</sup> ano
Literatura	Literatura	Alemão/Inglês	Alemão/Inglês		
Latim	Latim				
Psicologia e Lógica				Psicologia e Lógica	
Noções de Econ. e Estatística	Sociologia	Psicologia e Lógica	Sociologia		Sociologia
Biologia Geral	Higiene	Matemática		Física	Física
História		Física	Física	Química	Química
	Geografia	Química	Química	História	História
	História	História	História	Natural	Natural
	Filosofia		Natural	Geofísica e Cosmologia	Desenho

Fonte: Pimenta. Selma Garrido. Gonçalves. Carlos Luiz. Revendo o Ensino de 2<sup>o</sup> grau: Propondo a formação de professores. São Paulo, Cortez, 1992, p. 32.



**Quadro 3- Primeiro Ciclo Ginásial**

<b>1ª Série</b>	<b>2ª Série</b>	<b>3ª Série</b>	<b>4ª Série</b>
Português	Português	Português	Português
Latim	Latim	Latim	Latim
Francês	Francês	Francês	Francês
	Inglês	Inglês	Inglês
Matemática	Matemática	Matemática	Matemática
		Ciên. Nat.	Ciên. Nat.
História Geral	História Geral		
		História Brasil	História Brasil
Geografia Geral	Geografia Geral		
		Geografia Brasil	Geografia Brasil
Trabalhos Manuais	Trabalhos Manuais		
Desenho	Desenho	Desenho	Desenho
Canto Orfeônico	Canto Orfeônico	Canto Orfeônico	Canto Orfeônico

Fonte: Pimenta. Selma Garrido. Gonçalves. Carlos Luiz. Revendo o Ensino de 2º grau: Propondo a formação de professores. São Paulo, Cortez, 1992, p. 37.

**Quadro 4- Segundo Ciclo Colegial**

Curso Clássico			Curso Colegial		
1ª Série	2ª Série	3ª Série	1ª Série	2ª Série	3ª Série
Português	Português	Português	Português	Português	Português
Latim	Latim	Latim			
Grego	Grego	Grego*			
			Francês	Francês	
			Inglês	Inglês	
Espanhol	Espanhol		Espanhol		
Matemática	Matemática	Matemática	Matemática	Matemática	Matemática
	Física	Física	Física	Física	Física
	Química	Química	Química	Química	Química
		Biologia		Biologia	Biologia
História Geral	História Geral		História Geral	História Geral	
		História do Brasil			História do Brasil
Geografia Geral	Geografia Geral		Geografia Geral	Geografia Geral	
		Geografia do Brasil			Geografia do Brasil
		Filosofia			Filosofia
				Desenho	Desenho

Fonte: Pimenta. Selma Garrido. Gonçalves. Carlos Luiz. Revendo o Ensino de 2º grau: Propondo a formação de professores. São Paulo, Cortez, 1992, p. 38.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A - OBJETIVOS GERAIS DAS ÁREAS DO CONHECIMENTO DO COLEGIO ESTADUAL AO GERALDO

#### **Linguagens, Códigos E Suas Tecnologias.**

##### LÍNGUA PORTUGUESA

- \* Desenvolver as capacidades de observação, reflexão e criação.
- \* Desenvolver habilidade de ouvir, falar, ler, interpretar, escrever, criticar e apresentar soluções tomando como base situações e motivos que envolvam diferentes épocas, lugares e seres.
- \* Ampliar o domínio da língua, aprendizagem fundamental para o exercício da cidadania.

##### ARTE

- \* Expressar através da arte, mantendo uma atitude de busca pessoal ou coletiva, articulando a percepção, a imaginação, a emoção, a sensibilidade e a reflexão ao realizar produções artísticas.
- \* Compreender a arte como meio de expressão e comunicação.
- \* Conhecer os valores culturais do Brasil.

##### EDUCAÇÃO FÍSICA

- \* Compreender e dominar o diálogo corporal, expressando-se com criatividade.
- \* Organizar com os alunos jogos, torneios e gincanas.
- \* Compreender a cidadania como participação social e política.

##### TÓPICOS DE REDAÇÃO

- \* Conhecer e respeitar as variedades linguísticas.
- \* Valorizar a leitura como fonte de acesso e informação.
- \* Utilizar a linguagem como instrumento de aprendizagem.
- \* Utilizar a linguagem para melhorar a qualidade de suas relações interpessoais, sendo capaz de expressar seus sentimentos, ideias e opiniões.

## **Ciências da Natureza, Matemática e Suas Tecnologias.**

### **MATEMÁTICA:**

- \* Contribuir para a integração do aluno na sociedade em que vive, proporcionando-lhe conhecimentos básicos de Matemática.
- \* Estimular a criatividade, a curiosidade e o interesse do aluno, para que ele explore novas ideias e descubra novos caminhos na aplicação dos conceitos adquiridos e na resolução de problemas.

### **FÍSICA:**

- \* Compreender a natureza e seus desafios no campo da ciência,
- \* Proporcionar ao aluno maior conhecimento da física

### **QUÍMICA:**

- \* Identificar os produtos químicos no nosso cotidiano.
- \* Reconhecer a importância da Química para o nosso dia a dia.

### **BIOLOGIA:**

- \* Desenvolve a capacidade de observação para reconhecer as diferenças e semelhanças nos diversos ambientes e nos seres vivos.
- \* Estabelecer relações entre os seres vivos.
- \* Reconhecer as diferentes fases e os processos de transformação dos seres vivos.

### **TÓPICOS DE MATEMÁTICA**

- \* Identificar os conhecimentos matemáticos estimulando o interesse, a curiosidade, a investigação e a capacidade de resolver situações problemas.
- \* Descrever, representar e apresentar resultados com precisão.
- \* Relacionar temas matemáticos com outras áreas do conhecimento.

## **Ciências Humanas e Suas Tecnologias**

### **GEOGRAFIA:**

\* Compreender as ações do homem em sociedade e suas consequências em diferentes espaços e tempos, de modo que construa referenciais que possibilitem uma participação nas questões socioambientais da realidade que está inserido.

### HISTÓRIA:

- \* Identificar e avaliar historicamente as ações humanas e suas consequências sobre a sociedade.
- \* Entender a importância dessa disciplina para a humanidade.

### TÓPICOS DE HISTÓRIA

- \* Conhecer a história do estado de Goiás.
- \* Descobrir a beleza cultural, artística e literária de Goiás.
- \* Ressaltar a contribuição da história goiana para o desenrolar da história brasileira.
- \* Aguçar o senso crítico dos alunos através da leitura de textos e debates.

### **Parte Diversificada**

#### LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA – INGLÊS:

- \* Entender a importância da língua inglesa na formação do indivíduo e na construção da cidadania

#### LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA – ESPANHOL

- \* Desenvolver no aluno o gosto pela comunicação para entender e dominar as línguas do mercado globalizado.
- \* Entender a cultura e a história de outras nações através de textos, músicas, poemas, poesias, teatros, etc.

#### FILOSOFIA

- \* Possibilitar ao educando do Ensino Médio aprender de forma crítica e criativa. Aprimorando-o como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.

## SOCIOLOGIA

\* Relacionar a realidade brasileira ao contexto mais amplo das sociedades, permitindo assim, um trabalho interdisciplinar com áreas afins, oferecendo caminhos criativos para a compreensão dos problemas atuais de nossa sociedade.

## ENSINO RELIGIOSO:

\* Visa subsidiar o aluno na compreensão dos fenômenos religiosos, presente nas diversas culturas e sistematizados por todas as tradições religiosas.

## **Educação Profissional Técnico de Nível Médio – Integrado**

### Base Profissionalizante

## SEGURANÇA DO TRABALHO E MEIO AMBIENTE

\* Conhecer técnicas modernas de segurança do trabalho, visando promover a proteção do trabalhador, desenvolver atividades de segurança voltadas para a prevenção de acidentes, a prevenção de incêndios e a promoção da saúde.

## PESQUISA MINERAL

\* Realizar pesquisa mineral de substâncias metálicas e não metálicas, reconhecendo a importância da pesquisa para a aprendizagem.

## GEOLOGIA

\* Compreender a origem, a formação, a dinâmica e os recursos da Terra, bem como os instrumentos utilizados na sua investigação.

## MINERALOGIA

\* Compreender a origem, a formação, a propriedade física e química e o uso dos minerais no nosso dia a dia.

## TOPOGRAFIA

\* Interpretar e representar a superfície topográfica como recursos, validando o grau de precisão necessário nos trabalhos realizados.

\* Estudar o conjunto de processos utilizados e de soluções adotadas para a extração

sistemática de minérios ou substâncias minerais contidos numa fração da jazida, de tal forma que sua produção proporcione para a empresa de mineração o retorno econômico esperado.

#### TRATAMENTO DE MINÉRIOS

\*Conhecer os princípios básicos do tratamento de minérios, os principais métodos e equipamentos empregados.

Apesar do Projeto Político Pedagógico contemplar ações voltadas para o sucesso do processo pedagógico e para a construção do conhecimento, o índice de abandono da unidade escolar vem aumentando significativamente tornando-se motivo de preocupação e objeto de estudo dessa pesquisa.

**APÊNDICE B- MODELO DO QUESTIONÁRIO APLICADO AO GRUPO GESTOR DO COLÉGIO ESTADUAL SÃO GERALDO.**

**1- DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO GESTOR**

**SEXO:**

- MASCULINO
- FEMININO

**FAIXA ETÁRIA:**

- 23 à 28 ANOS
- 29 à 34 ANOS
- 35 ANOS OU MAIS

**GRAU DE INSTRUÇÃO:**

- ENSINO MÉDIO
- SUPERIOR INCOMPLETO
- ENSINO SUPERIOR
- ESPECIALIZAÇÃO
- MESTRADO
- DOUTORADO

**2- TEMPO QUE ATUA COMO GESTOR NA UNIDADE DE ENSINO:**

- 1 à 5 ANOS
- 6 à 10 ANOS
- 11 ANOS OU MAIS

**3- EM SUA OPINIÃO QUAIS SERIAM AS CAUSAS DA EVASÃO ESCOLAR NA UNIDADE DE ENSINO?**

**4- NUMERE EM ORDEM DE IMPORTÂNCIA OS ÍTENS A SEGUIR:**

- METODOLOGIA DE ENSINO
- MOTIVAÇÃO PARA APRENDER
- AVALIAÇÃO ESCOLAR



- ( ) RELAÇÃO PROFESSOR X ALUNO
- ( ) DISCIPLINA
- ( ) PLANEJAMENTO

**APÊNDICE C- MODELO DO QUESTIONÁRIO APLICADO AOS AGENTES ADMINISTRATIVOS DO COLÉGIO ESTADUAL SÃO GERALDO**

**1- DADOS DE IDENTIFICAÇÃO**

**SEXO:**

- ( ) MASCULINO
- ( ) FEMININO

**FAIXA ETÁRIA:**

- ( ) 23 à 28 ANOS
- ( ) 29 à 34 ANOS
- ( ) 35 ANOS OU MAIS

**GRAU DE INSTRUÇÃO:**

- ( ) ENSINO MÉDIO
- ( ) SUPERIOR INCOMPLETO
- ( ) ENSINO SUPERIOR
- ( ) ESPECIALIZAÇÃO
- ( ) MESTRADO
- ( ) DOUTORADO

**2- TEMPO QUE ATUA COMO AGENTE ADMINISTRATIVO NA ESCOLA:**

- ( ) 1 à 5 ANOS
- ( ) 6 à 10 ANOS
- ( ) 11 ANOS OU MAIS

**3- EM SUA OPINIÃO QUAIS SERIAM AS CAUSAS DA EVASÃO ESCOLAR NA UNIDADE DE ENSINO?**

**APÊNDICE D- MODELO DO QUESTIONÁRIO APLICADO OS  
PROFESSORES DO COLÉGIO ESTADUAL SÃO GERALDO**

1- DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

SEXO:

MASCULINO

FEMININO

FAIXA ETÁRIA:

23 à 28 ANOS

29 à 34 ANOS

35 OU MAIS

GRAU DE INSTRUÇÃO:

ENSINO MÉDIO

SUPERIOR INCOMPLETO

ENSINO SUPERIOR

ESPECIALIZAÇÃO

MESTRADO

DOUTORADO

TEMPO QUE ATUA NO MAGISTÉRIO:

1 à 5 ANOS

6 à 10 ANOS

11 ANOS OU MAIS

2- RELATE SUA OPINIÃO SOBRE O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA  
UNIDADE ESCOLAR

3- COMO VOCÊ AVALIA A GESTÃO DA ESCOLA?

EXCELENTE

ÓTIMO

BOM

RUIM

4- EM SUA OPINIÃO QUAIS SÃO AS CAUSAS DA EVASÃO ESCOLAR NA UNIDADE DE ENSINO?

5- QUAIS SÃO AS CONSEQUÊNCIAS DA EVASÃO ESCOLAR PARA O ALUNO?

5- O QUE A ESCOLA PODERIA FAZER PARA AMENIZAR O PROBLEMA DA EVASÃO ESCOLAR?

### **APÊNDICE E - MODELO DO QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS DO COLÉGIO ESTADUAL SÃO GERALDO**

1- DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO ALUNO:

SEXO:

( ) MASCULINO

( ) FEMININO

FAIXA ETÁRIA:

( ) 15 à 20 ANOS

( ) 21 à 25 ANOS

( ) 26 à 30 ANOS

( ) 31 ANOS OU MAIS

2- PAROU DE ESTUDAR NA:

( ) 1ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO

( ) 2ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO

( ) 3ª SÉRIE DO ENSINO

3- RELATE OS MOTIVOS PELOS QUAIS VOCÊ INTERROMPEU SEUS ESTUDOS:

4- VOCÊ CONSIDERA O COLÉGIO ESTADUAL SÃO GERALDO:

- EXCELENTE
- ÓTIMO
- BOM
- RUIM

5- VOCÊ PRETENDE VOLTAR A ESTUDAR?

- SIM
- NÃO

6- NUMERE EM ORDEM DE IMPORTÂNCIA OS ÍTEM A SEGUIR NA ESCALA DE 1 À 5:

- LIVRO DIDÁTICO
- METODOLOGIA DO PROFESSOR
- LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA
- AVALIAÇÃO
- PESQUISAS

7- QUAIS FORAM AS CONSEQUÊNCIAS DA EVASÃO ESCOLAR PARA A SUA VIDA?